

Relatório de Gestão

FINE



Exercício de 2025



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**

Relatório de Gestão do FNE Exercício de 2025

Relatório de Gestão do FNE, referente ao exercício de 2025, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as orientações do Ofício Circular nº 1/2025/SNFI-MIDR, de 29/01/2025; das disposições da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22/04/2020; da Decisão Normativa TCU nº 198, de 23/03/2022; e da Portaria TCU nº 58, de 26/03/2025.

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)
Fortaleza-Ceará
2025**

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
1 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)	8
1.1 Visão geral da unidade Prestadora de Contas	8
1.2 Administração do FNE pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.	8
1.2.1 Normas e regulamentos	10
1.3 Estrutura organizacional e de governança	12
1.4 Missão, visão e valores do BNB	14
1.4.1 Modelo de Negócios	16
1.5 Valor gerado pelos macroprocessos de negócios	18
1.6 Ambiente externo	20
1.7 Participação do FNE no PPA	23
1.8 Canais de relacionamento com a sociedade	24
1.8.1 Ouvidoria do FNE	25
1.8.2 Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão (CRCIC)	25
1.8.3 Acessibilidade	27
1.9 Materialidade	27
1.10 Impactos Socioeconômicos do FNE	29
2 GESTÃO DOS RISCOS DE INTEGRIDADE	32
2.1 Política Corporativa de Gestão de Riscos do BNB	33
2.2 Política de Controles Internos	34
2.3 Política de Compliance	36
2.4 Modelo de gestão de riscos e controles internos	37
2.5 Avanços na Gestão do Risco em 2025	40
3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	41
3.1 Diretrizes Estratégicas do BNB	41
3.2 Diretrizes e Planos de Curto Prazo	42
3.3 Diretrizes e prioridades do FNE.....	45
3.3.1 Resultados por Eixo do PRDNE	47
3.4 Programação Orçamentária	48
3.5 Apoio da estrutura de governança à capacidade do FNE para gerar valor	49
3.6 Desempenho das contratações.....	50
4 PRINCIPAIS INICIATIVAS E PROJETOS	57
4.1 Ações para desenvolvimento do Semiárido	57
4.2 Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter).....	57
4.3 FNE Itinerante	58
4.4 Projetos Estratégicos.....	59
4.5 Promoção de Investimentos	60
4.6 Parcerias Institucionais	62
4.7 Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).....	63
4.8 Estratégia Sustentabilidade	64



5 PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAR O ATENDIMENTO AOS CLIENTES	66
5.1 Segmento de Agronegócio	66
5.2 Segmentos de Microempreendedor Rural, Agricultor Familiar e Mini e Pequenos Produtores Rurais	66
5.3 Segmento Corporate	69
5.4 Segmento Empresarial	69
5.5 Segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPE)	70
5.6 Segmento de Microempreendedor Urbano (MEI)	70
5.7 Segmento de clientes Governo	71
6 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO	72
6.1 Gestão de pessoas	72
6.2 Gestão de licitação e contratos	74
6.2.1 Conformidade legal	74
6.2.2 Plano de Contratação Anual (PCA)	75
6.2.3 Aplicação do Código de Conduta Ética e Integridade e da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) nas aquisições e contratações	75
6.2.4 Processos de aquisição ou contratação por modalidade e finalidade	76
6.2.5 Principais desafios e ações futuras	77
6.3 Gestão patrimonial e de infraestrutura	77
6.3.1 Conformidade legal	77
6.3.2 Principais investimentos	78
6.3.3 Desfazimento de ativos	78
6.3.4 Locações de imóveis e equipamentos	78
6.3.5 Implantação de novas unidades	78
6.3.6 Mudanças e intervenções relevantes	79
6.3.7 Principais desafios e ações futuras	79
6.4 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	79
6.4.1 Conformidade legal	79
6.4.2 Experiência digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	80
6.4.3 Principais realizações de TI em 2025	80
6.4.4 Iniciativas das Torres de Soluções de Negócios e Ambiente de Sistemas	82
6.4.5 Projetos estratégicos	83
6.4.6 Modelo de governança de TI	85
6.4.7 Montante de recursos aplicados em TI	85
7 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	87
7.1 Área de Controladoria do BNB	87
7.2 Resultados e sustentabilidade financeira do FNE	87
7.3 Gestão de custos	96
8 RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	97

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Este Relatório de Gestão tem como finalidade prestar contas à sociedade brasileira, aos órgãos de controle e às instâncias de governança pública sobre a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no exercício de 2025. Mais do que um instrumento formal de prestação de contas, constitui um registro estruturado dos resultados alcançados, das escolhas institucionais realizadas e dos impactos gerados no âmbito de um dos principais instrumentos de política pública voltados à redução das desigualdades regionais no país.

O FNE, instituído pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, materializa a presença do Estado brasileiro no financiamento do desenvolvimento produtivo de sua área de atuação, que compreende o Nordeste e parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, contemplando 2.074 municípios. Nesse contexto, sua gestão exige rigor técnico, aderência às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), além de forte articulação institucional com entes federativos e setores produtivos.

A gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste é realizada de forma compartilhada entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Condel/Sudene), conforme estabelecido na legislação vigente.

Essa estrutura assegura a articulação entre a formulação de políticas públicas, a definição de diretrizes estratégicas e a operacionalização dos financiamentos, contribuindo para a adequada aplicação dos recursos e o alinhamento do Fundo aos objetivos do desenvolvimento regional.

A programação das aplicações para 2025 foi construída com base nessas diretrizes, incorporando contribuições de governos estaduais, instituições públicas e privadas e representantes da sociedade civil, em um processo estruturado de escuta e validação institucional. Tal abordagem assegura que o Fundo responda, simultaneamente, às prioridades estratégicas nacionais e às especificidades territoriais da região.

Os resultados alcançados ao longo do exercício evidenciam a escala e a relevância do FNE. Em 2025, foram contratados R\$ 50,2 bilhões, distribuídos em 1,7 milhão de operações, com crescimento de 12% no volume contratado e de 9,3% no número de operações em relação ao ano anterior. Esse desempenho reafirma a capacidade do instrumento de ampliar o acesso ao crédito produtivo e de sustentar a atividade econômica em múltiplos segmentos.

A distribuição territorial dos recursos demonstra a capilaridade e a abrangência do Fundo, com destaque para os estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí e Pernambuco, que concentraram 71,3% do volume contratado, enquanto os demais estados da área de atuação responderam por 28,7% restantes. No Semiárido, região prioritária da política pública, foram aplicados R\$ 31,9 bilhões, correspondendo a 63,5% do total, superando o mínimo constitucional estabelecido.

Do ponto de vista socioeconômico, o perfil das operações reforça a função estruturante do FNE. A maior parte dos recursos foi direcionada a municípios de média e baixa renda e a empreendimentos de menor porte, que concentraram 62,3% das contratações. Setorialmente, os

financiamentos alcançaram atividades estratégicas como Pecuária (R\$ 11 bilhões), Agricultura (R\$ 10,9 bilhões), Comércio e Serviços (R\$ 13,9 bilhões), Infraestrutura (R\$ 6,8 bilhões) e Indústria / Agroindústria (R\$ 6,5 bilhões), refletindo a diversidade da base produtiva regional.

Os efeitos dos financiamentos se expressam de forma concreta na economia real. As operações contratadas em 2025 resultaram em desembolsos de R\$ 46,5 bilhões, com impactos associados à geração ou manutenção de 534,4 mil empregos, à ampliação da massa salarial em R\$ 7,9 bilhões e ao incremento de R\$ 2,0 bilhões na arrecadação tributária, além do estímulo direto à produção regional. Esses resultados traduzem a capacidade do crédito público de induzir dinamismo econômico e promover inclusão produtiva.

A atuação do Banco do Nordeste, na condição de administrador e operador do Fundo, não se limita à concessão de crédito. A estratégia institucional combinou instrumentos financeiros com ações complementares, como o Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), o FNE Itinerante, as parcerias institucionais e a promoção ativa de investimentos por meio dos escritórios do Rio de Janeiro e de São Paulo, ampliando a efetividade das políticas públicas e fortalecendo as capacidades locais de desenvolvimento.

Em um ambiente de crescente complexidade econômica e institucional, a gestão do FNE permanece orientada por princípios de integridade, transparência, eficiência e responsabilidade fiscal. Esses elementos são fundamentais para assegurar a adequada utilização de recursos públicos, o cumprimento das normas legais e a geração sustentável de valor para a sociedade.

Este relatório, portanto, reflete não apenas o desempenho operacional do Fundo, mas também o compromisso institucional com o aperfeiçoamento contínuo da política pública. Ao consolidar informações, evidências e resultados, busca contribuir para o controle social, para a avaliação externa e para o aprimoramento das estratégias de desenvolvimento regional.

O Banco do Nordeste seguirá avançando na qualificação da atuação do FNE, com foco na ampliação do acesso ao crédito, na promoção da inovação, na sustentabilidade e na redução das desigualdades, em consonância com os objetivos constitucionais e com as expectativas da sociedade brasileira.



Paulo Henrique Saraiva Câmara
Presidente do Banco do Nordeste

1 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)

1.1 Visão geral da unidade Prestadora de Contas

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE):

- Foi criado pelo artigo 159 da Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, com o objetivo de enfrentar os desafios estruturais da região, especialmente no chamado polígono das secas, por meio de crédito ao setor produtivo e ações voltadas à redução de desigualdades.
- É um dos principais instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e opera alinhado ao Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).
- É administrado pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), enquanto instituição financeira de caráter regional (link [Fundos Regionais e Incentivos](#)).
- Recursos do FNE são provenientes dos valores reembolsados pelos beneficiários do crédito e pelo repasse de 1,8% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, aqui incluído o norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.
- Financia investimentos de longo prazo e capital de giro para diversos setores, como infraestrutura, agropecuária, indústria, agroindústria, turismo, comércio e serviços dos diversos segmentos de empresas, produtores rurais, cooperativas e pessoas físicas.

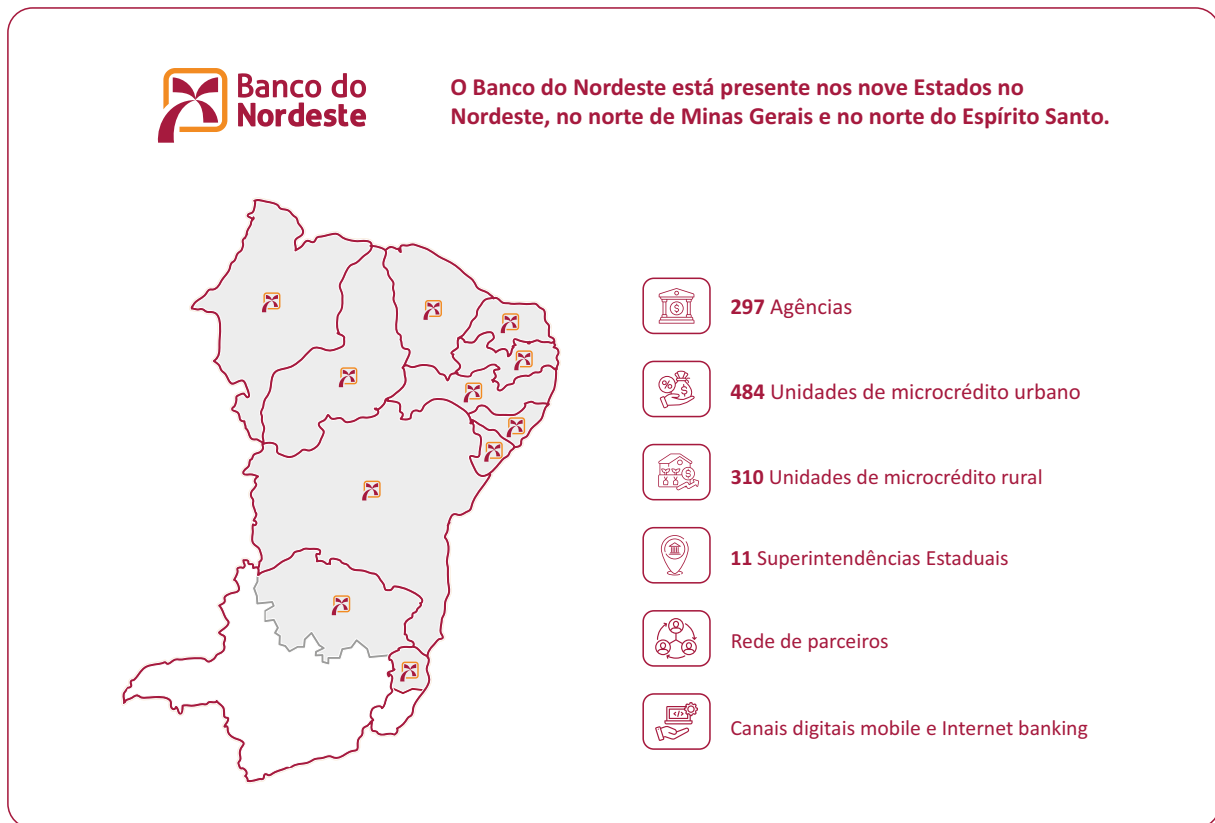
1.2 Administração do FNE pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco do Nordeste, criado em 19 de julho de 1952, é o operador e administrador do Fundo, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento econômico, social e sustentável área de atuação da Sudene há mais de sete décadas.

- O BNB é uma sociedade anônima aberta de economia mista e personalidade jurídica de direito privado e com mais de 90% das ações sob controle do governo federal.
- É uma instituição autorizada a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo.
- A sua área de atuação passou a ser composta por 2.074 municípios, localizados nos nove estados da Região Nordeste do Brasil, nas mesorregiões Norte, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, no estado de Minas Gerais, e nas mesorregiões Noroeste e Litoral Norte, no estado do Espírito Santo (Lei Complementar 185/2021).

Nota: (1) Entende-se por região, toda a área de atuação da Sudene, definida pela Lei Complementar nº 125, de 2007, e suas alterações. O território é composto pelas áreas dos municípios localizados nos nove estados da Região Nordeste do Brasil, além de 249 municípios do estado de Minas Gerais, situados nas mesorregiões do norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e do Vale do Rio Doce, e de 31 municípios do estado do Espírito Santo, situados nas mesorregiões Noroeste e Litoral Norte. Essa configuração territorial compõe a área de atuação da Sudene, abrangendo 2.074 municípios, foi atualizada pela Lei Complementar nº 185, de 6 de outubro de 2021.

Figura 1 - Rede de Atendimento do Banco do Nordeste



Como banco de desenvolvimento regional, o BNB desempenha papéis estratégicos fundamentais na região:

- **Agente financiador** do setor produtivo e da infraestrutura socioeconômica regional.
- **Promotor da captação de recursos** nacionais e internacionais e de investimentos produtivos para a Região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.
- **Executor de políticas governamentais**, buscando maior interação com o governo federal, os estados e os municípios.
- **Agente integrador e parceiro** das entidades estatais e do setor produtivo, organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil, na implementação de políticas públicas na região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.
- **Promotor e participante de programas de desenvolvimento regional e territorial** que visem ao aumento da competitividade nos setores da agropecuária, da indústria e do comércio e serviços.
- **Produtor e fomentador de estudos e pesquisas** relacionadas ao desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O FNE é operacionalizado pelo Banco do Nordeste por meio de financiamentos para investimentos de longo prazo, capital de giro e custeio. Os recursos do Fundo representam ingressos adicionais para a região, mas não substituem outros fluxos financeiros do governo federal, de órgãos repassadores ou do próprio Banco. O Banco do Nordeste atua:

- Na busca de soluções das grandes questões de desenvolvimento regional, na transformação do Nordeste e na sua participação mais efetiva no cenário socioeconômico nacional.
- Na ampliação de oportunidades, disponibilizando recursos financeiros para fortalecer os empreendimentos produtivos.
- Na produção de impactos de interesse da sociedade, promovendo a geração de empregos e melhoria da renda das famílias, promovendo a inclusão social e financeira.
- Promoção do desenvolvimento econômico e social, por meio de programas de financiamentos aos setores produtivos.

Dentre as principais diretrizes operacionais para aplicação do FNE, destacam-se: destinação de pelo menos metade dos ingressos de recursos para o semiárido; ação integrada com as instituições federais sediadas na região; tratamento preferencial aos mini, micro e pequenos empreendedores; preservação do meio ambiente; conjugação do crédito com a assistência técnica; democratização do acesso ao crédito e apoio às atividades inovadoras.

Tabela 1 - Composição acionária Banco do Nordeste 2025

Acionistas	Quantidade das Ações	% Capital
União Federal	60.219.687	61,0
FI Caixa FGEDUC Multimercado	30.205.568	30,6
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	6,3
Outros	2.068.494	2,1
Total	98.699.749	100,0

1.2.1 Normas e regulamentos

A legislação do FNE definiu o Banco do Nordeste (BNB), juntamente com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Condel), como responsáveis pela administração do Fundo.

Dentre as responsabilidades e papéis dos representantes que administram o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), cabe:

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional: Conforme a Lei 7.827/1989 (Art. 15) e outros regramentos vinculados, são atribuições do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:

- I. estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FNE, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- II. repassar ao Banco do Nordeste os recursos transferidos para o Fundo pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e,
- III. estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene) - Conforme a Lei Complementar Nº 125, de 03/01/2007, a qual institui na forma do Art. 43 da Constituição Federal de 1988, a Superintendência



de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene –, são atribuições gerais do Conselho Deliberativo da Sudene (Art. 10):

- I. estabelecer as diretrizes de ação e formular as políticas públicas para o desenvolvimento de sua área de atuação;
- II. propor projeto de lei que instituirá o plano e os programas regionais de desenvolvimento do Nordeste a ser encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação e deliberação;
- III. acompanhar e avaliar a execução do plano e dos programas regionais do Nordeste e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste;
- IV. criar comitês permanentes ou provisórios, fixando no ato da sua criação suas composições e atribuições;
- V. estabelecer os critérios técnicos e científicos para delimitação do semiárido incluído na área de atuação da Sudene.

Em relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, compete ao Conselho Deliberativo (Parágrafo 5º, do Art. 10):

- I. estabelecer, anualmente, as prioridades para aplicação dos recursos no exercício seguinte;
- II. definir os empreendimentos de infraestrutura econômica considerados prioritários para a economia regional;
- III. avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos programas de financiamento aprovados e à adequação dos financiamentos às prioridades regionais;
- IV. aprovar anualmente, até o dia 15 de dezembro, as prioridades e os programas de financiamento, observadas as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Da mesma forma, a Lei 7.827, no seu artigo 14, cabe ao Conselho Deliberativo da respectiva Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Centro-Oeste:

- I. estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento;
- II. aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento de cada Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- III. avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- IV. encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o inciso II do caput deste artigo, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

Banco do Nordeste: conforme a Lei 7.827/1989, são atribuições das instituições financeiras de caráter regional que operacionalizam recursos dos fundos constitucionais (Art. 15):

- I. aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelos respectivos Conselhos Deliberativos;
- II. definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelos Conselhos Deliberativos de cada Fundo;
- III. analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos;
- IV. formalizar contratos de repasses de recursos na forma prevista no art. 9º desta Lei, respeitados os limites previstos no § 3º do referido dispositivo;
- V. prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e aos respectivos conselhos deliberativos;
- VI. exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A programação das aplicações do FNE, construída, anualmente, sob a coordenação do BNB, norteia a aplicação dos recursos disponíveis para o exercício e é realizada com base nos marcos regulatórios dos Fundos Constitucionais.

Para elaborar a Programação do FNE, o Banco do Nordeste conta com a participação dos parceiros externos, indicando importantes direcionamentos da ação negocial. Para garantir a participação dos parceiros externos, as contribuições são obtidas em reuniões presenciais e virtuais, em cada um dos estados da região, por meio das Superintendências Estaduais do Banco do Nordeste, como também nos municípios, por meio das Unidades de Negócios. Desse modo, a programação é atualizada anualmente, visando garantir o atendimento das prioridades e necessidades locais e dos estados da área de atuação da Sudene, em sintonia com as transformações globais (link Programação FNE 2025).

1.3 Estrutura organizacional e de governança

As estruturas e processos internos, rede de agências, práticas de gestão, plataforma tecnológica, controles internos, dentre outros elementos da organização do BNB são abordados como parte inseparável da gestão do FNE, que, de maneira geral, abrange todo o Banco, enquanto instituição de desenvolvimento regional.

No modelo organizacional do Banco, os componentes organizacionais deliberativos são representados por colegiados, que consistem em estruturas responsáveis pela tomada de decisões para mudança ou reforço na execução da atuação da empresa ou para oferecer recomendações à gestão. Quanto ao nível de governança, os componentes organizacionais deliberativos são classificados quanto às suas respectivas atuações, da seguinte forma:

- a) **Colegiados de Governança** com a finalidade de avaliar, direcionar e monitorar a gestão, e se encontram alicerçados pelo Estatuto Social, que é o instrumento que regulamenta as relações sociais dentro das companhias de capital aberto, de acordo com a Lei nº 6.404, de

15 de dezembro de 1976, em seus capítulos IV e V, (link [Estatuto Social do BNB](#)). Conforme normativo de 15/10/2024, estão assim denominados: Assembleia Geral; Conselho Fiscal; Conselho de Administração; Superintendência de Auditoria; Comitê de Auditoria; Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital; e Diretoria Executiva

b) **Colegiados de Gestão**, não estatutários, atuam sob delegação da Diretoria Executiva ou em níveis organizacionais semelhantes, com foco interno para gestão dos negócios e nas definições funcionais do Banco. Conforme Manual de Estratégia e Organização, Instâncias Colegiadas Não Estatutárias, atualizado em 15/05/2025, o Banco possui sete comissões e quarenta e dois comitês. Essas instâncias permitem que as decisões sejam tomadas de forma colegiada, com o objetivo de fortalecer a governança corporativa. No âmbito das decisões administrativas, além dos colegiados estatutários, o Banco mantém as seguintes instâncias decisórias colegiadas:

- **Comitês Estratégicos:** colegiados multidisciplinares responsáveis pela deliberação de assuntos estratégicos.
- **Subcomitês:** colegiados com composição multidisciplinar, criados para fornecer suporte e acompanhar a implementação das diretrizes estabelecidas pelos Comitês Estratégicos a que são vinculados.
- **Comissões:** colegiados criados com finalidade específica, com encerramento após a consecução do objetivo que motivou sua criação.
- **Comitês Gestores de Unidades:** colegiados existentes em todas as unidades do Banco, compostos por administradores (presidente e diretores) e por gestores dos eixos de gestão principal e de gestão intermediária, responsáveis pela administração das unidades e pelo exercício das atribuições e decisões relacionados a sua área de atuação.

Os componentes organizacionais executivos são responsáveis pelo cumprimento da estratégia com execução de trabalhos nas esferas estratégicas, táticas e operacionais. Quanto à abrangência na organização, os componentes organizacionais executivos se dividem em:

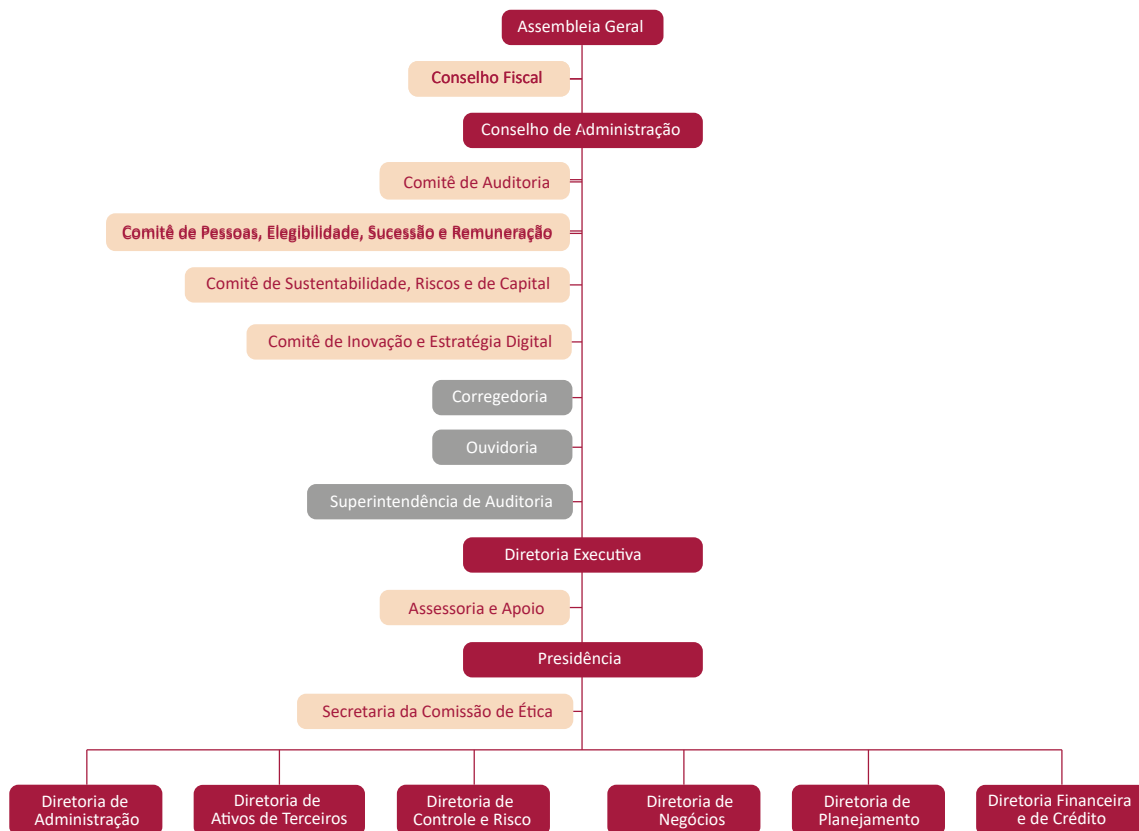
- a) **Negócios:** atuam na operação do negócio finalístico do Banco, focados no relacionamento com o público e na retaguarda dos serviços prestados aos clientes. Em 2024, o Banco do Nordeste finalizou o ano com 297 agências, 794 unidades de microcrédito, sendo 484 unidades de microcrédito urbano e 310 unidades de microcrédito rural, totalizando 1.091 pontos físicos de atendimentos.
- b) **Coordenação:** atuam na gestão de parte das unidades de negócios, a partir de recorte geográfico, por meio das Superintendências e Gerências Estaduais;
- c) **Direção Geral:** atuam em soluções que abrangem todo o Banco.

A atuação do Banco para as atividades relacionadas ao FNE ocorre seguindo a lógica de um modelo organizacional que orienta o funcionamento da empresa. A estrutura organizacional define os escopos das unidades, seus papéis, responsabilidades e atribuições, em uma lógica predominante funcional em primeira linha. A partir da segunda linha, a divisão do trabalho é híbrida e as unidades são organizadas sob lógicas funcional e divisional por clientes, produtos, processos, projetos ou posição geográfica, conforme apresentado no organograma.

Com vistas a contemplar a centralidade da inovação estabelecida no PRDNE 2024-2027, foi criado o Comitê de Inovação e Estratégia Digital, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 31 de março de 2025, o qual tem por finalidade reforçar os níveis de governança do Banco. Esse

comitê atuará como instância de apoio ao Conselho de Administração nas áreas de transformação digital, inovação, inteligência artificial, governança de dados e temas correlatos.

Figura 2 - Organograma Estrutura Organizacional



1.4 Missão, visão e valores do BNB

Banco do Nordeste utiliza, desde 2016, um modelo de Planejamento estruturado na metodologia de Gestão para Resultados (GPR), com o objetivo de direcionar suas ações para o alcance de melhores resultados e maior eficiência operacional.

O Planejamento Empresarial do BNB:

- É composto por três pilares: Plano Estratégico Quinquenal, Planos Anuais (Tático e Operacional) e o Portfólio de Projetos e Ações Estratégicas, garantindo a integração de iniciativas e a transparência na gestão.
- Está alinhado às diretrizes governamentais e normativas, ao Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), à Política Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDR) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, aos fatores Sociais, Ambientais e de Governança (ASG) e ao Plano de Transformação Ecológica.
- Seu foco está na geração de emprego e renda, redução de desigualdades, fortalecimento da competitividade das empresas nordestinas e promoção da sustentabilidade.

Para o quinquênio 2026-2030, a estratégia corporativa permaneceu com 10 (dez) Diretrizes Estratégicas, formuladas para ampliar a efetividade da atuação do Banco do Nordeste frente aos desafios regionais.



A estratégia corporativa é composta por um conjunto de elementos estratégicos apresentados a seguir, que buscam direcionar a atuação do Banco do Nordeste para o período de cinco anos.

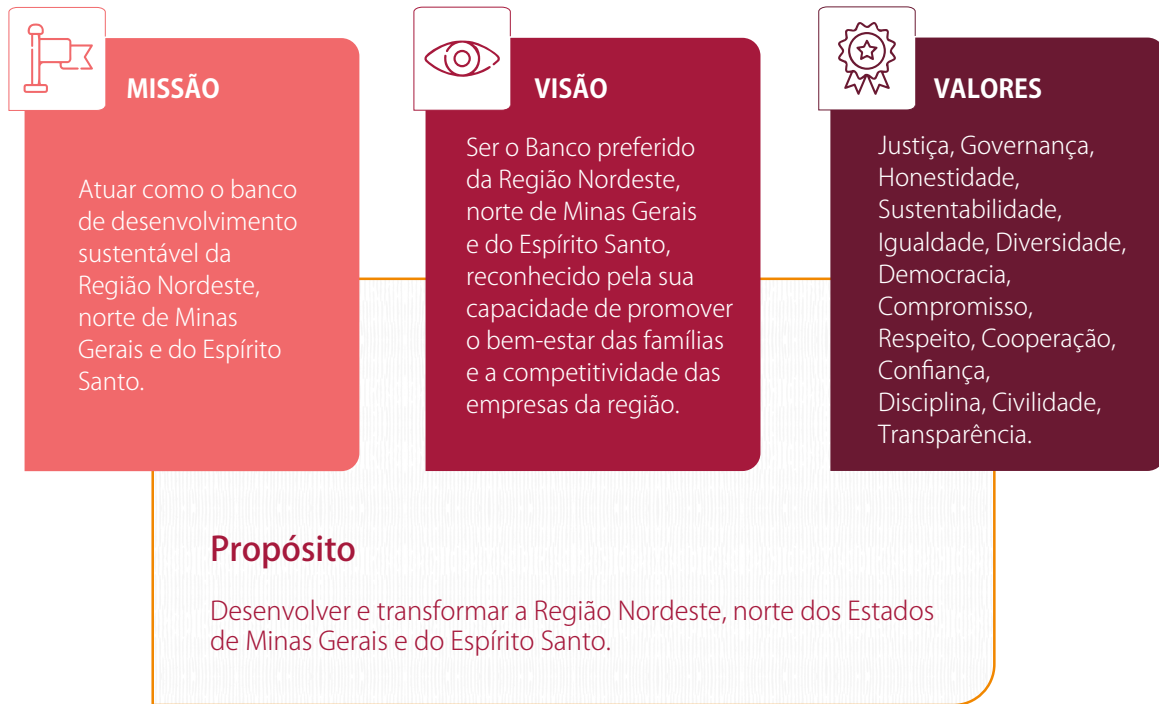


Figura 3 - Elementos Estratégicos



Para a comunicação do Planejamento Empresarial, o Banco do Nordeste adota o Mapa Estratégico, uma representação gráfica de sua estratégia que considera as dimensões do resultado de eficiência, eficácia e efetividade, além dos elementos estratégicos insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, com embasamento na ética, integridade, monitoramento e avaliação dos indicadores.

Figura 4 - Mapa Estratégico do Banco do Nordeste



Fonte: BNB-Ambiente de Planejamento (2025).

As ações corporativas alinhadas à estratégia que promovem as transformações internas para melhor alcance dos resultados são traduzidas em programas de ação e projetos, refletidos em indicadores e metas que são monitorados, avaliados e apurados de maneira sistematizada. Por meio do Programa de Ação, as unidades de suporte e operacionais direcionam seus esforços para a conquista dos resultados propostos no Plano Estratégico. Os Projetos são importantes canais de entrada da inovação em produtos e serviços, aperfeiçoamento de processos e melhoria da estrutura organizacional. O Planejamento Empresarial é aperfeiçoado durante o ano, a partir do seu monitoramento e avaliação, considerando os desempenhos parciais obtidos e a análise dos resultados alcançados.

1.4.1 Modelo de Negócios

O financiamento com recursos do FNE é operacionalizado pelo Banco do Nordeste, por meio de um modelo de atuação mercadológica que define diretrizes relacionadas ao posicionamento de mercado pretendido pela organização, em médio e longo prazos, e abrange análises estratégicas, envolvendo a caracterização da arena competitiva, definição da política de segmentação, gestão de portfólio de produtos e serviços e definição de estratégias de canais de atendimento.

A ação do Banco do Nordeste no mercado, e consequentemente a operacionalização do FNE, segue a política de segmentação de clientes, considerando seus diferenciais e as estratégias, centrada na busca pela melhor experiência relacional com o cliente, que se desdobra nos processos centrais do Banco, nos produtos e serviços, culminando no posicionamento da Instituição diante de cada segmento e no nível de relacionamento oferecido.

- a) Segmentos de clientes:



Quadro 1 - Segmentação de Clientes (2025)

Pilar		Segmento	Descrição
Agente produtivo	Segmentos com características da área urbana	Corporate	Empresas de grande porte com faturamento anual maior que R\$ 400,0 milhões; empresas responsáveis por operações sindicalizadas (contratadas ou em tramitação) e as empresas do setor de infraestrutura, independentemente, em ambos os casos, do valor do seu faturamento bruto anual, excetuando-se as empresas que desenvolvam atividades rurais.
		Empresarial	Empresas de pequeno-médio, médio I, médio II e grande porte com faturamento anual menor ou igual a R\$ 400,0 milhões, excetuando-se as empresas que desenvolvam atividades rurais.
		Pequena Empresa	Empresas de porte pequeno, excetuando-se as empresas que desenvolvam atividades rurais.
		Microempresa	Empresas com faturamento de até R\$ 360,0 mil, excetuando-se as empresas que desenvolvam atividades rurais.
		Microempreendedor Individual	Microempreendedores Individuais, formalizados nos termos da Lei Complementar nº 128/2008, excetuando os que desenvolvam atividades rurais.
		Microempreendedor Urbano	Pessoas Físicas Urbanas empreendedoras de atividades produtivas, com renda bruta anual de até R\$ 360,0 mil.
	Segmentos com características da área rural	Agronegócio	Produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas) com renda bruta anual acima de R\$ 4,8 milhões, excetuando-se as empresas enquadradas no segmento Corporate.
		Mini e Pequeno Produtor Rural	Produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas) com renda bruta anual até R\$ 4,8 milhões.
		Microempreendedor Rural	Pessoa física ou jurídica, enquadrado no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), atendido, exclusivamente, com a metodologia do Agroamigo.
		Agricultor Familiar	Pessoa física ou jurídica atendido pelo Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), com exceção daqueles atendidos, exclusivamente com o Microcrédito, pela metodologia do Agroamigo.
Consumidor	Pessoa Física	Pessoas físicas consumidores de produtos e serviços financeiros, não enquadrados nos demais segmentos.	
	Entidades Representativas	Pessoas jurídicas consumidores de produtos e serviços financeiros, que não desenvolvem atividades produtivas e não estão enquadrados nos demais segmentos.	
Estruturador	Governo	Governo e instituições do setor público da administração pública direta e indireta, dependente e entidades constituídas sob o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).	

Fonte: BNB–Manual: Marketing/Política de Atuação Mercadológica/Segmentação de Clientes (versão 009 - 13/11/2025).

b) Portfólio de produtos e Serviços

Para atender a esses segmentos de clientes, o Banco do Nordeste disponibiliza diversas soluções de produtos e serviços financeiros. No caso específico do FNE, a família de produtos contempla basicamente operações de crédito para financiamento de longo prazo. No entanto, os demais serviços estão disponíveis para atendimento complementar às necessidades dos beneficiários do FNE (<https://www.bnb.gov.br/produtos-e-servicos>).

Figura 5 - Família de Produtos



c) Linhas de negócio:

1. Crédito para Financiamento;
2. Crédito para Infraestrutura;
3. Crédito para Microfinança Urbana;
4. Crédito para Microfinança Rural;
5. Crédito Comercial.

1.5 Valor gerado pelos macroprocessos de negócios

O modelo de negócios do Banco do Nordeste é estruturado para impulsionar o desenvolvimento econômico e social, conforme sua esfera de influência, combinando crédito para financiamento, gestão de recursos, serviços bancários e operações financeiras voltadas para a inclusão produtiva e o crescimento sustentável. Cada Macroprocesso é desenhado para permitir que cada tipo de capital – Capital Financeiro, Intelectual, Humano, Social e de Relacionamento, Natural e Manufaturado – gere um valor para os clientes.



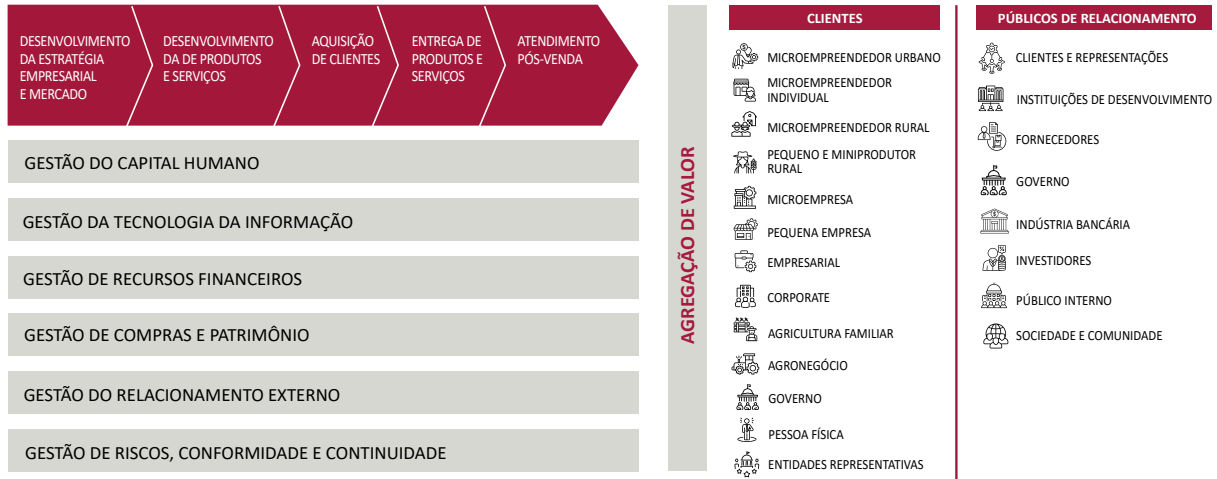
Quadro 2 - Macroprocessos da área de negócios relacionados com o FNE – 2025

Macroprocesso		Descrição do Macroprocesso	Valor Gerado
Área de Negócios	1 - Desenvolvimento de Estratégia de Mercado e Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Formulação e gerenciamento de estratégias empresariais; • Formulação e gerenciamento de estratégias para programas governamentais; • Gerenciamento do modelo organizacional. 	Mobilização da organização no sentido de promover o desenvolvimento da região.
	2 - Desenvolvimento e Gestão de Produtos e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de produtos e serviços; • Gerenciamento de portfólio de produtos e serviços. 	Criação e disponibilização de produtos e serviços customizados e adequados para os diversos segmentos de agentes produtivos e orientados ao desenvolvimento da região.
	3 - Desenvolvimento e Gestão de Negócios	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de estratégia de mercado • Estabelecimento de ações de marketing; • Definição de estratégia de negócios; • Gestão de ações negociais; • Gestão de clientes. 	Promover o desenvolvimento da região mediante divulgação e oferta de produtos e serviços customizados e adequados para os diversos segmentos de agentes produtivos.
	4 - Operacionalização de Produtos e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalização de Aplicações e Investimentos; • Operacionalização de produtos e serviços de crédito; • Operacionalização de microcrédito urbano; • Operacionalização de serviços financeiros; • Operacionalização de produtos e serviços bancários; • Operacionalização de produtos e serviços de mercado de capitais. 	Alcançar os diversos segmentos de agentes produtivos promovendo o crescimento da região.
	5 - Gestão de Atendimento a Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento do atendimento ao cliente; • Operacionalização do atendimento ao cliente; • Avaliação do atendimento ao cliente. 	Promover o desenvolvimento da região mediante o atendimento aos diversos públicos de agentes produtivos.

Fonte: BNB - Ambiente de Desenvolvimento Organizacional, 2025

Figura 6 - Cadeia de Valor

CADEIA DE VALOR



1.6 Ambiente externo

Cenário Macroeconômico

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,3% em 2025, segundo dados consolidados pelo IBGE. Em termos de valores, o PIB atingiu o montante recorde de R\$ 12,7 trilhões. O resultado manteve relevância global colocando o Brasil como a décima primeira maior economia do mundo.

O PIB per capita brasileiro atingiu R\$ 59.687,49 em 2025, o maior valor da série histórica. De acordo com o IBGE, o indicador registrou um avanço real de 1,9% em relação ao ano anterior, considerando uma população de 213,4 milhões de habitantes.



Sob a ótica da demanda, o destaque foi a Despesa de Consumo das Famílias, que registrou alta de 1,3% em relação a 2024. Esse desempenho foi sustentado pela resiliência do mercado de trabalho, pela expansão do crédito e pelo suporte de programas de transferência de renda. Contudo, houve uma desaceleração comparativa a 2024, reflexo direto do impacto da política monetária restritiva sobre o custo do crédito e a propensão ao consumo.

De acordo com a PNAD Contínua, rendimento domiciliar per capita no Brasil alcançou R\$ 2.316 em 2025, frente ao ano anterior, consolidando uma alta real de 7,4%. Nominalmente, a variação foi de 11,9%, um acréscimo de R\$ 247 sobre a base de 2024 (R\$ 2.069).

Pelo lado da oferta, o Valor Adicionado do PIB agropecuário saltou 11,7% em 2025, impulsionado pelo aumento da produção e ganhos de produtividade. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (IBGE), o ano foi marcado por recordes históricos em culturas estratégicas, com destaque para o milho (23,6%) e a soja (14,6%).

O setor industrial encerrou 2025 com alta de 1,4% frente ao ano anterior, que mostrou resiliência. O grande motor desse crescimento foi o segmento das indústrias extrativas, que saltou 8,6%, compensando a expansão mais discreta de 0,5% no setor de construção.

O setor de Serviços cresceu 1,8% em 2025, com destaque para o desempenho de Informação e Comunicação (6,5%) e Atividades Financeiras (2,9%). Também registraram alta os segmentos de Transporte (2,1%), Outras Atividades (2,0%), Imobiliário (2,0%), Comércio (1,1%) e a Administração Pública (0,5%).

No Nordeste, a projeção de crescimento do PIB para 2025 é de 2,2%, impulsionada pelo forte avanço de 6,5% na Agropecuária e de 2,3% na Indústria. O setor de Serviços apresentou alta modesta de 1,7%, refletindo o impacto dos juros elevados e da política monetária restritiva sobre ramos cíclicos. Com isso, estima-se que o PIB per capita regional encerrou o ano com um incremento de 2,0%, segundo dados da LCA Consultoria.

Em 2025, os estados da área de atuação do FNE apresentaram crescimento no PIB, segundo a LCA Consultoria. O Maranhão liderou a expansão com 5,3%, seguido por Paraíba (+4,4%) e Rio Grande do Norte (+3,1%). Outros estados como Ceará (+2,6%) e Sergipe (+2,5%) também superaram a média nacional (+2,3%). Já em um ritmo mais cadenciado, aparecem Bahia (2,1%), Espírito Santo (1,9%), Minas Gerais (1,8%) e Piauí (1,6%), com Pernambuco (+0,2%) e Alagoas (+0,1%) apresentando modestos desempenhos.

O favorável desempenho econômico impulsionou o mercado de trabalho, elevando o estoque de empregos formais no Brasil para 48,4 milhões de vínculos empregatícios em dezembro de 2025. Esse volume representa uma alta de 2,7% em comparação ao ano anterior.

O mercado de trabalho brasileiro encerrou 2025 com um saldo positivo de 1,2 milhão de novos postos. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o resultado reflete o volume de 26,5 milhões de admissões frente a 25,3 milhões de desligamentos no período.

A criação de empregos formais avançou em todo o território nacional em 2025. Todas as cinco regiões registraram saldo positivo, com destaque para o Sudeste, que liderou com 504.972 novos postos, seguido pelo Nordeste (+347.940), Sul (+186.126), Centro-Oeste (+149.530) e Norte (+90.613).

Desta forma, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste concentraram os maiores volumes de emprego em 2025. O Sudeste liderou com 24,3 milhões de postos (50,2% do total nacional), seguido pelo Sul, com 8,8 milhões (18,2%), e pelo Nordeste, com 7,9 milhões (16,5%).

Os estados da área de atuação do FNE encerraram 2025 com saldo positivo de empregos. A Bahia liderou a criação de postos (+94.380), seguida por Minas Gerais (+79.008) e Pernambuco (+72.565). Também se destacaram Ceará (+49.184), Rio Grande do Norte (+15.870) e Espírito Santo (+13.816).

Impulsionado pela evolução da atividade econômica, o estoque de empregos no Nordeste cresceu 4,3% em 2025, superando a média nacional de 2,7%. Esse desempenho foi alavancado por estados que registraram expansão acima da média regional, com destaque para a Paraíba (6,0%), Piauí (5,8%) e Maranhão (4,8%), seguidos por Pernambuco (4,7%), Sergipe (4,5%) e Bahia (4,4%).

A melhora das condições do mercado de trabalho impactou no estoque de empregos no Nordeste, que passou para cerca de 8,3 milhões em 2025, ante 7,9 milhões em 2024. O aquecimento do mercado de trabalho impulsionou o estoque de empregos no Nordeste, que saltou de 7,9 milhões em 2024 para cerca de 8,3 milhões em 2025, refletindo a recuperação do mercado local.

Tabela 2 - Mercado de Trabalho Formal no Brasil, Regiões e Estados em 2025

Brasil / Regiões / Unidades Federativas	Admitidos (a)	Desligados (b)	Saldo de empregos		Estoque de Empregos		
			Total (a-b)	Part. (%)	Total	Var. (%) ⁽¹⁾	Part. (%)
Norte	1.305.421	1.214.808	90.613	7,1	2.470.838	3,8	5,1
Rondônia	174.706	164.262	10.444	0,8	305.156	3,5	0,6
Acre	57.198	52.140	5.058	0,4	115.567	4,6	0,2
Amazonas	309.904	288.829	21.075	1,6	571.702	3,8	1,2
Roraima	50.797	48.229	2.568	0,2	85.188	3,1	0,2
Pará	517.417	481.394	36.023	2,8	1.023.704	3,7	2,1
Amapá	54.072	46.043	8.029	0,6	103.490	8,4	0,2
Tocantins	141.327	133.911	7.416	0,6	266.031	2,9	0,5
Nordeste	3.762.087	3.414.147	347.940	27,2	8.291.606	4,4	17,1
Maranhão	290.702	258.989	31.713	2,5	690.489	4,8	1,4
Piauí	167.430	146.408	21.022	1,6	382.684	5,8	0,8
Ceará	667.953	618.769	49.184	3,8	1.458.024	3,5	3,0
Rio Grande do Norte	257.414	241.544	15.870	1,2	551.947	3,0	1,1
Paraíba	266.631	235.588	31.043	2,4	545.915	6,0	1,1
Pernambuco	697.250	624.685	72.565	5,7	1.589.300	4,8	3,3
Alagoas	211.741	195.035	16.706	1,3	482.955	3,6	1,0
Sergipe	157.475	142.018	15.457	1,2	358.143	4,5	0,7
Bahia	1.045.491	951.111	94.380	7,4	2.232.149	4,4	4,6
Sudeste	13.533.867	13.028.895	504.972	39,5	24.521.942	2,1	50,6
Minas Gerais	2.821.681	2.742.673	79.008	6,2	4.989.107	1,6	10,3
Espírito Santo	580.363	566.547	13.816	1,1	923.196	1,5	1,9
Rio de Janeiro	1.723.239	1.622.319	100.920	7,9	3.982.257	2,6	8,2
São Paulo	8.408.584	8.097.356	311.228	24,3	14.627.382	2,2	30,2
Sul	5.379.766	5.193.640	186.126	14,5	8.807.560	2,2	18,2
Paraná	2.037.949	1.957.284	80.665	6,3	3.299.272	2,5	6,8
Santa Catarina	1.721.751	1.662.567	59.184	4,6	2.627.952	2,3	5,4
Rio Grande do Sul	1.620.066	1.573.789	46.277	3,6	2.880.336	1,6	5,9
Centro-Oeste	2.615.303	2.465.773	149.530	11,7	4.348.574	3,6	9,0



Brasil / Regiões / Unidades Federativas	Admitidos (a)	Desligados (b)	Saldo de empregos		Estoque de Empregos		
			Total (a-b)	Part. (%)	Total	Var. (%) ⁽¹⁾	Part. (%)
Mato Grosso do Sul	419.472	399.716	19.756	1,5	689.951	3,0	1,4
Mato Grosso	675.430	643.697	31.733	2,5	975.724	3,4	2,0
Goiás	1.026.418	980.015	46.403	3,6	1.620.794	3,0	3,3
Distrito Federal	493.983	442.345	51.638	4,0	1.062.105	5,1	2,2
Não identificado	3.333	3.016	317	0,0	33.828	1,0	0,1
Brasil	26.599.777	25.320.279	1.279.498	100	48.474.348	2,7	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota: (1): Variação estoque de emprego ao final de 2025 em relação a igual período de 2024.

1.7 Participação do FNE no PPA

O Banco do Nordeste, em alinhamento à sua responsabilidade institucional, desempenha papel de agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da concessão de créditos alinhados aos programas, objetivos e metas previamente definidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, além de demais ministérios executores das políticas públicas. Com relação às ações não orçamentárias, o Banco do Nordeste participa de 7 (sete) Programas do Plano Plurianual do governo federal (PPA), por intermédio de 9 (nove) ações não orçamentárias, sendo 7 (sete) das ações executadas com a fonte de recursos FNE.

No PPA 2024-2027, o Banco do Nordeste contribuiu, em 2025, para o alcance dos objetivos e das metas anuais estabelecidas por meio de iniciativas, com financiamentos vinculados e ações do orçamento de investimentos das estatais, conforme valores apresentados no Quadro 3, à exceção do financiamento ao Setor Turismo, que apresentou resultado inferior à meta projetada, motivado pela inibição da demanda por crédito. Entretanto, o valor financiado em 2025 ao setor manteve-se na média do período dos últimos cinco anos (2020-2024), no qual o volume de contratações se elevou bastante, com um incremento de aproximadamente 164%, em função de financiamento de empreendimentos implantados em polo turístico por parte de grandes grupos empresariais, inclusive multinacionais.

Ressalta-se, como maiores destaques, em 2025, o crescimento para o financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste, seguido pela contribuição ao Setor de Comércio e Serviços, com participação em financiamento da ordem de 181% e 177 %, respectivamente, com recursos do FNE.

Quadro 3 - Plano Plurianual PPA 2025 - Valores Executados

Exercício	Programa PPA	Descrição	Valor Projetado (R\$ mil)	Valor Executado (R\$ mil)	%
2025	0150	Financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste (FNE)	1.386.904	2.510.419	181,0
2025	015P	Financiamento à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico (FNE)	1.229.735	902.503	73,4

Exercício	Programa PPA	Descrição	Valor Projetado (R\$ mil)	Valor Executado (R\$ mil)	%
2025	015Q	Apoio creditício às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo (FNE)	4.999.995	5.666.249	113,3
2025	015R	Financiamento à indústria (FNE)	2.971.411	3.932.201	132,3
2025	015S	Financiamento ao Comércio e aos Serviços (FNE)	7.851.006	13.890.192	176,9
2025	015T	Concessão de crédito para agricultores familiares – Banco do Nordeste do Brasil (FNE)	10.478.500	10.784.305	103,0
2025	015U	Concessão de crédito aos produtores rurais (Pessoa física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil abrangendo recursos direcionados do FNE	10.095.100	11.096.219	109,9
2025	015V	Incremento do volume de operações de financiamento à exportação (BNB)	791.000	902.754	114,1
2025	160	Concessão de financiamento em 1º piso buscando atender diretamente os micronegócios, assessorando também os microempreendedores populares (BNB)	13.200.000	13.400.000	101,7

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento.

1.8 Canais de relacionamento com a sociedade

O Banco do Nordeste garante o acesso da sociedade às informações públicas, conforme previsto na Constituição Federal, facilitando o controle social das ações governamentais do Banco em consonância com a sua missão.

Os canais de atendimento são pontos de contato que geram experiência do cliente, tornando-se meios de interação e de identificação com os produtos ou serviços e com a marca do Banco. Por meio dos canais de atendimento, o Banco pretende, entre outros objetivos: estar mais próximo do cliente para melhor atender às suas demandas; intensificar e aprofundar o relacionamento com o mercado; potencializar o cumprimento de sua missão e ampliar seus negócios. Tais canais estão à disposição dos vários segmentos de clientes do Banco, inclusive dos beneficiários do FNE.

Figura 7 - Canais de relacionamento com o público externo – 2025



Nota: O detalhamento dessas ferramentas se encontra no link [Canais de Atendimento](#). (1) Centro de Relacionamento com Clientes e Informação ao Cidadão.

Dentre esses canais para relacionamento com o público do FNE, destacaram-se pelo volume de demandas a Ouvidoria do FNE e o Centro de Relacionamento com Clientes e Informação ao Cidadão (CRCIC).

1.8.1 Ouvidoria do FNE

A Ouvidoria do FNE foi instituída pela Resolução nº 120/2019 do Conselho Deliberativo da Sudene. A recomendação é acolher, analisar e tratar todas as demandas (elogio, sugestão, denúncia, reclamação e informação) dos agentes econômicos e de suas entidades representativas quanto às rotinas e aos procedimentos empregados em todos os processos do FNE. Em 2025, foram recepcionadas, analisadas e tratadas 542 demandas específicas sobre o tema FNE, no âmbito do Banco do Nordeste (link [Ouvidoria do FNE](#)).

Tabela 3 - Ouvidoria do FNE: Demandas por Tema (2025)

Tema (BCB)	Quantidade	Percentual sobre o total (%)
Operações de Crédito	451	83,2%
Atendimento	72	13,3%
Outros temas	10	1,8%
Tarifas e Assemelhados	6	1,1%
Conta-Corrente	3	0,6%
Total	542	100,0

Fonte: BNB – Ouvidoria (2025).

1.8.2 Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão (CRCIC)

A Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), disciplinou o direito constitucional de acesso dos cidadãos a informações. Institui, como princípio fundamental, que o acesso à informação é a regra, enquanto o sigilo é a exceção. Para garantir o exercício pleno do direito de acesso, a LAI definiu os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à Administração Pública pelos cidadãos. São mecanismos da LAI a Seção de Acesso à Informação e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Para os cidadãos que desejarem apresentar seu pedido de acesso à informação, o atendimento poderá ser prestado de forma presencial, na sede em Fortaleza, por e-mail ou por contato telefônico ([SIC – Serviço de Informação ao Cidadão – Banco do Nordeste - Portal Banco do Nordeste](#)).

O Centro de Relacionamento atua junto às diversas áreas do Banco para garantir a disponibilidade, atualidade e padronização das informações, cabendo-lhe primordialmente:

- Monitorar a Seção de Acesso à Informação, mantida pelo Banco em seu site na internet. O objetivo da seção é divulgar informações de interesse público. A seção está estruturada e mantida no formato preconizado pela Controladoria Geral da União (CGU). O Centro de Relacionamento atua junto às diversas áreas do Banco para garantir a disponibilidade, atualidade e padronização das informações. Em 2025, a Seção de Acesso à Informação registrou 528.342 acessos.

- b) Prestar atendimento por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que atua recebendo pedidos de informações, fornecendo-as, registrando e encaminhando as demandas às diversas áreas do Banco, e acompanhando o seu atendimento. Em 2025, foram processados 279 atendimentos de pedidos de acesso à informação, entre pedidos, recursos e orientação de como acessar o serviço. O prazo médio de atendimento foi de 7 dias.

Em 2025, foram prestados os seguintes atendimentos:

Tabela 4 - Atendimentos prestados pelo CRCIC – 2025

Tipo de Atendimento	Contatos Realizados	%
A. Atendimento Receptivo - Demandas atendidas telefone e multimeios	34.490	1,1
1. TELEFONE (SAC/CAC)	30.939	89,7
2. MULTIMEIOS	3.551	10,3
2.1 E-mail	929	26,2
2.2 Fale Conosco	217	6,1
2.3 Reclame Aqui	243	6,8
2.4 Consumidor.Gov	232	6,5
2.5 Facebook	55	1,5
2.6 Instagram	1.867	52,6
2.7 Twitter	5	0,1
2.8 LinkedIn	3	0,1
B. ATENDIMENTO ATIVO - Contatos realizados por telefone e SMS	3.171.339	98,9
Telefone	8.637	0,27
Aviso de Reembolso (Via Atendente)	6.413	74,3
Lei 14.166 - Regulariza MPE (Via Atendente)	792	9,2
Recuperação de Crédito (Via Atendente)	1.432	16,6
SMS	1.646.759	51,93
Administração Financeira - Aviso de Cobrança	333.057	20,22
Administração Financeira - Aviso de Reembolso	595.402	36,16
Aviso de Reembolso - FNE Sol	199.857	12,14
Aviso de Reembolso - P-FIES	2.254	0,14
Desenrola Rural - Segmento Agricultura Familiar Maio/25	78.548	4,77
Reembolso Lei 13.340	66.809	4,06
Reg. de dívidas: Não deixe para depois!	357.845	21,73
Regulariza MPE	12.987	0,79
E-Mail	1.086.704	34,27
Administração Financeira - Aviso de cobrança	263.841	24,28
Administração Financeira - Aviso de Reembolso	607.983	55,95
Aviso de Reembolso FNE Sol	161.266	14,84
FNE Sol Nov/25	580	0,05
Regulariza MPE	15.265	1,4
Reg. de dívidas: não deixe para depois!	37.769	3,48
URA	178.872	5,64
Administração Financeira - Aviso de cobrança	147.725	82,59
Administração Financeira - Aviso de Reembolso	31.147	17,41



Tipo de Atendimento	Contatos Realizados	%
WhatsApp	250.367	7,89
Campanha boleto PDF Pronaf	11.685	4,67
Campanha boleto PDF Agroamigo	238.682	95,33
TOTAL		3.205.829

1.8.3 Acessibilidade

O BNB desenvolveu e adotou diferentes medidas para garantir a acessibilidade do cidadão aos seus produtos, serviços e instalações, como, por exemplo, capacitação dos atendentes das agências; terminais de autoatendimento acessíveis segundo ABNT NBR 15250; adaptação de mobiliário para as agências; disponibilização de estacionamento com vagas para clientes prioritários segundo lei municipal, calçadas, rampas e plataformas elevatórias; e instalação de sanitários adaptados para usuário de cadeira de rodas.

O BNB disponibilizou e ampliou a acessibilidade por meio digital em cumprimento ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; Decreto nº 7.724, de 16 de Maio de 2012 que regulamentou a Lei nº 12.527, que dispõe sobre o acesso a informações; Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico – e-Mag; Portaria nº 03, de 07 de Maio de 2007 que institucionalizou o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico e-MAG (link [Acessibilidade no BNB](#)).

1.9 Materialidade

A Matriz de Materialidade do Banco do Nordeste, metodologia na qual se identifica os temas materiais (prioritários), foi atualizada em 2023, por meio de um estudo abrangente, seguindo a metodologia de dupla materialidade.

A construção e validação da matriz de materialidade contou com a participação ativa da alta governança e seguiu um processo estruturado, dividido em seis etapas:

Principais etapas da definição da Materialidade

Etapa 1: Benchmarking com pares do setor – Análise dos relatórios de sustentabilidade das principais instituições financeiras, identificando boas práticas e tendências do setor.

Etapa 2: Mapeamento de impactos e riscos – Avaliação dos principais índices de mercado de capitais (ISE, DJSI, FTSE e MSCI) e diretrizes internacionais, como GRI e SASB, para monitoramento do desempenho em sustentabilidade.

Etapa 3: Mapeamento de tendências ASG – Análise de estudos acadêmicos, setoriais e marcos relevantes da sociedade civil sobre o setor financeiro.

Etapa 4: Consulta aos stakeholders – Coleta de 472 respostas por questionário on-line e realização de 10 entrevistas com públicos de interesse interno e externo, reforçando a representatividade.

Etapa 5: Priorização dos temas – Definição de uma lista final de temas materiais por meio de uma análise de consenso entre *benchmarking*, *frameworks* e contribuições de stakeholders.

Etapa 6: Validação da matriz de materialidade – Aprovação pela alta governança, garantindo que os temas identificados estejam alinhados aos objetivos estratégicos do Banco.

Esse processo permitiu a identificação de 12 temas prioritários, que permanecem inalterados e orientam a estratégia de sustentabilidade do Banco do Nordeste.

Quadro 4 - Materialidade

Tema Material	Descrição	ODS Relacionados	Esfera de Influência
Estrutura e boas práticas de gestão de riscos	Gerenciamento contínuo e eficaz de riscos corporativos, incluindo riscos ambientais, sociais e de governança, para proteger o valor do negócio e antecipar ameaças aos objetivos estratégicos.	ODS 16	Governança corporativa, processos internos, reguladores
Integridade e ética	Promoção de uma cultura organizacional baseada em princípios éticos e combate à corrupção, com políticas e controles rígidos para assegurar conformidade e boa conduta corporativa.	ODS 16	Alta liderança, colaboradores, fornecedores, sociedade
Responsabilidade social, ambiental e climática	Mitigação de riscos socioambientais e climáticos, alinhando investimentos à transição para uma economia de baixo carbono, promovendo ecoeficiência no uso de recursos naturais.	ODS 13, 7, 12, 15	Clientes, comunidades locais, parceiros de negócio
Segurança cibernética e proteção de dados	Fortalecimento das estruturas de proteção de dados financeiros e pessoais contra fraudes, ataques cibernéticos e violações de privacidade.	ODS 16	Clientes, TI interna, fornecedores de tecnologia
Negócios sustentáveis	Ampliação do financiamento a projetos e empresas que adotam práticas ambientalmente amigáveis, promovendo uma economia mais verde, inclusiva e resiliente.	ODS 2, 7, 8, 9	Clientes, comunidades, setores produtivos
Desenvolvimento e bem-estar de talentos	Oferecimento de condições seguras e oportunidades de crescimento profissional para empregados, promovendo saúde, segurança e valorização de carreiras.	ODS 3, 4, 8	Colaboradores, gestores
Estrutura e boas práticas de governança corporativa	Garantia de uma gestão transparente, alinhada às melhores práticas, com diversidade e integração da sustentabilidade na agenda estratégica da alta liderança.	ODS 17	Alta liderança, acionistas, stakeholders
Diversidade, inclusão e combate à discriminação	Promoção de igualdade de oportunidades, combate à discriminação e fortalecimento de uma cultura organizacional inclusiva e diversa.	ODS 5, 8, 10	Colaboradores, parceiros, comunidades
Inclusão social, educativa e produtiva	Expansão do acesso a microcrédito, educação financeira e soluções para apoiar pequenos e médios empreendedores, contribuindo para a redução de desigualdades na região de atuação.	ODS 1, 4, 8	Clientes, comunidades locais

Tema Material	Descrição	ODS Relacionados	Esfera de Influência
Inovação, tecnologia e pesquisa	Investimentos em inovação e tecnologia, com foco na transformação digital do Banco, no fortalecimento da base tecnológica e no apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento na região Nordeste.	ODS 9, 12, 13	Ecosistema de inovação, startups, fornecedores de tecnologia
Relacionamento, satisfação e acessibilidade do cliente	Aperfeiçoamento do atendimento ao cliente, incluindo acessibilidade física e digital, personalização de serviços e resolução de problemas de forma eficiente.	ODS 10	Clientes, parceiros comerciais
Proteção aos Direitos Humanos	Garantia de respeito e proteção aos Direitos Humanos em todas as operações do Banco e na cadeia de valor, alinhada a requisitos legais e compromissos institucionais.	ODS 8, 10, 16	Comunidades, fornecedores, colaboradores

1.10 Impactos Socioeconômicos do FNE

Os valores totais contratados pelo FNE, na área de atuação do FNE, que engloba a Região Nordeste, municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, somaram R\$ 50,2 bilhões, em 2025, conforme observado na Tabela 9.1. As contratações foram distribuídas entre os setores Rural (agricultura e pecuária), com 43,7% dos recursos, Comércio e Serviços (28,8%), Infraestrutura (13,5%), Indústria (7,9%), Agroindústria (4,2%), Turismo (1,8%) e o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES (0,1%).

Estima-se que referidos financiamentos no ano de 2025 acarretarão, por meio de efeitos diretos e indiretos, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) nacional, de aproximadamente R\$ 64,7 bilhões, destes 52,5% gerados diretamente na área de atuação do FNE (R\$ 34,0 bilhões). O Setor que apresenta a maior participação no Valor Bruto da Produção é o Rural, com R\$ 21,1 bilhões (Destes, 10,0 bilhões na área de atuação da SUDENE), seguido pelo de Infraestrutura (R\$ 15,9 bilhões), e pelo de Comércio e Serviços, com R\$ 15,7 bilhões.

Os valores adicionados (renda) às economias nacional e da área de atuação do FNE, são estimados em R\$ 28,1 bilhões e R\$ 15,5 bilhões (55,0%), respectivamente, com expressiva representação dos três setores comentados anteriormente (Rural com R\$ 4,7 bilhões; Comércio e Serviços com R\$ 4,3 bilhões; e Infraestrutura com R\$ 3,7 bilhões).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 582,6 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas e/ou mantidas na economia brasileira, sendo 77,9% na área de atuação do FNE (453,7 mil), a partir dos investimentos realizados no ano de 2025. Isto é, na medida em que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo das cadeias de produção, essas novas ocupações serão criadas ou mantidas a partir dos desembolsos realizados pelo Fundo Constitucional.

Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais) ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Os setores que mais se destacam no número de ocupações foram Rural, com 250,4 mil ocupações



(43,0%); Comércio e Serviços, com 137,4 mil ocupações (23,6%); e Infraestrutura (105,1 mil ocupações, (18,0%).

Os impactos sobre o pagamento de salários totalizam o valor de R\$ 13,2 bilhões na economia brasileira, com R\$ 6,7 bilhões diretamente na área de atuação do FNE (51,2%), cabendo aos setores Rural e Comércio e Serviços as importâncias de R\$ 4,2 bilhões e R\$ 3,5 bilhões, respectivamente. Os setores que apresentam maiores remunerações médias por ocupação, são o de Infraestrutura (R\$ 42,9 mil/ano) e industrial (R\$ 38,5 mil/ano), por serem demandadores de mão de obra mais qualificada. Por outro lado, o que apresenta o maior retorno em remuneração por valor contratado é o FIES (pessoa física).

Estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões em impostos (tributação), em virtude das contratações do Fundo, sendo R\$ 1,7 bilhão na área de atuação do FNE. O setor Rural se destaca nesta variável, com R\$ 1,0 bilhão em arrecadação (R\$ 448,1 milhões na área de atuação do FNE), seguido do de infraestrutura, com R\$ 854,6 milhões em arrecadação (467,0 milhões na área de atuação do FNE).


Tabela 5 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE(1), por Setor de Atividade, Brasil e Área de Atuação da Sudene (2025)

 Valores⁽²⁾ em R\$ milhões

Indicador	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Comércio	Serviços	Turismo	(FIES) Pessoa física	Infraestrutura	Total
Valor Contratado	10.967,7	10.959,0	2.098,7	3.990,1	10.087,8	4.387,6	902,5	41,1	6.765,5	50.199,9
Impactos no Brasil										
Valor bruto da produção	10.324,6	10.789,4	3.969,2	6.927,0	11.161,6	4.493,3	1.121,2	56,5	15.863,9	64.706,9
Valor adicionado	4.478,0	4.748,7	1.504,1	2.754,8	5.239,3	2.084,3	493,7	38,0	6.785,4	28.126,2
Remuneração (salários e contribuições sociais)	2.039,2	2.186,1	693,1	1.264,7	2.568,0	968,3	238,5	29,7	3.194,2	13.181,8
Arrecadação (impostos sobre produto)	495,3	521,8	189,1	379,7	524,1	214,3	58,5	2,2	854,6	3.239,5
Número de ocupações	95.944	154.407	34.702	44.162	102.640	34.729	10.010	861	105.095	582.551
Impactos Área de Atuação FNE										
Valor bruto da produção	4.807,2	5.213,4	2.309,8	4.096,8	6.052,7	2.346,9	625,7	49,6	8.458,3	33.960,5
Valor adicionado	2.220,4	2.467,0	819,8	1.597,2	3.119,2	1.194,7	290,9	34,6	3.737,3	15.481,0
Remuneração (salários e contribuições sociais)	868,4	1.011,2	363,3	695,8	1.476,7	508,5	135,4	28,2	1.655,6	6.743,1
Arrecadação (impostos sobre produto)	211,8	236,3	106,0	233,0	262,9	104,3	33,0	1,9	467,0	1.656,2
Número de ocupações	72.862	130.683	27.331	32.862	81.048	25.681	7.921	832	74.437	453.656

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração: ETENE-Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Nota: (1) Impactos estimados a partir do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), contemplando os efeitos diretos e indiretos, que se realizaram no período da aplicação de recursos.

Nota: (2) Valores a preços correntes do ano de 2025.

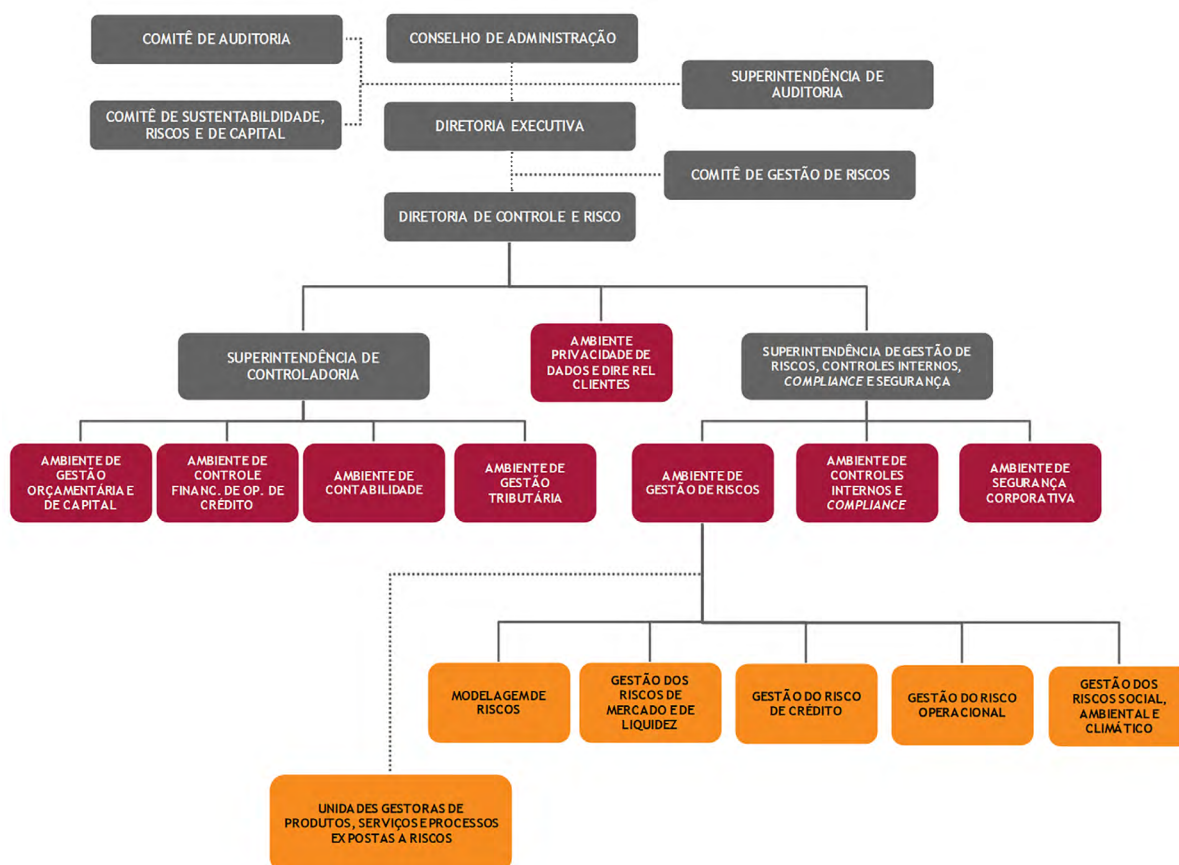
2 GESTÃO DOS RISCOS DE INTEGRIDADE

O Programa de Integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, desenvolvido com objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira; e fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional, conforme dispõe o Art. 56 do Decreto 11.129/2022.

A gestão integrada dos riscos de integridade, por sua vez, faz parte do Sistema de Controles Internos do BNB e, desse modo, também deve observar as responsabilidades atribuídas pela Política Corporativa de Gestão de Riscos e pela Política de Controles Internos e *Compliance* às três linhas do Sistema de Controles Internos, modelo adotado pelo BNB e que diferencia os grupos envolvidos no gerenciamento eficaz de riscos.

Tais mecanismos são gerenciados pela Diretoria de Controle e Risco, e pelas unidades a ela vinculadas, com reportes periódicos à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital (CSRC) e ao Conselho de Administração.

Figura 8 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos - 2025



Fonte: Política Corporativa de Gestão de Riscos – Versão 014.

2.1 Política Corporativa de Gestão de Riscos do BNB

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do BNB estabelece, como princípio essencial, a manutenção do sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da Instituição. Para fins da gestão integrada de riscos, define-se a relevância dos riscos em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Para os riscos considerados relevantes, são definidos metodologias, estratégias, processos, procedimentos e sistemas para o seu gerenciamento, sendo eles: crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária (IRRBB), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, de estratégia, reputacional, capital, conformidade, atuarial, cibernético e de modelos.

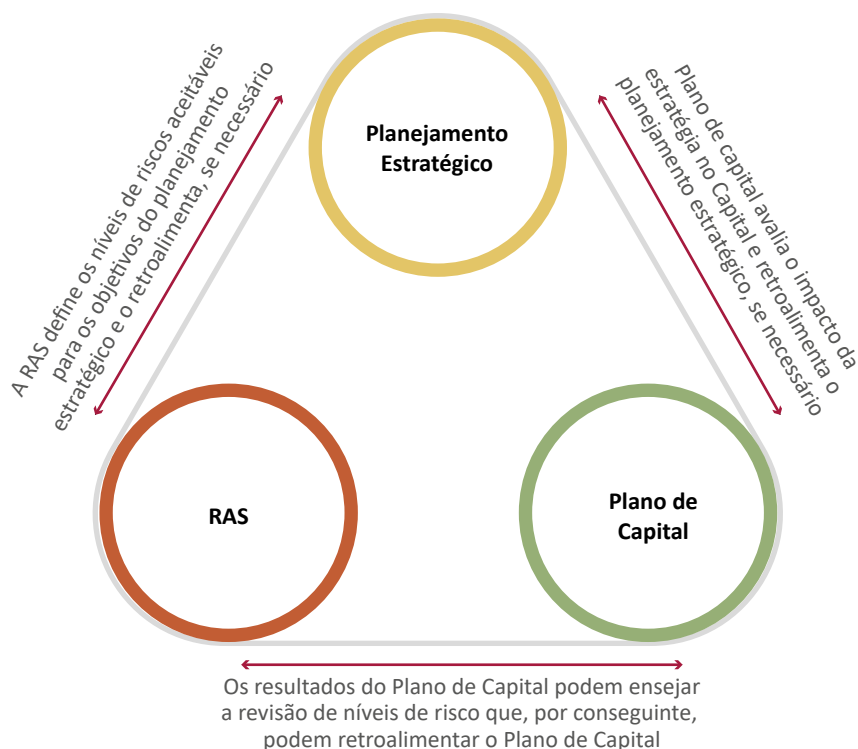
Figura 9 - Riscos Relevantes às Atividades de Financiamentos - 2025



Fonte: Adaptado do Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital – Pilar III – 3º Trimestre 2023.

A cultura de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se na tríade estratégia, risco e capital. Fundamenta-se na legislação vigente, na Política Corporativa de Gestão de Riscos, na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, os quais são passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade, integridade e transparência dos resultados.

Figura 10 - Cultura de Gestão de Riscos – 2025



A sinergia entre os três documentos juntos eleva a possibilidade de que as metas e objetivos da Instituição sejam atingidos em níveis aceitáveis de risco e em conformidade com os requisitos regulatórios de capital. Além disso, permite uma gestão mais transparente e responsável, elevando a confiança dos *stakeholders* da Instituição.

Maiores informações sobre a estrutura e ações de gestão de riscos conduzidos pelo Banco do Nordeste podem ser consultadas em sua página da Internet, <https://www.bnb.gov.br>, seção “Relação com Acionistas e Investidores”.

2.2 Política de Controles Internos

A Política de Controles Internos tem como objetivo manter o Sistema de Controles Internos (SCI) do Banco do Nordeste compatível com a sua natureza, o seu porte, a sua complexidade, a sua estrutura, o seu perfil de risco e o seu modelo de negócio. A Política de Controles Internos do BNB e o conjunto completo de suas diretrizes podem ser acessados no site de Relacionamento com Investidores do BNB, seção de Governança e Sustentabilidade (<https://ri.bnb.gov.br/>).

Os princípios e diretrizes que norteiam a Política de Controles Internos do Banco do Nordeste estão dispostos no quadro a seguir:



Quadro 5 - Política de Controles Internos BNB – Princípios e Principais Diretrizes

Princípio	Descrição	Diretrizes
Cultura de controle	<p>Refere-se ao conjunto de valores, atitudes, comportamentos e práticas adotados por uma organização para promover a responsabilidade, conformidade e integridade em todos os níveis hierárquicos. É parte essencial da governança corporativa e influencia diretamente a eficácia dos sistemas de controle interno.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definição clara dos papéis e responsabilidades, relativos aos controles internos, dos colaboradores e dos respectivos meios para o seu eficaz cumprimento. • Comunicação tempestiva ao adequado nível gerencial por parte dos colaboradores de: problemas nas operações; situações de não conformidade com os padrões de conduta definidos pela instituição; e violações das políticas da instituição ou de disposições legais e regulamentares. • Proibições de estabelecimento de metas de desempenho que incentivem a tomada de riscos em desacordo com os níveis determinados pela alta administração. • Formalização do compromisso com a ética e com a integridade, incluindo o cumprimento do código de ética ou de documento equivalente.
Identificação e avaliação de riscos	<p>Compreendem um processo contínuo e estruturado, voltado à detecção e análise de eventos ou condições que possam impactar os objetivos organizacionais. Busca reconhecer e descrever os riscos relevantes, bem como permite mensurar sua probabilidade de ocorrência e impacto potencial, possibilitando sua priorização e o direcionamento das estratégias de tratamento e gestão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de meios para identificação e avaliação contínua dos fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição e, quando aplicável, do grupo econômico que integra. • Revisão e atualização periódica do Sistema de Controles Internos, com a inclusão de medidas relacionadas a riscos novos ou não abordados anteriormente. • Adoção de medidas para mitigação dos riscos não tolerados e não controlados. • Análise do potencial de ocorrência de fraudes nas atividades desenvolvidas em todos os níveis de negócios.
Atividades de controle e segregação de funções	<p>Referem-se a procedimentos, práticas e mecanismos implementados para assegurar que as diretrizes, políticas e objetivos da organização sejam cumpridos de forma eficaz e eficiente; compreende também a distribuição adequada de responsabilidades entre diferentes colaboradores ou áreas, de modo a evitar que uma mesma pessoa ou unidade concentre etapas críticas de um processo, reduzindo a possibilidade de erros, fraudes ou conflitos de interesse.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação e execução de políticas e procedimentos de controle, bem como a verificação do seu cumprimento. • Revisão e acompanhamento de atividades relevantes pelos adequados níveis gerenciais. • Implantação de controles de atividades apropriados para os diferentes departamentos ou áreas de negócios, alinhados ao apetite por riscos definidos pela Instituição. • Implantação de controles físicos de ativos de valor, como acesso restrito, dupla custódia e inventários periódicos. • Verificação do cumprimento dos limites de exposição e acompanhamento das situações de não conformidades. • Implantação de sistema de aprovações e autorizações de transações sensíveis e de verificação e reconciliação. • Segregação apropriada das funções atribuídas aos integrantes da instituição, de forma a evitar situações de conflito de interesses.

Princípio	Descrição	Diretrizes
Informação e comunicação	<p>Informações relevantes e de qualidade, provenientes de fontes internas e externas apoiam o funcionamento eficaz dos elementos do controle. Devem ocorrer de forma contínua, clara e multidirecional, garantindo que as responsabilidades relacionadas ao gerenciamento dos riscos e manutenção dos controles sejam compreendidas e valorizadas em todos os níveis da entidade, bem como atendam às exigências e expectativas das partes externas interessadas.</p>	<p>Manutenção de canais de comunicação efetivos que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a informações compreensíveis, confiáveis, tempestivas e relevantes para realização de suas tarefas e cumprimento de suas responsabilidades.</p> <p>Manutenção de fluxos de informações adequados para que os objetivos, estratégias, expectativas, políticas e procedimentos estabelecidos pelos superiores cheguem aos funcionários e que as informações relevantes sejam compartilhadas entre os componentes organizacionais.</p> <p>Definição de metodologias para o registro e a manutenção de informações internas à instituição, como dados financeiros, operacionais e de conformidade.</p>
Monitoramento	<p>Processo contínuo e sistemático de análise, avaliações independentes e revisão da eficácia do sistema de controle interno, com o objetivo de assegurar que os controles estejam funcionando conforme o planejado e que permaneçam adequados diante de mudanças no ambiente organizacional.</p>	<p>Monitoramento contínuo da eficácia dos sistemas de controles internos e dos principais riscos associados às atividades da instituição.</p> <p>Avaliações periódicas, inclusive por parte da auditoria interna, acerca da eficácia dos sistemas de controles internos e dos principais riscos associados às atividades da instituição.</p> <p>Acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, para avaliar, no mínimo, se: os objetivos da instituição estão sendo alcançados; os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos; eventuais desvios identificados estão sendo prontamente corrigidos.</p> <p>Atualização de premissas, das metodologias e dos modelos de gestão de riscos.</p> <p>Definição de metodologia e canais de relato sobre deficiências nos controles internos aos responsáveis, à diretoria e ao conselho de administração, no caso de falhas materiais.</p>

2.3 Política de *Compliance*

A Política de *Compliance* do Banco do Nordeste tem o objetivo de garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as disposições legais e infralegais aplicáveis, incluindo códigos e normas internas, de maneira compatível com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da Instituição, de forma a assegurar o efetivo gerenciamento do seu risco de conformidade.

Os princípios e diretrizes que norteiam a Política de Controles Internos do Banco do Nordeste estão dispostos no quadro a seguir:



Quadro 6 - Política de Controles Internos do Banco do Nordeste

Princípios	Descrição	Diretrizes
Integridade e Ética	Atuação com honestidade, transparência, integridade e ética na execução das atividades.	<ul style="list-style-type: none"> • Agir de maneira alinhada aos princípios de integridade e ética da Instituição. • O risco de conformidade deve ser gerenciado de forma integrada com os demais riscos incorridos pela instituição, nos termos da regulamentação. • Manter uma clara divisão das responsabilidades das pessoas envolvidas na Primeira (executores e gestores), Segunda e Terceira Linhas, no contexto do Modelo das Três Linhas, de modo a evitar possíveis conflitos de interesse, principalmente com as áreas de negócios da instituição. • Manter a unidade responsável pela função de <i>compliance</i> integralmente segregada das áreas de negócio e da atividade de auditoria interna. • Determinar a política de remuneração dos responsáveis pelas atividades relacionadas à função de conformidade independentemente do desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflito de interesses. • Alocar pessoal suficiente, adequadamente treinado e com experiência necessária para o exercício das atividades relacionadas à função de <i>compliance</i>. • Adotar medidas necessárias para garantir independência e adequada autoridade aos responsáveis por atividades relacionadas à função de <i>compliance</i>. • Alocar recursos suficientes para o desempenho das atividades relacionadas à função de conformidade. • Garantir o livre acesso dos responsáveis pelos trabalhos e testes de <i>compliance</i> às informações necessárias para o exercício das atribuições. • Disponibilizar canais de comunicação junto à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração para relato dos resultados decorrentes das atividades relacionadas à função de <i>compliance</i>, de outras possíveis irregularidades ou falhas identificadas. • Manter procedimentos para a coordenação das atividades relativas à função de <i>compliance</i> com funções de gerenciamento de riscos e com a auditoria interna.
Conformidade	Execução das atividades em aderência às disposições legais e infralegais aplicáveis, inclusive com os códigos e normativos internos.	
Definição de Papéis e Responsabilidades	Definição dos papéis e responsabilidades específicas da Primeira (executores e gestores), segunda e Terceira Linhas, em observância ao Modelo das Três Linhas (IIA).	
Treinamento e Educação	Oferecimento de programas contínuos para educação corporativa relacionada à conformidade.	
Melhoria Contínua	Promoção de mudanças organizacionais para aprimoramento dos processos, produtos e serviços.	
Monitoramento	Monitoramento, supervisão e avaliação contínua das atividades e operações para garantir a conformidade legal, infralegal, com códigos e normativos internos aplicáveis.	

2.4 Modelo de gestão de riscos e controles internos

O Modelo das Três Linhas adotado pelo Banco do Nordeste segue o padrão concebido pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA) e tem o objetivo de fornecer uma estrutura clara para o gerenciamento integrado de riscos e controles internos. É um modelo amplamente adotado, que auxilia na definição de papéis e responsabilidades específicas para diferentes funções, garantindo que os riscos sejam gerenciados de maneira eficaz, e que as atividades sejam conduzidas com transparência e responsabilidade.

- **1ª Linha** - funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos são responsáveis por implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles. Também têm a atribuição de identificar, avaliar, controlar e reduzir os riscos guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos, garantindo que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos. No Banco do Nordeste, tais funções são exercidas pelos gestores dos processos corporativos de negócio e de suporte.
- **2ª Linha** - funções que gerenciam riscos e conformidade, sendo responsáveis por: (i) ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da primeira linha de defesa; (ii) apoiar as políticas de gestão; (iii) auxiliar no desenvolvimento de processos e controles para gerenciar riscos; (iv) fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos; (v) facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional - 1ª linha; (vi) monitorar a adequação e a eficácia do controle interno, a precisão e a integridade do reporte, a conformidade com leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências. No Banco do Nordeste, tais funções são exercidas, prioritariamente, pelas unidades de Gestão de risco, Segurança Corporativa, Controles Internos e Compliance.
- **3ª Linha** - realizada pela Unidade de Auditoria Interna, envolvendo avaliações periódicas nos mecanismos de acompanhamento e controle da implementação e da efetividade das respectivas políticas emanadas da 2ª linha.

O Ambiente de Controles Internos e *Compliance*, atuando em 2ª linha, realiza de forma segregada de outras unidades, atividades de *compliance*, certificação de conformidade e de eficácia de controles internos vinculados a processos, produtos e serviços operacionalizados em âmbito institucional, com apuração de indicadores e reporte dos resultados desses trabalhos para os demais órgãos internos e externos ao Banco. Anualmente, suas principais atividades são planejadas para o exercício seguinte e consolidadas por meio do Plano Anual de Atividades do Ambiente de Controles Internos e *Compliance* (PACIC), com finalidade de assegurar que sejam avaliadas e conformadas as áreas com exposição aos principais riscos ou detentoras de controles relevantes, com maior capacidade de impacto ao atingimento das diretrizes estratégicas da organização.

A Auditoria Interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e consultoria (*advisory*), desenvolvida para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Auxilia a Instituição a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no exercício da atividade de auditoria interna governamental, no âmbito da Administração Pública Federal Indireta, apresenta o seu Plano Anual de Auditoria Interna (*Paint*) para o exercício de 2026, em conformidade com as Instruções Normativas (IN) nº 3, 7, 8 e 5, da Controladoria-Geral da União (CGU), emitidas em 09/06/2017, 06/12/2017 e 27/08/2021, respectivamente, bem como a Resolução nº 4.879, de 23/12/2020, editada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), observadas, ainda, as orientações das Normas Globais de Auditoria Interna publicadas pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA).

Para maiores informações, consultar o site (<https://www.bnb.gov.br/web/guest/acesso-a-informacao/auditorias>).



Figura 11 - Modelo de gestão de riscos e controles internos – 2025



Fonte: BNB-Ambiente de Gestão de Riscos; Política de Controles Internos e Compliance – Versão 008 (2024).

GERENCIAMENTO DE RISCOS ESPECÍFICOS que compõe a carteira do FNE estão assim distribuídos:

1. São de Risco Integral do FNE:

- As operações realizadas com recursos do Fundo contratadas até 30.11.1998.
- As operações contratadas com beneficiários dos grupos "A", "B" e "A/C" do PRONAF, e as enquadradas nos programas PRONAF-Semiárido, PRONAF-Floresta, PRONAF-Emergencial-2009, PRONAF-Enchente-2010-AL/PE, PRONAF-Estiagem-2010, PRONAF-Semiárido-Seca-2012 e PRONAF-Seca-2012/Custeio, conforme a regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
- As operações de repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil contratadas até 30.11.1998, sendo o risco transferido integralmente para as respectivas instituições por meio de cláusula contratual específica.

2. São de risco compartilhado entre o FNE (50%) e o BNB (50%)

- As operações vigentes contratadas a partir de 01.12.1998, conforme regulamento da Lei nº 10.177/2001.

3. São de Risco Integral do Banco do Nordeste:

- As operações de repasses a outras instituições realizadas com base na Portaria nº 616, de 26.03.2003, e suas sucessoras anteriores à Portaria nº 3.025/2021 do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

- As operações de repasse de recursos ao Banco do Nordeste com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.
- As operações reclassificadas para o âmbito do FNE nos termos do Art. 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008.
- Os financiamentos contratados para liquidação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, com base na linha de crédito instituída pelo Art. 5º da Lei nº 12.716, de 21.09.2012, quando a operação a ser liquidada tiver risco atribuído integralmente ao BNB.

2.5 Avanços na Gestão do Risco em 2025

Avanços na Gestão de Riscos:

- Criação de um Grupo de Trabalho (GT) de Monitoramento, Sincronização e Prospecção, responsável por iniciativas relacionadas aos impactos da referida regulação (4966), e visa reduzir os impactos das novas regras de provisão sobre os resultados e as operações do Banco, desde a contratação até o acompanhamento e a recuperação de créditos.
- Adaptação de processos, sistemas e normas internas para atender à Resolução BCB nº 356/2023, que define procedimentos para o cálculo do capital requerido para risco operacional por meio da abordagem padronizada (RWAOPAD).
- Iniciados os preparativos para o cumprimento da Resolução BCB nº 470/2025, que estabelece procedimentos para o cálculo diário da parcela relativa às sensibilidades dos instrumentos sujeitos ao risco de mercado (RWASENS), cuja vigência obrigatória terá início em 1º de janeiro de 2027.
- Automatização do monitoramento dos indicadores de risco considerados relevantes na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), e implantação de mecanismos de acompanhamento preventivo das provisões para ativos financeiros.
- Desenvolvimento de um modelo de classificação aplicado às operações de crédito, no âmbito dos riscos social, ambiental e climático, permitindo ao Banco ter uma visão mais estratégica de sua exposição e realizar um monitoramento mais eficaz.

Vale destacar que os níveis de exposição ao risco previstos na RAS - informados mensalmente ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital e à Diretoria Executiva, e trimestralmente ao Conselho de Administração - mantiveram-se estáveis ao longo de 2025. A única exceção foi o aumento nos índices de inadimplência no primeiro e no último trimestre, reflexo das mudanças no cenário econômico nacional. Ainda assim, o Banco demonstrou resiliência e elevada capacidade de gestão de riscos, mesmo em um contexto mais dinâmico e complexo. Mais informações sobre a estrutura de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste estão disponíveis no site (<https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-gestao-de-riscos>).



3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 Diretrizes Estratégicas do BNB

Em sua missão de atuar como banco de desenvolvimento sustentável da Região Nordeste e de algumas mesorregiões dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o BNB tem se consolidado como uma das principais instituições com potencial de impactar a melhoria de vida da sociedade nordestina. O Banco do Nordeste tem atuado com protagonismo e pioneirismo, mas também enfrentado grandes desafios no compromisso de desenvolver a região na qual atua. Para tanto, estabeleceu Diretrizes Estratégicas transversais que norteiam as suas ações para a obtenção e maximização dos resultados pretendidos, quais sejam:

Figura 12 - Diretrizes Estratégicas – 2025

	01 Promover o desenvolvimento regional sustentável.		06 Consolidar a liderança no microcrédito.
	02 Avançar nas práticas ambientais, sociais e de governança (ASG).		07 Diversificar as fontes de recursos financeiros.
	03 Fortalecer a centralidade do cliente nos negócios		08 Reconhecer as pessoas e Valorizar a diversidade.
	04 Ser o Banco da micro, pequena e média empresa.		09 Inovar em programas, produtos, serviços e processos.
	05 Fazer o FNE cada vez melhor.		10 Elevar a eficiência operacional.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, com vistas a financiar as atividades produtivas da Região Nordeste e o dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, tendo o Banco do Nordeste como entidade regional de desenvolvimento responsável pela aplicação desses recursos.

As orientações para a aplicação do FNE devem estar em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), elaborado pela Sudene. Desse modo, e por se tratar de recursos públicos estáveis, torna-se imprescindível aplicar tais recursos com seletividade e com priorização dos projetos, financiando em condições compatíveis com as peculiaridades da sua área de abrangência.

Com a missão de atuar como o banco de desenvolvimento da região, o Banco do Nordeste busca suprir grande parcela da lacuna referente ao crédito, por meio do FNE, contribuindo para a transformação do cenário econômico regional, favorecendo a redução das desigualdades econômicas, espaciais e sociais. Na condição de administrador e operacionalizador exclusivo dos recursos, deve seguir o orçamento e a programação anuais das aplicações dos recursos, que, por sua vez, estão alicerçados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ao Plano

Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), às diretrizes, prioridades e demais orientações definidas pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), devendo ainda se integrar às políticas setoriais e macroeconômicas do governo federal, aos planos de investimento dos setores produtivos e às demandas de movimentos sociais dos estados, por meio de suas participações nas reuniões técnicas durante o processo de elaboração da programação anual.

De fato, para reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, requer-se a articulação e a convergência de diversas políticas públicas para que se possa produzir os efeitos esperados, que é o crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. Ao atuar na promoção do desenvolvimento da região, o Banco do Nordeste, principalmente, por meio do FNE, tem atuado como catalisador dos processos de desenvolvimento, apoiando as políticas públicas nacionais e locais.

Constituem-se, portanto, prioridades de aplicação do Fundo, as atividades econômicas do Semiárido, destinando pelo menos metade dos recursos ingressados nos termos do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal (Lei Nº 7.827, de 27 de setembro de 1989), os pequenos e mini produtores rurais e as micro e pequenas empresas; as atividades de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais; as atividades que produzam alimentos básicos para consumo da população; e os projetos de irrigação.

O Banco do Nordeste foi criado como uma instituição singular, com uma multiplicidade de funções, com expressiva participação nos financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto e médio prazos aos diversos setores da economia, como também financiamentos às exportações, além de prestar serviços próprios de uma instituição financeira. O Banco contribui com ações voltadas para fortalecer as principais cadeias produtivas e atrair investimentos para a região, além de atender o pequeno empreendedor urbano e o agricultor familiar através de programas de microfinanças. Atua também com ações supletivas, a exemplo do apoio à pesquisa científica, à difusão tecnológica e ao incentivo à cultura regional, reafirmando o papel do BNB como banco de desenvolvimento.

Apesar dos avanços registrados nos últimos anos, o hiato que separa o Nordeste das regiões mais desenvolvidas do país demonstra que ainda há um grande desafio a ser superado. Nesse sentido, o FNE vem contribuir, como instrumento de política pública, por meio do financiamento dirigido às atividades produtivas, aos setores econômicos e aos empreendimentos para o alcance de um desenvolvimento sustentável, unindo fatores econômicos, ambientais e sociais. Dessa forma, o Banco do Nordeste, na condição de operador e administrador do Fundo, reafirma o seu compromisso com o FNE, em consonância com as diretrizes e prerrogativas constitucionais e legais.

3.2 Diretrizes e Planos de Curto Prazo

Cada perspectiva estratégica do Banco do Nordeste reflete um compromisso específico e vital do Banco com o desenvolvimento regional e a melhoria contínua de sua eficiência operacional. Os Indicadores Estratégicos são parâmetros adotados para analisar e avaliar os resultados e os impactos desejados, refletindo o compromisso e a contribuição do Banco no desenvolvimento da Região, sendo divididos em dois tipos: indicadores de resultados e indicadores de impactos. Os Indicadores Estratégicos de Resultados medem os efeitos internos das ações, iniciativas e projetos conduzidos pelo Banco, enquanto os Indicadores Estratégicos de Impactos mensuram os efeitos externos da implementação das políticas públicas em nossa área de atuação. Quanto aos Indicadores Estratégicos de Resultados, para o próximo quinquênio, esse conjunto será formado por 19 (dezenove) indicadores.



Os Indicadores Estratégicos de Resultados, descritos a seguir, refletem o compromisso e a contribuição do Banco para o desenvolvimento da Região:

- **Inclusão Social e Financeira** – o Banco busca expandir e fortalecer os canais de acesso a serviços financeiros, criar instrumentos para melhor adequação dos serviços aos segmentos de menor renda e garantir a qualidade na provisão de serviços financeiros;
- **Governança Corporativa** – o Banco do Nordeste evidencia-se como instituição financeiramente sólida, direcionando esforços para ganhos de eficiência e retorno sobre seu patrimônio líquido, além de realizar o acompanhamento dos fatores geradores de despesas e dos seus impactos nos resultados;
- **Crédito Sustentável e Especialmente e Setorialmente Distribuído** – busca-se a realização de um dos pilares do FNE, que é primar para que a contratação dos recursos do Fundo seja conduzida de modo a promover o desenvolvimento em toda a área de atuação do Banco do Nordeste, com impacto positivo na dinâmica econômica local, resultando no enfrentamento do desequilíbrio econômico intrarregional;
- **Excelência no Relacionamento com os Clientes** – a qualidade oferecida em todas as etapas do relacionamento do Banco do Nordeste com seus clientes impacta diretamente a imagem da marca no mercado, a fidelização e, conseqüentemente, a performance dos seus negócios.

Quadro 7 - Indicadores estratégicos, Meta e Realizado 2025

Resultados Estratégicos	Indicador	Unidade de medida	Meta 2025	Realizado 2025	%
Inclusão Social e Financeira	Clientes ativos no Pronaf	Quantidade	2.120.000	2.469.228	116,47
	Quantidade de Operações Contratadas no Agroamigo (1)	Quantidade	700.000	748,517	106,93
	Cliente ativos no Crediamigo	Quantidade	2.183.792	2.175.000	100,40
	% de clientes com aumento de valores de financiamento do Crediamigo	Percentual	63,0%	64,34%	102,12
	Crédito para Promoção do Empreendedorismo Feminino	Percentual	65,0%	65,58%	100,89
Governança Corporativa	Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Percentual	14,5%	20,68%	142,62
	Índice de Eficiência (*)	Percentual	55,40%	49,66%	110,36
	Inadimplência BNB (*)	Percentual	4,0%	4,69%	82,75
	Inadimplência FNE (*)	Percentual	5,2%	3,85%	125,96
	Expansão da Base de Clientes	Percentual	4,05%	7,07%	174,56
	Liderança Feminina	Percentual	27,5%	27,39%	99,60
	Índice de Eficácia de Estratégia ASG	Percentual	0,80	0,73	91,25
Índice de Eficácia da PRSAC	Percentual	0,80	0,95	118,75	
Crédito Sustentável Especialmente e Setorialmente Distribuído	Cumprimento da Programação do FNE (4)	Percentual	90,0%	86,83%	96,47
	Grau de Concentração Espacial do Crédito (*)	Percentual	17,0%	12,84%	124,47
	Grau de Concentração Setorial do Crédito (*)	Percentual	25,0%	20,02%	119,92

Resultados Estratégicos	Indicador	Unidade de medida	Meta 2025	Realizado 2025	%
Excelência no Atendimento a Clientes	Prazo de Atendimento às Demandas de Ouvidoria (*)	Dias Úteis	2,5	1,06	157,60
	Atendimento às Demandas do SIC/SAC	Percentual	94,0%	99,14%	105,46
	Cumprimento da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços Financeiros	Percentual	88,0%	91,3%	103,75

Fonte: Planejamento BNB (2025)

Nota: (*) Quanto menor melhor; (1) refere-se ao desempenho em relação à meta do período.

A análise dos indicadores da perspectiva “Inclusão Social e Financeira” aponta para um desempenho amplamente satisfatório, com extrapolação da meta nos cinco indicadores avaliados. Tal resultado sinaliza o avanço da eficiência operacional e o fortalecimento das estratégias de apoio ao agricultor familiar.

Observa-se, ainda, a evolução dos processos de visita, análise e acompanhamento de clientes, bem como o impacto positivo das capacitações contínuas ofertadas às equipes operacionais. A consolidação de uma cultura de responsabilidade pelo desempenho e a comunicação sistemática sobre metas e avanços reforçam o alinhamento institucional e o senso de propósito coletivo.

O desempenho da perspectiva de Governança Corporativa evidencia a solidez financeira e a maturidade da gestão institucional. Cinco do total de oito indicadores superaram suas metas: Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (142,62%), Índice de Eficiência (110,36%), Inadimplência FNE (125,96%), Índice de Eficácia da PRSAC (118,75%) e Expansão da Base de Clientes (174,56%).

Outros dois indicadores apresentaram resultados satisfatórios: Índice de Eficácia da Estratégia ASG (91,25%) e Liderança Feminina (99,60%). Destaca-se, nesse contexto, a intensificação de iniciativas voltadas à equidade de gênero, com ações afirmativas, programas de desenvolvimento e fortalecimento do debate institucional.

O indicador de Inadimplência BNB (82,75%) teve o seu desempenho influenciado pelo aumento da inadimplência da Carteira Própria, decorrente da elevação de operações em crédito comercial, financiamentos industriais, comerciais, de serviços, rurais, agroindustriais e de infraestrutura, sendo impactado também pelo cenário macroeconômico, caracterizado por taxas de juros elevadas e inflação persistente, o que pressionou a renda real das famílias e empresas, contribuindo para maior restrição na capacidade de pagamento.

O desempenho da perspectiva “Crédito Sustentável Especialmente/Setorialmente Distribuído”, foi classificado como excelente em dois indicadores, Grau de Concentração Espacial do Crédito (124,47%) e Grau de Concentração Setorial do Crédito (119,92%), e satisfatório no Cumprimento da Programação do FNE (96,47%). Na dimensão espacial, o resultado de 12,84% superou a meta de 17%, demonstrando baixa concentração do crédito entre os estados atendidos pelo FNE, conforme a metodologia aplicada. Apesar disso, observam-se níveis superiores de contratação nas maiores economias regionais, Bahia, Pernambuco e Ceará, e desafios estruturais em estados como Sergipe, Alagoas e Espírito Santo, decorrentes de limitações de porte espacial e econômico.

Na distribuição setorial, o resultado foi de 20,02%, melhor que a meta estabelecida (25,00%), evidenciando, segundo a metodologia utilizada, que houve baixa concentração do volume de financiamentos entre os setores da programação do FNE. Houve participação de 84,90% das

aplicações nos setores de Agricultura, Comércio e Serviços, Pecuária e Infraestrutura, e de 15,10% nos empreendimentos ligados aos setores de Indústria, Turismo, Agroindústria e Pessoa Física.

Quanto aos indicadores da perspectiva “Excelência no Atendimento a Clientes”, observou-se a extrapolação da meta nos três indicadores dessa perspectiva. Criar estratégias para atender bem os clientes em todas as plataformas, buscando gerar uma cultura organizacional voltada para a excelência no atendimento, significa dizer que o Banco busca um processo eficiente, com qualidade e diligência, de modo a melhorar a experiência e valorizar a satisfação de seus clientes.

3.3 Diretrizes e prioridades do FNE

A Programação FNE 2025 foi construída sob a coordenação do Banco do Nordeste, e norteia a aplicação dos recursos disponíveis para o exercício. Orienta-se pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), pelo Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), pelos marcos regulatórios dos Fundos Constitucionais, pelas diretrizes e prioridades emanadas do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Condel-Sudene), como também por direcionamentos e atendimento das prioridades dos setores econômicos dos governos federal e estaduais.

Condições diferenciadas têm sido implementadas para estimular o financiamento em áreas prioritárias no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio do atendimento, principalmente, aos beneficiários de menor porte e à captação de novos clientes. Dentre as condições diferenciadas e ações implementadas em 2025, destacaram-se:

- a) Limites de financiamento diferenciados para operações de capital de giro isolado, inclusive para empresas exportadoras e maior limite de financiamento para os empreendimentos localizados em municípios do semiárido, de baixa renda ou de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride);
- b) Destinação de dotação de recursos específicos na Programação para serem aplicados nos municípios localizados no Semiárido ou nas Rides ou classificados nas tipologias prioritárias da PNDR (média ou baixa renda);
- c) Monitoramento da cobertura das aplicações do FNE no âmbito de todos os municípios da área de atuação da Sudene e da evolução das aplicações do FNE no âmbito dos espaços prioritários da PNDR.

As diretrizes e orientações gerais oriundas do MIDR e do Condel-Sudene foram definidas para o exercício de 2025 por meio dos seguintes documentos: Portarias MIDR nº 2.252, de 04/07/2023 e nº 3.646, de 29/10/2024 e das Resoluções Condel/Sudene nº 182/2024, de 15/08/2024 e nº 185/2024, de 11/12/2024. A essa referência legal, agrega-se todo o arcabouço publicado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no que se refere à metodologia das Taxas de Juros dos Fundos Constitucionais.

Tais diretrizes e orientações encontram-se detalhadas na [Programação FNE 2025](#) e se subdividem em:

a) Diretrizes Gerais

A aplicação dos recursos e a formulação dos programas de financiamento do FNE devem obedecer às seguintes diretrizes gerais, conforme Art. 3º da Portaria MIDR Nº 2.252, de 2023 e Nº 3.646, de 2024:

- I. os princípios, objetivos e as estratégias estabelecidos pela PNDR, observadas todas as escalas geográficas e sub-regiões especiais estabelecidas no art. 5º do Decreto n. 9.810, de 2019;
- II. as políticas econômicas, sociais, ambientais e climáticas;
- III. os Planos Regionais de Desenvolvimento, com foco nos programas, projetos e ações considerados prioritários;
- IV. a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- V. a Política Nacional de Irrigação;
- VI. as potencialidades e vocações econômicas e culturais da área de atuação da respectiva Superintendência;
- VII. as diretrizes estabelecidas pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;
- VIII. a política industrial aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), de que trata o art. 2º do Decreto n. 11.482, de 6 de abril de 2023;
- IX. apoio à recuperação e à preservação das atividades produtivas e de infraestrutura social afetadas por empreendimentos e/ou mudanças climáticas.

b) Diretrizes Espaciais

Serão consideradas prioritários para fins de aplicação do Fator de Localização 0,9, conforme alínea a do inciso VI do § 1º do artigo 2º da Resolução CMN n. 5.013, de 28 de abril de 2022, os empreendimentos que atendam a, pelo menos, uma das condições de localização descritas abaixo, conforme anualmente aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene:

- I. estejam localizados em um município polo de uma região geográfica intermediária, com exceção das capitais estaduais;
- II. estejam localizados em uma microrregião que seja classificada como de baixa renda, independente do dinamismo;
- III. estejam localizados na Região do Semiárido e inseridos numa microrregião que seja classificada como de média renda, independente do dinamismo;
- IV. estejam localizados na Bacia do Rio Parnaíba, na Bacia do Rio São Francisco ou na área de influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e inseridos numa microrregião que seja classificada como de média renda, independente do dinamismo;
- V. estejam inseridos em Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), com exceção dos municípios localizados em microrregião que seja classificada como alta renda, independente do dinamismo;
- VI. nas cidades selecionadas para os programas vinculados aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, como o Programa Cidades Intermediadoras e nas regiões que vierem a ser definidas pelo Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;
- VII. nas regiões que vierem a ser definidas pela Política de Desenvolvimento Industrial Nova Indústria Brasil - NIB, Resolução CNDI/MDIC nº 4, de 22 de janeiro de 2024, e pelo Plano de Transformação Ecológica - PTE.



c) Diretrizes Específicas

Correspondem aos Eixos Estratégicos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), em que foram selecionadas as ações que possuem convergência com a política de fomento do governo federal, quais sejam: desenvolvimento produtivo, inovação, infraestrutura econômica e urbana, meio ambiente, educação e desenvolvimento social ([link Programação FNE 2025](#)).

3.3.1 Resultados por Eixo do PRDNE

A Lei Complementar 125, de 03/01/2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), estabelece o Plano Regional do Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) como um dos instrumentos de ação da autarquia. Esse instrumento tem como objetivo a redução das desigualdades regionais em consonância com o artigo 43 da Constituição Federal de 1988.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) para o período 2024-2027 foi instituído pela Resolução Nº 167/2023, de 16/08/2023, do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Condel/Sudene), já tendo sido encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação e deliberação.

O PRDNE teve como referências-base para sua elaboração a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES) 2020-2031, os marcos orientadores da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Agenda Estratégica para o Nordeste, elaborada pela SUDENE, fruto do grupo de trabalho criado no âmbito da revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional em 2018. Esse plano também se insere no contexto de clara convergência com as iniciativas nacionais da “Agenda 2030” da Organização das Nações Unidas (ONU), que definiu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹.

Por determinação constitucional e legal, no contexto da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no âmbito da redução das desigualdades econômicas e sociais - intra e inter-regionais, e apoio à viabilização de oportunidade de negócios que favoreçam a geração de emprego e renda e à melhoria da qualidade de vida, são referenciais tanto a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (Decreto n. 11.962, de 22/03/2024) quanto o PRDNE.

A Resolução Condel/Sudene Nº 182/2024 (alterada pela Resolução Condel/Sudene Nº 185/2024) trata das diretrizes e prioridades que deverão nortear a proposta de aplicação dos recursos do FNE para o exercício de 2025, estabelecendo as diretrizes (eixos da PRDNE) e prioridades (programas da PRDNE) a serem priorizados no exercício. O quadro 7 apresenta os resultados alcançados, já disponibilizados à Sudene.

¹ SUDENE. Documento de referência do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste para o período 2024–2027.

Quadro 8 - Resultados FNE por eixo do PRDNE (Valores R\$ mil)

Diretriz (Eixo PRDNE)	Prioridades (Programa PRDNE)	Programado (A)	Realizado (B)	B/A (%)
1. Desenvolvimento Produtivo	1.1 Desenvolvimento da Agropecuária	13.678.748	20.557.377	150,3
	1.2 Nordeste Turístico	621.977	790.786	127,1
	1.3 Neoindustrialização	2.230.929	2.960.260	132,7
	1.4 Mais Serviços Nordeste	4.729.200	5.253.068	111,1
2. Inovação	2.1 Alinhamento regional para promoção da especialização produtiva inteligente no território	820.454	1.753.574	213,7
3. Infraestrutura Econômica e Urbana	3.1 Aproveitamento do Potencial Energético	5.209.438	2.984.237	57,3
	3.2 Comunicação Digital	199.812	452.502	226,5
	3.3 Integração Logística Regional	1.973.515	957.148	48,5
	3.4 Desenvolvimento Urbano Integrado	226.179	1.071.938	473,9
	3.5 Saneamento Ambiental do Nordeste	2.566.735	1.359.292	53,0
	3.6 Recursos Hídricos	1.124.443	2.276.757	202,5
4. Meio Ambiente	4.1 Conservação, Proteção e Uso Sustentável de Recursos Naturais	100.000	255.995	256,0
5. Desenvolvimento Social	5.1 Mais Saúde Pública	65.613	6.755	10,3
6. Educação	6.1 Educação Superior	29.000	41.067	141,6
	6.2 Educação Profissional e Tecnológica	23.396	10.095	43,1

3.4 Programação Orçamentária

Tabela 6 - Programação Orçamentária: Disponibilidades de Recursos do FNE em 2025 (Valores R\$ mil)

Discriminação	Valor Previsto
Fontes de Recursos (A)	72.257.340
Disponibilidades Final do Exercício Anterior	17.890.342
Repasses da STN	16.794.376
Retornos dos Financiamentos Concedidos	34.169.204
Remuneração das Disponibilidades	1.966.117
Recuperação de Créditos	379.344
Outros	1.057.957
Saídas de Recursos (B)	-8.660.192
Pagamento de Taxa Administração	-2.013.588
Pagamento de Del credere	-4.050.174
Bônus de Adimplência	-1.465.958
Remuneração das Disponibilidades (Banco)	-19.994
Pagamento Remuneração em Operações PRONAF	-860.025
Recursos para Avaliação do FNE	-3.351
Outros	-247.101
Disponibilidade de Recursos (C) = (A + B)	63.597.148
Saldo a Liberar de Operações Contratadas (D)	16.305.645
Disponível para Novas Contratações (E) = (C - D)	47.291.503

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital (2025).



3.5 Apoio da estrutura de governança à capacidade do FNE para gerar valor

A Estrutura de Governança Corporativa do Banco do Nordeste está definida em seu Estatuto Social, e é assim composta: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Superintendência de Auditoria; Comitê de Auditoria; Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; Diretoria Executiva.

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis vigentes, assim como alinhados às melhores práticas de mercado como instrumentos de Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

A governança corporativa como tema transversal abrange práticas que envolvem diretrizes de controles internos e gerenciamento de riscos, além da busca pela transparência para os acionistas, o mercado e a sociedade, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos (*Compliance*) do Sistema Financeiro Nacional e pela gestão institucional efetivada em modelos que garantam o cumprimento da missão, a continuidade da empresa e a geração de resultados positivos ([Relação com Acionistas e Investidores](#)).

Para o Banco, a busca do fomento ao desenvolvimento deve ser compatibilizada com a otimização dos resultados e com as expectativas dos acionistas minoritários. Como prática de transparência aos seus públicos de interesse, o Banco do Nordeste disponibiliza publicamente os conteúdos de divulgação obrigatória das empresas estatais ([Transparência e Prestação de Contas](#)).

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco, é observado o Código de Conduta Ética e Integridade do Banco do Nordeste ([Código de Conduta e Integridade](#)), disponibilizado na internet para todos os interessados. Esse código destaca-se como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição, em consonância com dois valores básicos dela: acesso e transparência das informações.

Também está normalizada a arquitetura organizacional do Banco, compreendendo suas unidades organizacionais, subordinação, atribuições, organograma e distribuição do quantitativo de vagas. Internamente, a política de tomada de decisões dá-se de modo colegiado em todas as suas unidades/operações, com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança à governança da Instituição. Para tanto, são utilizados comitês e comissões, que visam à mitigação dos riscos associados ao processo de tomada de decisão.

Cabe à estrutura de governança do Banco do Nordeste a gestão dos negócios e representação do Banco perante a sociedade, a definição, o monitoramento e a avaliação do cumprimento dos objetivos de curto, médio e longo prazos definidos e de seu alinhamento com o objeto social do Banco.

A estrutura de governança do Banco promove as ações que viabilizam a solidez, sustentabilidade e perenidade do Banco e de sua atuação como agente de implementação de políticas públicas, visando ao desenvolvimento regional sustentável, à inclusão financeira e à inovação, como principais promotores de geração de valor para a sociedade. A definição e a avaliação de desempenho do Banco do Nordeste, no que tange à obtenção de resultados e adequado risco e controle, são continuamente objetos de apreciação e deliberação da estrutura de governança do Banco. Os componentes dessa estrutura têm competências definidas de modo a viabilizar o exercício de supervisão e gestão que contribuam para o alcance de resultados sustentáveis e boas práticas em riscos e controles, conforme previsto no Estatuto Social do Banco do Nordeste ([Estatuto Social](#)).

3.6 Desempenho das contratações

No documento Programação Regional FNE 2025, constou o plano das aplicações com as metas e prioridades a serem atendidas durante a ano de referência.

Para 2025, foram orçados o total de R\$ 47,3 bilhões, e foram contratados R\$ 50,2 bilhões, o que correspondeu a 6,1% de superação da meta projetada. Em comparação ao ano anterior, o volume de recursos contratados cresceu 12,0%, a quantidade de operações 9,4%, e o tíquete médio por operação teve pequeno aumento, passando de R\$ 28,0 mil para R\$ 28,7 mil.

Tabela 7 - Evolução das Contratações (2024-2025)

Contratações FNE	2024		2025		variação Operações %	variação Valor%
	Operações	Valor (R\$ mil)	Operações	Valor (R\$ mil)		
Total	1.599.980	44.805.493	1.749.513	50.199.932	9,35%	12,04%

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital (2025).

Quanto ao volume de contratações por estado, observou-se que os estados do Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe não alcançaram a meta estabelecida, enquanto os demais estados superaram a meta. Destacaram-se com os maiores volumes de recursos contratados os estados da Bahia, Ceará, Maranhão.

Tabela 8 - Valores Programados e Contratados por Estado (2025) (Valores em R\$ mil)

Estado	Programado		Contratado		(B / A) %
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	
Alagoas	2.544.215	5,4	1.899.034	3,8	74,6
Bahia	9.980.563	21,1	11.928.105	23,8	119,5
Ceará	6.313.613	13,4	6.482.893	12,9	102,7
Espírito Santo	1.190.627	2,5	1.292.570	2,6	108,6
Maranhão	5.017.053	10,6	6.184.539	12,3	123,3
Minas Gerais	2.876.523	6,1	3.925.559	7,8	136,5
Paraíba	3.287.429	7,0	2.597.771	5,2	79,0
Pernambuco	5.648.049	11,9	5.581.089	11,1	98,8
Piauí	4.613.882	9,8	5.598.990	11,2	121,4
Rio Grande do Norte	3.332.419	7,1	2.308.558	4,6	69,3
Sergipe	2.487.628	5,3	2.400.824	4,8	96,5
Total	47.292.000	100,0	50.199.932	100,0	106,1

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital (2025).

Nota: (1) A área de atuação da Sudene foi definida pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, e suas alterações. O território é composto pelos municípios localizados nos nove estados da Região Nordeste do Brasil, além de 249 municípios do Estado de Minas Gerais, abrangendo as mesorregiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e um município do Vale do Rio Doce, e 31 municípios do Estado do Espírito Santo, abrangendo as mesorregiões Noroeste e Litoral Norte. Os 2.074 municípios que compõem a área de atuação da Sudene estão listados na Lei Complementar nº 185, de 06 de outubro de 2021.



Em 2025, destacaram-se pelo maior volume de contratações o setor Comércio e Serviços, com R\$ 13,9 bilhões; o setor Pecuária, com R\$ 10,9 bilhões; e Agricultura, com R\$ 11,0 bilhões. Os setores do Comércio e Serviços, Agricultura e Indústria e Agroindústria superaram as metas estabelecidas, enquanto os setores da Pecuária, Infraestrutura e Turismo não alcançaram suas respectivas metas.

As operações com pessoa física, com o objetivo de instalar geração de energia fotovoltaica residencial e para o financiamento estudantil totalizaram R\$ 154,9 milhões, alcançando 77,5% da meta.

Tabela 9 - Valores Programados e Contratados por Atividade Econômica (2025)

Setor da economia	Programado		Contratado			(b/a) (%)
	Valor (R\$ em mil) (a)	% Total	Operações	Valor (R\$ em mil) (b)	% Total	
Agricultura	9.032.667	19,1	162.138	10.967.732	21,8	121,4
Comércio e serviços	9.921.824	21	942.519	13.922.971	27,7	140,3
Indústria e agroindústria	5.675.038	12	19.623	6.486.242	12,9	114,3
Infraestrutura	9.500.000	20,1	161	6.765.457	13,5	71,2
Pecuária	11.536.933	24,4	617.182	10.959.049	21,8	95
Turismo	1.396.533	3	1.360	902.503	1,8	64,6
Subtotal dos setores	47.062.994	99,5	1.742.983	50.003.955	99,6	106,2
FNE Verde Sol(1)	200.000	0,4	5889	154.910	0,3	77,5
FNE P-Fies	29.000	0,1	641	41.067	0,1	141,6
Total	47.291.994	100	1.749.513	50.199.932	100	106,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito (2025).

Nota: (1) Programa FNE Sol para instalação de mini ou micro geradores de energia fotovoltaica residencial; (2) Programa FNE P-Fies para financiamento estudantil.

Com relação à variação do volume das contratações entre 2024 e 2025, por setor da economia, observou-se decréscimo no volume das contratações nos setores da Infraestrutura e Turismo. Nos demais setores, houve crescimento, com destaque para os setores da Indústria e Agroindústria, e também Agricultura.

Tabela 10 - Evolução das Contratações por Atividade Econômica (2024-2025)

Setor	2024 - Valor (R\$ mil)	2025 - Valor (R\$ mil)	Crescimento dos valores contratados (%)
Agricultura	8.688.630	10.967.732	26,2
Comércio e serviços	12.216.021	13.922.971	14,0
Indústria e agroindústria	4.129.164	6.486.242	57,1
Infraestrutura	7.643.588	6.765.457	-11,5
Pecuária	10.529.770	10.959.049	4,1
Turismo	1.403.301	902.503	-35,7
Subtotal	44.610.474	50.003.955	12,1
FNE Verde Sol ⁽¹⁾	157.509	154.910	-1,7
FNE P-Fies ⁽²⁾	37.510	41.067	9,5
Total	44.805.493	50.199.932	12,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito (2024).

Nota: (1) Programa FNE Sol para instalação de mini ou micro geradores de energia fotovoltaica residencial; (2) Programa FNE P-Fies para financiamento estudantil.

Quanto aos programas de financiamento, destacaram-se pela quantidade de operações o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado Urbano (FNE PNMPO), com predominância de financiamento para capital de giro de microempresas do setor comércio e serviços, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para miniprodutores da agricultura familiar, com predominância para financiamento de custeio. Esses dois programas somaram 1.691.599 operações, correspondendo a 96,7% do total de contratos, e 32,0% dos valores contratados.

Pelo volume de recursos contratados, destacaram-se, com 38,6% do total financiado pelo FNE, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste (17,1%) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (21,5%), seguindo-se o Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE MPE), que aplicou R\$ 5,4 bilhões, 10,8% do total contratado.

Tabela 11 - Valores Programados e Contratados por Programa de Financiamento (2025)

Programas de financiamento	Programado	Contratado		(b / a) %
	Valor (R\$ mil) (a)	Operações	Valor (R\$ mil) (b)	
Setoriais	17.694.281	21.148	21.127.147	119,4
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste (FNE Rural)	6.844.995	11.092	8.583.789	125,4
Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada (FNE Irrigação)	1.007.698	1116	2.066.649	205,1
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca (FNE Aquipesca)	41.940	63	75.168	179,2
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (FNE Agrin)	549.871	331	1.294.214	235,4
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (FNE Industrial)	2.499.897	1.214	1.877.648	75,1
Programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE Proatur)	1.266.996	179	645.733	51,0
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (FNE Comércio e Serviços)	2.997.072	7.138	3.948.463	131,7
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (FNE Proinfra)	2.485.811	15	2.635.483	106,0
Multisetoriais	29.597.719	1.728.365	29.072.784	98,2
Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE MPE)	4.558.591	29.105	5.412.428	118,7
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado Urbano (FNE PNMPO)	4.729.200	924.842	5.285.670	111,8
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	10.474.500	766.757	10.784.225	103,0
Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE Verde)	2.030.251	276	3.149.779	155,1
Programa de Financiamento à Inovação (FNE Inovação)	7.776.172	6744	4.399.615	56,6
Programa de Financiamento Estudantil (FNE P-Fies)	29.005	641	41.067	141,6
Total	47.292.000	1.749.513	50.199.932	106,1

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital (2025).

No Semiárido, foram contratados R\$ 31,9 bilhões, em 1.346.276 operações, cumprindo 132,3% da meta prevista. Tal desempenho correspondeu a 63,5% do total de R\$ 50,2 bilhões contratados com o FNE, cumprindo a diretriz de aplicação de pelo menos 50% dos recursos ingressados para o FNE nessa região.

Tabela 12 - Valores Programados e Contratados na Região do Semiárido (2025)

Região	Quantidade de operações	Valor contratado (A)	Programado (B)	(A) / (B)
Semiárido	1.346.276	31.900.885	24.118.920	132,3%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Em comparação ao ano de 2024, houve um crescimento de 9,8% na quantidade de operações e de 11,1% nos valores contratados na Região do Semiárido.

Tabela 13 - Evolução das Contratações na Região do Semiárido (2024-2025)

Tipo de Região	2024		2025		Crescimento das Operações	Crescimento das Contratações
	Operações	Valor contratado (R\$ mil)	Operações	Valor contratado (R\$ mil)		
Semiárido	1.226.244	28.714.023,0	1.346.276	31.900.885	9,8%	11,1%

Fonte: BNB-Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital (2025).

Na Programação FNE 2025, foram definidos os critérios para classificação dos portes dos produtores rurais e das empresas rurais ou urbanas, de acordo com a receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta.

Quadro 9 - Classificação por Porte (2025)

Classificação de porte de produtores rurais ou empresas rurais ou urbanas	Faixas de receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta
Mini ou Micro	até R\$ 360 mil
Pequeno	acima de R\$ 360 mil até R\$ 4,8 milhões
Pequeno-Médio	acima de R\$ 4,8 milhões até R\$ 16 milhões
Médio	acima de R\$ 16 milhões até R\$ 300 milhões
Grande	acima de R\$ 300 milhões

Fonte: BNB – Programação FNE 2025.

Quanto às pessoas físicas atendidas pelo Programa FNE P-Fies e pelo Programa FNE Verde Sol Pessoa Física, foram observadas as faixas de renda, tendo como base o rendimento bruto anual constante na Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF), conforme estabelecido pela Lei nº 13.682, de 19/06/2018, mas, para esse grupo, não há classificação por porte. Outras informações, consultar Programação FNE 2025.

De acordo com a Portaria nº 1.369/2021 do MDR, Art. 8º, item III e parágrafo 1º, item I ([Consultar Portaria](#)), foi assegurado um percentual mínimo de 51% das contratações aos produtores rurais e empreendimentos rurais ou urbanos de portes prioritários mini, micro, pequeno ou pequeno-médio.

Na Programação FNE 2025, foram estimados R\$ 29,3 bilhões para contratação de financiamentos para produtores rurais e empresas rurais ou urbanas dos portes prioritários mini, micro, pequeno e pequeno-médio, conforme Portaria 2.252/2023 do MIDR. Foram contratados, aproximadamente, R\$ 31,3 bilhões em operações de crédito para esses portes, atendendo em 106,8% a meta programada.

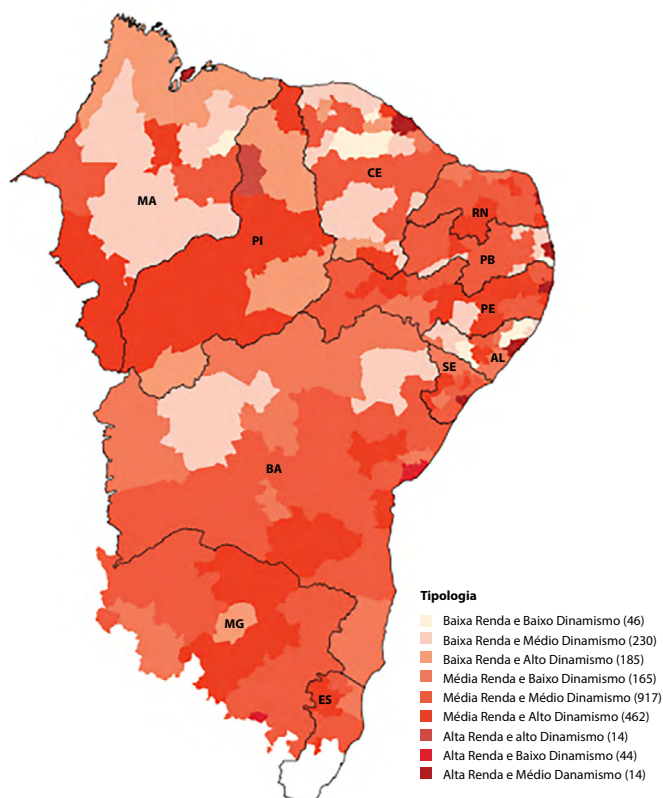
Tabela 14 - Contratações por Porte do Beneficiário (2025)

Porte do cliente	Valor contratado (R\$ mil)	(%)
Micro	5.806.913	11,6
Mini	11.619.843	23,1
Pequeno	8.251.057	16,4
Pequeno-médio	5.585.604	11,1
Médio	8.183.515	16,3
Grande	10.753.000	21,4
Total	50.199.932	100,0

Fonte: BNB-Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital (2025).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualizada pelo Decreto n.º 9.810, de 2019, representa instrumento legal que baliza a ação em busca da redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. Com base na PNDR, os municípios e as microrregiões brasileiras foram classificados, em categorias de acordo com a renda (alta, média ou baixa) e o dinamismo econômico (alto, médio ou baixo). Desse modo, cabe à PNDR identificar as regiões mais aptas para as intervenções e investimentos federais, focando no combate à estagnação econômica, fornecendo oportunidades de estruturação produtiva a essas localidades. Na área de atuação da Sudene, o FNE é um dos seus principais instrumentos de operacionalização dessa política.

Figura 13 - Mapa da distribuição dos municípios por tipologia sub-regional da PNDR (2025)



Fonte: BNB-Etене-Relatório de Gestão do FNE 2023.



Em 2025, as contratações do FNE distribuíram-se dentre as sub-regiões da PNDR da seguinte forma: 13,8% para a sub-região classificada como de alta renda; 70,4%, média renda; e 15,8% baixa renda. Tal desempenho atendeu à diretriz da Programação FNE 2025, que estabeleceu que os municípios localizados nas microrregiões prioritárias com tipologia baixa e média rendas, em qualquer dinamismo, deveriam ser atendidos com no mínimo 70% dos recursos, correspondendo a uma meta de R\$ 33,1 bilhões. As contratações nesses municípios atingiram um montante de R\$ 43,3 bilhões, em 1.573.231 operações, correspondendo a 86,2% dos financiamentos totais, e 89,9% do total das operações contratadas.

Tabela 15 - Valores Programados e Contratados por Tipologia dos Municípios (2025)

Tipologia Sub Regional	Operações	%	Valor	%
Alta Renda e Alto Dinamismo	28.215	1,6	610.740	1,2
Alta Renda e Baixo Dinamismo	17.771	1,0	950.503	1,9
Alta Renda e Médio Dinamismo	130.296	7,4	5.385.729	10,7
Baixa Renda e Alto Dinamismo	135.431	7,7	2.172.558	4,3
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	35.551	2,0	661.589	1,3
Baixa Renda e Médio Dinamismo	224.980	12,9	5.076.068	10,1
Média Renda e Alto Dinamismo	384.049	22,0	12.311.367	24,5
Média Renda e Baixo Dinamismo	148.548	8,5	6.312.827	12,6
Média Renda e Médio Dinamismo	644.672	36,9	16.718.551	33,3
Total Geral	1.749.513	100	50.199.932	100%

Fonte: BNB-Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital (2025).

Na Programação do FNE, foram incluídas três áreas geográficas, definidas como prioritárias pela PNDR, caracterizadas como Região Integrada de Desenvolvimento (Ride):

- a) **Polo de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)** - essa Ride foi instituída pela Lei Complementar n.º 113, de 2001, e regulamentada pelo Decreto n.º 10.296, de 2020, abrangendo quatro municípios de Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista; além de quatro municípios da Bahia: Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho.
- b) **Grande Teresina** - essa Ride foi criada pela Lei Complementar 112, de 2001, e regulamentada pelo Decreto 10.129/2019, constituindo-se dos municípios do Piauí: Altos, Beditinos, Coivaras, Curalinho, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Teresina e União, e, no estado do Maranhão, pelo município de Timon.
- c) **Distrito Federal e Entorno** - essa Ride foi criada pela LC 94/1998, regulamentada pelo Decreto 7.469/2011, e pela LC 163/2018, sendo constituída pelo Distrito Federal e municípios de Goiás, além dos municípios de Minas Gerais, onde apenas o município de Arinos se encontra na área de atuação da Sudene, portanto, sendo incluído na Programação do FNE.

Em 2025, foram contratados R\$ 1,8 bilhão, com recursos do FNE, nos municípios dessas três Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides), superando a meta programada de R\$ 1,2 bilhão.

Tabela 16 - Valores Programados e Contratados por RIDE (2025)

Região Integrada de Desenvolvimento	Programado Valor em R\$ mil (a)	Quantidade de operações	Valor contratado Valor em R\$ mil (b)	(b)/(a) %
Petrolina - Juazeiro (PE/BA)	473.600	17.182	675.419	142,6
Entorno do DF (MG)	156.500	995	452.918	289,4
Grande Teresina - Timon (PI/MA)	515.800	31.557	682.840	132,4
Total	1.145.900	49.734	1.811.177	158,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.



4 PRINCIPAIS INICIATIVAS E PROJETOS

4.1 Ações para desenvolvimento do Semiárido

A região do Semiárido brasileiro está delimitada por 1.477 municípios, todos inseridos na área de atuação da Sudene, conforme a Lei Complementar nº 185/2021. Por ter uma condição edafoclimática adversa e indicadores econômicos mais desafiadores, o Semiárido se constitui uma área prioritária fundamental segundo o Artigo 2º da Lei 7.827/1989, em conformidade com o direcionamento constitucional dado a essa região geográfica. Tais prerrogativas constitucionais e legais possibilitaram um orçamento e prioridade na aplicação de recursos, conforme definido na Programação do FNE.

Em 2025, levando-se em conta apenas os recursos do FNE, o BNB aplicou, em 2025, mais de R\$ 31,9 bilhões no Semiárido brasileiro, por meio de 1.346.276 operações, correspondendo a 132,3% do valor programado. Em relação ao ano de 2024, os valores contratados cresceram 11,1% e o volume de operações 9,8%. Esse resultado se deu pelas ações desempenhadas pela rede de agências do BNB na prospecção de negócios e operacionalização do crédito, alinhadas com ações complementares ao crédito como o Prodeter e o FNE Itinerante.

4.2 Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter)

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), implementado pelo Banco do Nordeste, na área de abrangência do FNE, incorpora um conjunto de estratégias com objetivo de potencializar a competitividade das atividades produtivas regionais, como a construção e implementação de plano de ação e dotação orçamentária para financiamentos, o fortalecimento da governança por meio de comitês locais e territoriais, além da integração das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento local e territorial.

No ano de 2025, o Programa teve 237 Planos de Ação Territorial – PATs ativos e em andamento, divididos em 134 territórios na área de atuação do BNB. Dentre eles, cerca de 6%, estão situados em comunidades quilombolas ou povos originários. Do total de planos e territórios do PRODETER, 134 territórios e 237 Planos de Ação Territorial estavam em execução em 2025, e, por isso, integraram o Programa de Ação dos Territórios. Os demais planos estavam nas fases iniciais de elaboração.

No final do exercício de 2025, o Prodeter contou com cerca de 7.132 participantes, sendo que desse total 35% são mulheres e em torno de 78,6% têm operações de financiamento com o BNB. O Programa está presente em 134 territórios estruturados, representando 1.505 municípios que correspondem a 72,5% da área de abrangência do FNE. Nesses territórios, foram elaborados 237 Planos de Ação Territorial (PAT), categorizados por atividade econômica, que estão ativos e em andamento. Essas atividades econômicas priorizadas nos PATs financiaram, aproximadamente R\$ 2,6 bilhões. Os financiamentos nos municípios participantes do Prodeter, no período de 2016 a 2024, financiaram um total de R\$ 9,4 bilhões.

Esses 237 planos de ação em execução no âmbito do Prodeter apresentaram resultados em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos.

Além dos Planos de Ação Territorial, foram realizados eventos de capacitação e dias de campo que contaram com 114.650 participantes. Foram realizadas 680 ações em associativismo, como

compras e vendas coletivas, emissão e organização de documentação, constituição de cooperativa, entre outros, e 2.094 eventos de difusão de tecnologias, que abrangeram todos os estados da área de atuação da Sudene.

Principais resultados econômicos e sociais

- 237 Planos de Ação Territorial (PAT) ativos em 134 territórios, abrangendo 1.505 municípios (72,5% da área de atuação do Banco).
- Cerca de 6% dos planos estão em comunidades quilombolas ou povos originários.
- Dos 1.505 municípios, 743 participaram dos PAT (36%).
- Cerca de 7.132 participantes do PRODETER, sendo 35% mulheres; 78,6% possuem operações de crédito com o Banco.
- Em 2025, as atividades econômicas priorizadas no Prodeter receberam R\$ 2,60 bilhões em financiamentos.
- Desde 2016, o valor acumulado financiado já chegou a R\$ 10,73 bilhões.

4.3 FNE Itinerante

O FNE Itinerante é uma parceria entre o BNB, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e a Sudene, enquanto administradores do FNE. Consiste na realização de encontros de informação e atendimento negocial, em municípios de pequeno porte, com o intuito de divulgar e incrementar a aplicação dos Fundos Constitucionais no Semiárido. O público prioritário são as Micro e Pequenas Empresas (MPE) e os Microempreendedores Individuais (MEI), da área urbana.

Realizado desde 2010, o FNE Itinerante tem contado com a parceria do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e da Sudene. O FNE Itinerante configura-se, prioritariamente, pela realização de encontros de informação e atendimento negocial em municípios onde não existem agências físicas do BNB (caracterizados por economias menos dinâmicas e, em função disso, com poucas operações contratadas com recursos do FNE) e localizados em espaços considerados prioritários, segundo preceitos emanados pela PNDR, em especial o Semiárido. Desde a sua criação, em 2010, o instrumento já permitiu a realização de 1.240 eventos.

Tabela 17 - Eventos do FNE Itinerante (2010-2025)

Eventos	2010 - 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No Semiárido	739	0	33	11	14	31	35	863
Fora do Semiárido	335	0	6	0	3	13	20	377
Total	1074	0	39	11	17	44	55	1.240

Fonte: BNB – Ambiente de Desenvolvimento Territorial e Fundos de Pesquisa.

Nota: Eventos suspensos em 2020, em função da crise sanitária provocada pela pandemia da -19, que se estendeu até 2022.



4.4 Projetos Estratégicos

Os Projetos Estratégicos são utilizados como ferramenta para acelerar o processo de transformação organizacional, tornando o Banco do Nordeste inovador, moderno, ágil e eficiente.

Quadro 10 - Projetos Estratégicos (2025)

PROJETO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS
1. Sucesso do Cliente	Implantar um modelo de Gerenciamento do Sucesso do Cliente, com estratégias, processos, estruturas organizacionais e de pessoas e plataformas tecnológicas.
2. Open Finance	Apoiar a definição da estratégia de negócios e de inovação para adesão aos ecossistemas do Open Finance, assim como desenvolver as soluções de TI para viabilizar a integração do Banco do Nordeste, conforme estabelecido em atos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen).
3. Pagamento Instantâneo (PIX)	Viabilizar a implementação de funcionalidades previstas para o ecossistema de Pagamentos Instantâneos (PIX), conforme estabelecido em atos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen), além do apoio ao aproveitamento de oportunidades de negócios no âmbito do serviço Pix.
4. Implantação do Core Bancário	Modernizar os sistemas tecnológicos que suportam as transações, produtos e serviços bancários do Banco do Nordeste (BNB), alinhando-se às melhores práticas de mercado e às demandas dos clientes do BNB. Esse projeto está em sintonia com o Plano Estratégico do Banco do Nordeste para o Desenvolvimento Regional 2023-2032, visando à automação de processos, redução de custos operacionais e melhoria da experiência do cliente.
5. Fábrica de Projetos	Estruturar o serviço de modelagem de projetos de PPPs e concessões, implementando as ações organizacionais necessárias à criação da unidade corporativa que ficará responsável pela coordenação, articulação e prestação do referido serviço.
6. Logística 3.0	Modernizar a área de Logística e Patrimônio, elevando a capacidade operacional do Banco ao padrão da indústria 3.0, com agilidade nos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços, automatização para redução de erros operacionais e custos de execução, além da implementação de soluções de inteligência artificial para auxiliar a análise e gestão de dados.
7. Governança de Dados	Estabelecer Diretrizes de Governança de Dados; definir um framework de avaliação periódica do nível de maturidade dos processos de governança e Gestão de Dados; estabelecer planos para as disciplinas de Arquitetura de Dados, Metadados e Qualidade de Dados.
8. Transformação Digital Banco do Nordeste	Promover a transformação digital otimizando processos, aprimorando a experiência do cliente, aumentando a eficiência operacional e fortalecendo a competitividade no mercado.
9. Crediamigo Expansão	Conduzir a implantação da estratégia de ampliação de <i>market share</i> , possibilidade de expansão do programa, modelo de unidades, elevação da produtividade e segmentação de clientes para o autosserviço, visando melhorar a experiência dos clientes do Crediamigo.
10. Planejamento e Implantação para Subsidiária BNB Asset	Analisar o mercado e os modelos de negócios disponíveis para a nova atuação do BNB como Gestor de Recursos de Terceiros, por meio da criação de subsidiária integral do tipo DTVM, inclusive realizar as interações com as áreas internas, órgãos externos e empresas que sirvam de <i>benchmarks</i> , mensuração de resultados potenciais, dentre outras atividades concernentes ao propósito e novas repercussões identificadas ao longo do processo.

PROJETO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS
11. Cessão de créditos e Recuperação de Ativos Estressados	Potencializar no Banco a recuperação de créditos estressados, com o seguinte escopo: estabelecer diretrizes, parâmetros, regras, fluxos e demais providências necessárias para realização da cessão de créditos, da alienação por iniciativa particular e da sub-rogação de créditos; implementar solução para oferta pública de ativos, com possibilidade de contratação de plataforma digital; e contratar consultoria especializada para precificação de ativos e preparação para eventual cessão de carteiras.
12. Sistema Integrado de Gestão (SIG)	Implementar Sistema Integrado de Gestão (SIG), permitindo a substituição e modernização dos sistemas utilizados na operacionalização dos macroprocessos de BackOffice (Contabilidade, Gestão Orçamentária e de Capital, Estratégia e Suprimento de Logística, Gestão do Patrimônio e de Serviços de Logística).
13. Nova Plataforma de Controle Financeiro Operações Crédito (SCONF)	Modernizar a plataforma de controle financeiro de operações de crédito do Banco, por meio de uma solução tecnológica, com a premissa do controle de reembolso por parcelas pagas, voltada para operações de empréstimo e financiamento com variadas de naturezas, fontes e condições, incluindo (mas não se restringindo a Operações de Financiamento microcrédito rural, crédito rural, FNE, infraestrutura e repasse.
14. Framework de Gestão Econômico-Financeira	Implementar um framework de Gestão Econômico-financeira, possibilitando a aferição dos custos, da rentabilidade de cada produto operacionalizado e da metodologia de comparabilidade deles.
15. Adequação do BNB à Reforma Tributária	Coordenar a implantação da Reforma Tributária sobre o consumo no Banco do Nordeste do Brasil por força da emenda Constitucional n° 132, de 20 de dezembro 2023, lei complementar n° 214, de 16 de janeiro 2025, e das normas tributárias que ainda serão publicadas versando sobre o tema.

Fonte: BNB – Ambiente de Planejamento (2025).

4.5 Promoção de Investimentos

Com o objetivo de prospectar novos negócios e clientes para investimentos na Região Nordeste, foram realizadas diversas ações de promoção e atração de investimentos pelos escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2025, nesses escritórios foram prospectados novos negócios de investimentos que resultaram na análise de cartas-consulta que totalizaram R\$ 7,1 bilhões.

Tabela 18 - Cartas-consulta Aprovadas Oriundas do Escritório do Rio de Janeiro (2025)

Atividade econômica	Valor Aprovado (R\$ mil)
Energia	565.958
Gás	100.000
Indústria	2.639.565
Saneamento	600.000
Serviços	187.436
Total	4.092.958

Fonte: BNB – Escritório de Promoção de Investimentos Rio de Janeiro (2025).

**Tabela 19** - Cartas-consulta Aprovadas Oriundas do Escritório de São Paulo (2025)

Atividade Econômica	Valor Aprovado (R\$ mil)
Energia	798.342
Logística	1.300.000
Indústria	422.748
Saneamento	9.788
Serviços	478.840
Total	3.009.718

Fonte: BNB – Escritório de Promoção de Investimentos São Paulo (2025)

As atividades de promoção de investimentos desenvolvidas pelos escritórios prospectaram em 2025 um volume de negócios que resultou na contratação de R\$ 3.4 bilhões em operações de financiamento com recursos do FNE.

Tabela 20 - Valores Contratados em Operações Oriundas do Escritório do Rio de Janeiro (2025)

Atividade Econômica	Valor Contratado (R\$ mil)
Energia	115.958
Gás	187.234
Saneamento	200.000
Indústria	1.298.963
Total	1.802.155

Fonte: BNB – Escritório de Promoção de Investimentos Rio de Janeiro (2025).

Tabela 21 - Valores Contratados em Operações Oriundas do Escritório de São Paulo (2025)

Atividade econômica	Valor Contratado (R\$ mil)
Comércio	26.291
Energia	892.367
Indústria	143.138
Logística	500.000
Serviços*	88.710
Total	1.650.506

Fonte: BNB – Escritório de Promoção de Investimentos São Paulo (2025). *Inclusive Turismo.

4.6 Parcerias Institucionais

Em 2025, se destacaram os acordos de cooperação firmados com abrangência Regional, no âmbito dos municípios e estados.

Quadro 11 - Parcerias Institucionais com Abrangência Regional (2025)

Entidade Parceira	Vigência
Camed - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste	2025-2027
Fundação Edson Queiroz	2025-2027
Instituto Nordeste Cidadania - INEC	2025-2026
Entrepay Instituição de Pagamento S.A	2025-2028
Acordo de Cooperação rescindido/denunciado em mar/2026	
Federação Nacional de Hotéis Restaurantes Bares E Similares	2025-2028
Stichting IDH	2025-2027
Fundação Cetrede	2025-2027
Instituto de Apoio ao Mapbiomas	2025-2030

Fonte: BNB – Ambiente de Desenvolvimento Territorial e Fundos de Pesquisa-Sistema 258 e banco de dados Access (2025).

Nota: Constam as alianças institucionais por iniciativa e responsabilidade das Superintendências Estaduais, dos Escritórios Regionais do CrediAmigo e da Direção Geral.

Quadro 12 - Parcerias com Abrangência Estadual (2025)

Entidade Parceira	UF	Vigência
Federação dos Municípios do Estado Do Maranhão	MA	2025-2027
Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís – Cdl São Luís	MA	2025-2030
Governo do Estado do Rio Grande do Norte - RN	RN	2025-2027
Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Ceará	CE	2025-2027
Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe	SE	2025-2028

Fonte: BNB – Ambiente de Desenvolvimento Territorial e Fundos de Pesquisa-Sistema 258 e banco de dados Access (2025).

Nota: Constam as alianças institucionais por iniciativa e responsabilidade das Superintendências Estaduais, dos Escritórios Regionais do CrediAmigo e da Direção Geral.

Quadro 13 - Parcerias com Abrangência Municipal (2025)

UF	No. Acordos
Alagoas	19
Bahia	80
Ceará	58
Espírito Santo	9
Maranhão	4
Minas Gerais	18
Paraíba	31
Pernambuco	67
Piauí	15
Rio Grande Do Norte	34
Sergipe	13
TOTAL	348

Fonte: BNB – Ambiente de Desenvolvimento Territorial e Fundos de Pesquisa-Sistema 258 e banco de dados Access (2025).

Nota: Constam as alianças institucionais por iniciativa e responsabilidade das Superintendências Estaduais, dos Escritórios Regionais do CrediAmigo e da Direção Geral.



Quadro 14 - Parcerias para o P-FIES (2025)

Entidade Parceira	Vigência
Faculdade da Região Sisaleira - Faresi	2025-2029
Sociedade Regional de Ensino e Saúde Ltda	2025-2029
Ensino Superior de Floriano, Instituição de Ensino Superior	2025-2029
Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão Ltda	2025-2029
Tcc Educação, Ciência e Cultura Ltda	2025-2029
Instituto Leão Sampaio de Ensino Universitário Ltda	2025-2029
Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda	2025-2029
Grupo Dom Bosco Ltda	2025-2029
Associação Igreja Adventista Missionaria - Aiamis	2025-2029
Centro Caririense de Pós Graduação Ltda Me	2025-2029
Unibalsas Educacional Ltda	2025-2029

Fonte: BNB – Ambiente de Desenvolvimento Territorial e Fundos de Pesquisa-Sistema 258 e banco de dados Access (2025).

Nota: Constam as alianças institucionais por iniciativa e responsabilidade das Superintendências Estaduais, do Escritórios Regionais do CrediAmigo e da Direção Geral.

4.7 Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)

A primeira versão da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco do Nordeste foi implementada no ano de 2022, substituindo a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que estava em vigor desde 2015. Em 2025, atendendo às determinações da regulação vigente, a PRSAC do Banco do Nordeste foi atualizada.

A partir de um processo que envolveu estudos técnicos, pesquisa com públicos interno e externo, consultas internas e *benchmarking* com outras instituições, foi elaborada uma nova versão da PRSAC, reorganizando princípios e diretrizes, incluindo temas que têm se tornado mais relevantes, mas que até então não estavam contemplados.

A PRSAC alinha-se à missão, à visão e aos valores do Banco do Nordeste, e consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado por todo o Banco na definição de suas estratégias e na condução de seus negócios, atividades, processos e relacionamentos, inclusive na gestão do FNE.

Coadunando-se com outros normativos internos que complementam a abordagem institucional sobre temas específicos, a PRSAC estabelece princípios e diretrizes que, embora não exaustivos, resumem as principais orientações que devem balizar as normas internas afins.

Quadro 15 - Princípios da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)**PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

Os princípios apresentados a seguir, integrantes da PRSAC, são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e orientam o Banco do Nordeste, na condição de banco de desenvolvimento, na aplicação do crédito e em seus processos internos de trabalho:

- Promoção do desenvolvimento regional sustentável, em alinhamento às normas legais, às políticas públicas e aos principais tratados, acordos, pactos e convenções relacionadas dos quais o Banco e/ou Brasil seja signatário.
- Respeito, promoção e valorização dos direitos humanos, da diversidade, equidade e inclusão.
- Gestão da operação empresarial de forma eficiente e responsável nas dimensões social, ambiental e climática.
- Transição justa e sustentável para uma economia circular, regenerativa e de baixo carbono, e adaptação e mitigação de impactos associados à mudança climática.
- Ampliação dos impactos sociais, ambientais e climáticos positivos, e mitigação de eventuais impactos sociais, ambientais e climáticos negativos, garantindo a devida diligência.
- Engajamento de partes interessadas e incentivo à adoção de práticas social, ambiental e climaticamente sustentáveis em toda a sua cadeia de valor.
- Proteção, conservação e recuperação de ecossistemas e da biodiversidade.
- Ética, integridade e transparência em seus negócios, atividades e processos de trabalho e na relação com as partes interessadas.
- Promoção da inclusão social e da inserção produtiva em bases social, ambiental e climática sustentáveis.

Instrumentos de Transparência da PRSAC

- **Atividades e setores com restrições negociais** - relação das atividades e setores econômicos sujeitos a restrições nos negócios realizados em decorrência de aspectos de natureza social, ambiental ou climática.
- **Produtos e serviços de contribuição positiva** - relação de produtos e serviços oferecidos que contribuam positivamente em aspectos de natureza social, ambiental ou climática.
- **Compromissos SAC institucionais** - relação de pactos, acordos ou compromissos nacionais ou internacionais de natureza social, ambiental ou climática, dos quais o Banco seja participante.

A PRSAC do Banco do Nordeste conta agora com 36 diretrizes, abarcando as três dimensões: social, ambiental e climática. A íntegra desse documento pode ser consultada no sítio do Banco do Nordeste na internet: www.bnb.gov.br/sustentabilidade/politica-de-responsabilidade-social-ambiental-e-climatica. Nessa mesma página, estão disponíveis também informações sobre os instrumentos de transparência, e de avaliação e monitoramento da efetividade da PRSAC, conforme abaixo:

4.8 Estratégia Sustentabilidade

O Banco do Nordeste fortalece sua área de atuação mantendo o desenvolvimento sustentável como pilar central, utilizando a oferta de crédito como instrumento de oportunidade, de forma acessível, transparente e alinhada às necessidades de seu público.



A Sustentabilidade para o desenvolvimento em sua área de atuação é baseada no conceito ASG, permite acompanhar o desempenho além dos resultados financeiros e organiza-se em três eixos: apoio à sustentabilidade social e ambiental, estímulo à transição para uma economia de baixo carbono e promoção de práticas empresariais ecoeficientes e socialmente responsáveis.

Para acompanhar o alcance dos objetivos organizacionais, foram definidas várias linhas de ação vinculadas à estratégia de sustentabilidade:

- Crédito de impacto positivo.
- Inclusão social e inserção produtiva.
- Geração de energia a partir de fontes renováveis.
- Agricultura familiar e agronegócio sustentável.
- Tecnologia, inovação e pesquisa.
- Acesso à água e ao saneamento.
- Desenvolvimento territorial e espacialmente distribuído.
- Ecoeficiência e responsabilidade socioambiental.
- Gestão socialmente responsável.
- Governança, integridade e transparência.

A gestão e a avaliação com foco no ASG, estão a seguir evidenciadas:

- Definição e o acompanhamento de indicadores de desempenho.
- Aplicação de referenciais externos de avaliação do desempenho corporativo sob os aspectos ASG (cuja análise dos resultados norteiam a estruturação de ações e encaminhamentos necessários ao alcance dos objetivos institucionais).
- Elaboração e divulgação de relatórios corporativos sobre a temática ASG e o engajamento de partes interessadas (*stakeholders*).
- Informes periódicos que são elaborados e submetidos à análise das instâncias de governança dessa estratégia.

A estratégia de sustentabilidade ASG da instituição articula-se com múltiplas áreas e instrumentos normativos internos e externos, tendo como referenciais a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) (Resolução CMN nº 4.945, de 15/09/2021), compromissos, pactos e acordos voluntários firmados pelo Banco, os ODS da ONU, as normas da GRI, sistemas externos de avaliação ASG e regulações como o Sarb nº 14, de 28/08/2014.

Todas as informações referentes à Estratégia ASG, linhas de ação, indicadores e relatórios de desempenho estão disponíveis em bnb.gov.br/sustentabilidade/estrategia-asg.

5 PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAR O ATENDIMENTO AOS CLIENTES

5.1 Segmento de Agronegócio

- Realização da Edição 2025 da Campanha Cliente Indica Cliente, para prospecção de novos negócios com os Portes Prioritários;
- Criação do produto capital de giro para os produtores rurais (Giro Flash Rural), em parceria com o Ambiente Produtos de Empréstimo e Cartões;
- Implantação do modelo de mentoria para as carteiras Agronegócio com baixo desempenho, em parceria com a Universidade Corporativa;
- Disponibilização da Agenda do Produtor Rural 2025, importante ferramenta para apoiar o planejamento e a gestão dos empreendimentos rurais, que têm grande relevância para os negócios do Banco, para o cliente e para o Agronegócio;
- Disponibilização dos cursos virtuais "NEGOCIAÇÃO E VENDAS DO AGRONEGÓCIO" e "Crédito Rural – Noções Básicas" na nova plataforma de ensino à distância do Banco (UCBNB/EAD);
- Disponibilização do Guia do Gestor Agro para as carteiras especializadas Agronegócio, contendo as principais ações que devem ser desenvolvidas para ampliar a performance das carteiras e padronizar o perfil de postura do Gestor Agro;
- Inclusão de curso de educação financeira para clientes rurais na plataforma de educação, que ficará disponível aos clientes do Banco;
- Realização do curso presencial de Crédito Rural, totalizando 113 participantes;
- Realização e divulgação interna de pesquisa de satisfação com o público PMPR e Agronegócio, a fim de nortear as ações do segmento e dos gerentes de relacionamento das carteiras rurais, direcionadas para esse público;
- Participação nas principais feiras do agronegócio com equipe de atendimento e palestras.

5.2 Segmentos de Microempreendedor Rural, Agricultor Familiar e Mini e Pequenos Produtores Rurais

- Definida nova estratégia corporativa de obrigatoriedade dos itens de financiamento que se enquadram no Pronaf Semiárido e Floresta que sejam contratados nestes programas;
- Expansão do Pronaf Cada Vez Melhor, com definição de meta por carteira;
- Realização do lançamento do Plano Safra 2025/2026 nos estados;
- Implementação da nova política para fomento a cooperativas de produção agropecuária;
- Implantação do novo limite de PRONAF "A" para assentados do PNRA e PNCF;
- Disponibilização de nova planilha de contratação do Pronaf Grupo "A" pelo Ambiente de Concessão de Crédito;
- Emissão de boletos do financiamento via WhatsApp para os Agricultores Familiares;
- Disponibilização de nova plataforma para cadastro dos clientes pronafianos;



- Criação do Pronaf em Foco para divulgação de orientações rápidas para os gestores;
- Criação do Pronaf em Ação para apresentação, de forma prática, de procedimentos e práticas de concessão, administração e recuperação de crédito;
- Realização de 10 Fóruns de Gestão das carteiras nos estados;
- Realização de Encontros de Trabalho com os gerentes executivos do Pronaf;
- Realização e coordenação das mentorias das carteiras;
- Atualização dos cursos internos de responsabilidade do Segmento;
- Divulgação da cartilha de educação financeira para clientes da agricultura familiar em aderência à política do Banco;
- Realização de palestra online com o título Gestão para Resultados com Rafael Nunes;
- Disponibilização de nova funcionalidade no WhatsApp oficial do Banco (85 4020-0004) para o público do Desenrola Rural, permitindo consultar a existência de operações passíveis de enquadramento e emitir boleto para pagamento das dívidas recalculadas;
- Articulação com o Ambiente de Políticas de Desenvolvimento Sustentável visando a revisão e simplificação das normas de exigências de licenças e outorgas para obras hídricas no âmbito do Pronaf;
- Realização de curso presencial em crédito rural para os gestores de relacionamento do Agronegócios, Centrais, Pronaf e Agroamigo;
- Articulação junto ao Ambiente de Gestão de Riscos para revisão do modelo de riscos para cálculo de Perda Esperada das operações do Custeio com garantia do Proagro;
- Simplificação do financiamento a energia solar isolada no âmbito do Pronaf;
- Criação, junto à área de comunicação, de folders virtuais divulgando o Pronaf Cada Vez melhor;
- Articulação, junto à área de políticas de desenvolvimento sustentável, para normatizar as dispensas e exigências, de forma simplificada, da outorga de execução de obra hídrica por estado;
- Implantação do programa Pronaf Cota-parte;
- Atualização da ferramenta Analisador-Pronaf para adequação às novas diretrizes do Plano Safra 2025/2026;
- Realização de Campanha de Premiação Contratação e Desembolso FNE - Portes Prioritários (Realização: Superintendência de Supervisão da Rede de Agências);
- Realização, em todos os estados da nossa área de atuação; do Prêmio Banco do Nordeste de Agricultura Familiar e Prêmio de Microfinança Rural Agroamigo Banco do Nordeste;
- Realização de campanha de TV pelo Ambiente de Comunicação, em referência aos 20 anos de atuação do Agroamigo Banco do Nordeste;
- Elaboração e divulgação do Relatório Anual do Agroamigo;
- Criação da Nova Central de Revitalização de Microcrédito Rural;
- Manutenção de acordos de cooperação para amparar as operações rurais ou prestar assistência técnica;

- Manutenção de acordo com MDS para expansão da atuação do Agroamigo junto aos beneficiários do Bolsa Família e inscritos no CadÚnico;
- Publicação do livro Agroamigo 20 anos: duas décadas apoiando a realização de sonhos e transformando a agricultura familiar em parceria com o ETENE;
- Proposição de melhorias nas condições do crédito para o plano safra 25/26: novas linhas de crédito do Pronaf Quintais Produtivos, Agroecologia e Melhorias Sanitárias;
- Implementação das novas linhas de crédito do Pronaf Quintais Produtivos, Agroecologia e Melhorias Sanitárias;
- Realização de eventos em comemoração aos 20 anos do Agroamigo em todas as unidades de atendimento;
- Colaboração na elaboração e lançamento do selo comemorativo aos 20 anos do Agroamigo;
- Realização do “Prêmio de Microfinanças Rural Agroamigo Banco do Nordeste”, por estado, na área de atuação da Sudene;
- Participação nos eventos para o lançamento do Plano Safra 2025/2026;
- Elaboração e divulgação da Campanha de Assinatura Eletrônica;
- Elaboração e divulgação de material promocional sobre os temas: Projetos Orgânicos e Agroecológicos, Agroamigo Água, Agroamigo Net, Agroamigo Sol, Agroamigo Moderniza;
- Elaboração e divulgação do podcast Papo Amigo sobre os temas: Perspectivas para 2025 no Agroamigo; Novo WhatsApp do Agroamigo Banco do Nordeste; Protagonismo feminino no campo; Incentivo ao jovem agricultor familiar; 20 anos do Agroamigo Banco do Nordeste; Agroamigo em defesa do meio ambiente; Revisão do planejamento estratégico para o 2º semestre; Novidades do Plano Safra 2025/2026; Direcionamentos estratégicos para impulsionar resultados; Melhorias na remuneração variável dos agentes Crescer; Melhorias nas operações e foco no alcance de metas e Último mês do ano: acelere para alcançar grandes resultados;
- Lançamento da Agenda do Produtor Rural 2025;
- Realização de Oficina de Planejamento do Ambiente de Microfinança Rural para 2026;
- Execução do Plano de Capacitação do Agroamigo, definido para 2025, com a realização de 11.848 oportunidades de treinamento para os empregados em diversos temas, destacando-se principalmente os cursos obrigatórios: LGPD, Elaborando Laudos, Governança Corporativa, Instrução de Propostas do Agroamigo Mais, Gestão do Risco Operacional, Prevenção e Combate a “Lavagem” de Dinheiro, Ética nas Organizações, Segurança da Informação, Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços Financeiros;
- Realização dos Encontros Regionais do Agroamigo com todos os Coordenadores de Unidade de Agentes de Crédito;
- Expansão do Agroamigo com a abertura de 79 novas unidades totalizando 310 Unidades de Atendimento do Agroamigo;
- Disponibilizado 2º link de conexão em 48 unidades de atendimento, totalizando 275 unidades com pelo menos 02 links de internet;
- Desenvolvimento de vídeo tutorial de atendimento pelo WhatsApp;
- Criação do certificado de reconhecimento do cliente Agroamigo;



- Realização de 1502 Unidades de Atendimento Itinerante;
- Lançamento do Fala Agroamigo;
- Divulgação pelo WhatsApp do Episódio Fala Agroamigo com tema Educação Financeira, em parceria com o projeto Sucesso do Cliente;
- Campanha de serviço de envio automático de boletos para os clientes por WhatsApp, em parceria com o projeto Sucesso do Cliente e Torre de Soluções, enviando mais de 165 mil boletos em 2025;
- Implementação do Novo WhatsApp do Agroamigo, em parceria com o projeto Sucesso do Cliente;
- Atualização da cartilha de educação financeira do Agroamigo;
- Disponibilização do curso de educação financeira do Agroamigo no portal da Universidade Corporativa Banco do Nordeste para público externo;
- 4.510 ligações de pós-venda realizadas;
- Atendimento de 4.182 demandas pelo Escritório Digital do Agroamigo;

5.3 Segmento Corporate

- Acompanhamento mensal das operações em tramitação nas mais diversas instâncias de análise, Centrais e Escritórios;
- Reuniões periódicas com os gestores das carteiras Corporate analisando o volume de propostas em tramitação e a meta a ser alcançada;
- Articulação com os Escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo na prospecção de novos negócios;
- Acompanhamento das operações a serem desembolsadas junto à Central de Desembolso;
- Gestão ativa e orientada a resultados, focada na eficiência da carteira Corporate, na ampliação do crédito, no uso eficiente dos recursos do FNE e no fortalecimento do relacionamento com os clientes, por meio da oferta integrada de produtos e serviços do Banco

5.4 Segmento Empresarial

- Integração e Agilidade na Gestão - Realização de reuniões presenciais com todas as Superintendências através da participação em Fóruns Locais de Gestão, complementadas por encontros virtuais periódicos para monitoramento de temas críticos. Essa prática garante rapidez na tomada de decisão e maior sinergia entre as equipes;
- Fortalecimento da Gestão Estratégica e Operacional - Utilização do Painel Consolidado de Desempenho Empresarial com dados atualizados sobre avaliação das carteiras, contratação e desembolso do FNE, Crédito Comercial, Outras Fontes e Cartão BNB, assegurando suporte efetivo à gestão. Além disso, houve disseminação de informações via e-mail e WhatsApp, ajustes normativos e negociais, e gestão proativa desde as Cartas Consulta, mitigando riscos como escassez de FNE para grandes portes, limitações operacionais e novas exigências regulatórias (CFI e Licenças Ambientais);

- Expansão e Diversificação de Crédito - Ampliação do FNE Giro para empresas de médio e grande porte e diversificação de fundings como BNDES, FUNGETUR e FINEP, reduzindo dependência do FNE e garantindo maior oferta de crédito, novos negócios e sustentabilidade financeira;
- Impulso Comercial e Valorização da Força de Vendas - Lançamento da Campanha de Seguridade e Previdência, com modelo de premiação proporcional ao esforço de vendas, estimulando contratações e fortalecendo a geração de valor para clientes. Essa iniciativa ampliou a oferta de produtos e consolidou a presença institucional;
- Capacitação e Melhoria da Performance - Intensificação da capacitação com cursos de análise de balanço e início das turmas do curso de vendas em parceria com a ICATU, elevando a qualidade das propostas e a performance comercial.

5.5 Segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPE)

- Acompanhamento das prospecções de negócios geradas pelos agentes de desenvolvimento e encaminhadas à rede de agências;
- Encaminhamento de sugestões na programação do FNE, visando à ampliação da atuação do Fundo no financiamento às necessidades das MPEs;
- Encaminhamento aos ambientes da Direção Geral de diversas sugestões da rede de agências para melhoria do processo de crédito;
- Promoção de diversas iniciativas em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa;
- Realização de campanha de mídia nos MOOH, jornais, rádio e mídias sociais, para divulgação das soluções ofertadas para o público MPEs;
- Realização de encontros presenciais de trabalho, ao longo do ano, com os gerentes de relacionamento MPE, junto às superintendências estaduais;
- Orientação aos gerentes de negócios de carteiras MPE que, ao longo do ano, não obtiveram bons resultados na avaliação das carteiras MPE;
- Realização de encontros virtuais de trabalho, ao longo do ano, com a equipe de gerentes para explicar o produto e acompanhar seus resultados;
- Produção e distribuição de folders impressos e por meio digital;
- Participação em feiras e eventos em todo Nordeste para atendimento do público MPE, com a finalidade de divulgação de soluções bancárias.

5.6 Segmento de Microempreendedor Urbano (MEI)

- Prospecção de clientes atendidos pelo CrediAmigo, inicialmente na informalidade, que se formalizaram como microempreendedor individual (MEI) ou outras formas de constituição de empresa;
- Produção e distribuição de folders impressos e por meio digital;
- Promoção do Programa FNE PNMPO por meio de diversas ações de comunicação, com realizações de mutirões de captação, com explicação sobre a linha de crédito, com parcerias com entidades de classe;



- Realização de encontros virtuais de trabalho, ao longo do ano, com a equipe de gerentes para explicar o produto e acompanhar seus resultados;
- Realização da “Campanha Quem Indica CrediAmigo É”, para prospecção de novos clientes.

5.7 Segmento de clientes Governo

- Participação do Banco na Plataforma Transferegov, ferramenta desenvolvida pelo governo federal e destinada à informatização e operacionalização das transferências de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital, municipal, direta e indireta, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos;
- Criação em agosto de 2025 do Escritório de Projetos de PPPs e Concessões, unidade concebida com a responsabilidade principal de desenvolver ações de gestão, prospecção, promoção, qualificação e acompanhamento de projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões;
- Definição de procedimentos operacionais para implementar práticas de governança e para proposição de inclusão do serviço de estruturação de projetos de PPPs e concessões no portfólio destinado ao segmento Governo;
- Promoção de capacitação prática da equipe técnica do BNB no âmbito de um protocolo de intenções firmado com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEMPI) – Casa Civil da Presidência da República, e de um acordo de cooperação técnica estabelecido com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Lançamento, em novembro de 2025, do projeto para a Eficientização Energética de Edifícios Públicos do Rio Grande do Norte, dando início aos estudos técnicos.

6 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

6.1 Gestão de pessoas

O Banco do Nordeste encerrou 2025 com 6.914 empregados, 41 bolsistas de nível médio, 721 bolsistas de nível superior e 265 jovens aprendizes. A distribuição dos empregados por gênero apresentou 31,98% se declararam do sexo feminino, e 68,02% do sexo masculino.

Em alinhamento com o compromisso de suprir as unidades da rede de agências, o Banco intensificou as convocações do concurso público para o cargo de analista bancário, realizado em 2024. Somente em 2025 foram efetuadas 127 convocações, reforçando nossa capacidade operacional e presença no território nacional.

Por meio da plataforma “Promova-se”, foram realizados 487 processos de movimentação interna. Dos processos iniciados e concluídos dentro do período, 476 candidatos foram selecionados, distribuídos em 275 unidades.

O desempenho dos empregados é avaliado semestralmente, com a finalidade de medir e melhorar os resultados. O modelo de avaliação contempla três dimensões: Avaliação Comportamental, Programa de Ação e Avaliação de Meta Individual. As metas individuais permitem o acompanhamento sistemático do desempenho de cada empregado e fortalecem a conexão com as diretrizes do Planejamento Estratégico. No primeiro semestre de 2025, foi realizado o ciclo de avaliação referente ao exercício 2024.2, com a participação de 6.744 empregados distribuídos em 605 unidades. Já no segundo semestre de 2025, ocorreu o ciclo de avaliação relativo ao exercício 2025.1, envolvendo 6.641 empregados em 600 unidades.

Em consonância com a Diretriz Estratégica “Elevar a eficiência operacional”, o Banco lançou, em 2025, o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), cuidadosamente estruturado para oferecer ao corpo funcional uma alternativa vantajosa para o encerramento voluntário do vínculo empregatício com o Banco do Nordeste. O público elegível compreendeu empregados com até 75 anos de idade em 31/12/2025 e, no mínimo, 20 anos de vínculo com o Banco em 31/12/2024, com direito à percepção de verba indenizatória. O programa resultou em 229 desligamentos voluntários, contribuindo para o equilíbrio entre os interesses institucionais e dos empregados, preservando o clima organizacional e fortalecendo a cultura de gestão responsável.

Em 2025, o Banco do Nordeste fortaleceu sua Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho por meio do Hub de Bem e outras iniciativas, promovendo ações mensais em quatro eixos: saúde física, mental, financeira e no trabalho. Nesse sentido, ressalta-se os programas e seus resultados:

- i. **De Bem com Você Mesmo** – promove o cuidado com a saúde mental. Através da escuta psicológica individual, realizou 3.460 atendimentos, sendo 1.135 presenciais e 2.325 por telefone.
- ii. **De Bem com a Saúde Física** – oferece exames ocupacionais (campanhas de doação de sangue, vacinação e prevenção de doenças), acompanhamento nutricional, incentivo a hábitos saudáveis e prática regular de atividades físicas. Em parceria com a Wellhub, alcançou a média de 22 mil check-ins mensais.
- iii. **De Bem com o Trabalho** – foca na melhoria da estrutura física e do clima organizacional, estimulando relações saudáveis.
- iv. **De Bem com as Finanças** – promove educação financeira, prevenção ao endividamento e acompanhamento individualizado, cujo edital ofertou 500 vagas para programa de educação financeira e mentoria.

- v. **AmadureSer** – voltado para empregados 50+, com encontros sobre saúde, finanças, vínculos sociais e inclusão digital.

Em 2025, destacaram-se iniciativas dentro do Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão. A instituição desenvolveu iniciativas relacionadas ao tema, conforme destaca-se: Grupo de Promoção da Diversidade, Equidade e Inclusão (GDEI); Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; Programa de Diversidade – o qual promoveu 24 encontros entre os integrantes dos grupos formados a partir do Censo da Diversidade do Banco. Foram criados quatro grupos de afinidade: LGBT, Raça, Pessoas com Deficiência (PCD) e Mulheres; Campanha de enfrentamento à violência contra a mulher; Programa Previna, que estabelece os canais de denúncia e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação no trabalho; ações inclusivas como: o Mês do Orgulho LGBTQIAPN+, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e o Mês da Consciência Negra.

A agenda de equidade de gênero foi fortalecida em 2025 com a criação do Indicador de Liderança Feminina, incorporado ao cálculo da Remuneração Variável Anual dos dirigentes e à avaliação das Superintendências. Além disso, foram implementadas ações afirmativas, como bonificação nos processos de seleção interna e de priorização no processo de movimentação interna de gestores por meio de rodízio.

Todas essas iniciativas culminaram no reconhecimento do Banco do Nordeste com os selos *Great Place to Work* (GPTW) e *Great Place Mental Health* (GPMH), certificando o Banco do Nordeste entre as melhores empresas para trabalhar no Brasil. Essa conquista revela os esforços institucionais em prol da qualidade de vida no trabalho, oferecendo um ambiente seguro, inclusivo e humanizado.

A Universidade Corporativa apoia o desenvolvimento educacional de seus empregados por meio de patrocínios para cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. O segmento de Educação Formal visa a elevar o nível educacional dos empregados do Banco do Nordeste, buscando atingir os resultados organizacionais. Em 2025, foram disponibilizadas para os empregados do Banco 142 oportunidades em cursos de educação formal, sendo 10 para graduação, 102 para especialização/MBA e 30 vagas para mestrado, todos em universidades de renome no mercado. Além dessas, há 136 oportunidades em andamento.

Com relação à educação profissional, no ano de 2025, foram realizadas 73.941 oportunidades de treinamento, das quais 21.200, cerca de 28,67%, na modalidade presencial, e 52.741, em torno de 71,33%, ofertadas a distância.

Para o atendimento do item VI, do Art.18, do Decreto 8.945/2016, que regulamentou a Lei 13.303/2016 — Lei das Estatais, que estabeleceu previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre o Código de Conduta e Integridade, para empregados, administradores e estatutários, e sobre a política de gestão de riscos, para administradores, a Universidade Corporativa disponibilizou oportunidades de treinamento nos seguintes temas: Fortalecendo a Ética no Banco Nordeste: Capacitação para Representantes Estaduais; 2º Congresso de Prevenção e Repressão a Fraudes, Segurança Cibernética e Bancária; Lei Anticorrupção; *Compliance*; Gestão da Integridade; Gestão da Continuidade dos Negócios; Gestão de Risco Operacional; Governança Corporativa; Controles Internos; Ética Organizacional; Programa de Integridade. Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou e/ou atualizou 99,58% dos seus empregados.

Um resultado importante foi a consolidação da plataforma externa de educação a distância da Universidade Corporativa Banco do Nordeste, que oferece cursos para diversos *stakeholders* (partes interessadas) do Banco, e conta hoje com 40 cursos disponíveis, abordando temas como gestão ambiental, educação financeira, negociação, desenvolvimento territorial, entre outros. Durante o ano de 2025, foram realizadas 4.837 oportunidades de treinamentos.

Ainda em 2025, no âmbito da Diretriz Estratégica “*Inovar em Programas, Produtos, Serviços e Processos*”, houve o lançamento na UCBNB da Jornada de “IA para todos”, jornada desenvolvida para capacitar os colaboradores do BNB com os fundamentos da Inteligência Artificial, desde sua origem até as aplicações modernas no setor bancário. Foi realizado também o programa IDEATHON — Banco do Nordeste para público específico, cujo principal objetivo foi incentivar a criação de soluções tecnológicas inovadoras que tragam ideias e melhorias para o Banco do Nordeste. Esse evento promoveu a colaboração entre diferentes departamentos e participantes, estimulando a criatividade e a disrupção na busca por soluções práticas e aplicáveis para os desafios propostos.

Durante o primeiro semestre, foi realizado o Encontro de Administradores, que tem como objetivo ser o ponto de largada para o Programa de Ação do Banco do Nordeste no ano em curso. O evento, realizado em abril/2025, foi um marco da celebração dos resultados alcançados no ano anterior e palco de discussão de estratégias e desafios para os próximos anos.

Um marco importante foi a assinatura do Acordo de Cooperação junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A Universidade Corporativa desenvolveu o Programa de Formação de Conselheiros das Estatais, que resulta numa certificação em governança para os ocupantes dessas funções nas estatais brasileiras. A turma piloto foi concluída em outubro/2025, e a primeira turma em novembro, com 70 concludentes no total das duas turmas. Desses, 40 já obtiveram a certificação final.

Além disso, foram realizadas parcerias com outros órgãos do Governo Federal, a partir de outros programas, como: MDS – Programa Acredita no Primeiro Passo, Ministério da Fazenda – Programa Mulher Cidadã, parcerias com SEPPI/BID e Parcerias Público Privadas.

Links para mais informações:

[Quadro de despesas gerais inclusive de pessoal](#)

[Informações gerais sobre pessoal do BNB](#)

[Quem é quem na administração do BNB](#)

[Remuneração de dirigentes](#)

[Servidores \(ou Empregados Públicos\) - Acesso à Informação - Portal Banco do Nordeste \(bnb.gov.br\)](#)

6.2 Gestão de licitação e contratos

6.2.1 Conformidade legal

O Banco do Nordeste adota as boas práticas de mercado e cumpre rigorosamente a legislação vigente em seus processos de aquisição de bens e contratação de serviços. Todas as contratações são realizadas em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e demais legislações pertinentes, bem como com o seu Regulamento de Licitações e Contratações, cuja 8ª versão foi publicada em 08 de julho de 2024. Esse regulamento estabelece diretrizes claras para os processos de licitação e de contratação direta, bem como para a observância de legislações específicas aplicáveis.



6.2.2 Plano de Contratação Anual (PCA)

Como parte do compromisso contínuo com a eficiência e a sustentabilidade, foi implementado o Plano de Contratações Anual (PCA), objeto da Resolução CGPAR nº 45/2022, que dispõe sobre o planejamento, execução, controle e avaliação das contratações de bens e serviços em geral. Essa ação reflete o empenho em aprimorar os processos de aquisição do Banco, trazendo, dentre outros, os benefícios de maior economia de escala, permitindo a otimização dos recursos nas aquisições de bens e serviços; padronização de produtos e serviços, garantindo que as contratações estejam alinhadas às necessidades institucionais e aos padrões de qualidade do Banco; e redução de custos processuais, tornando os processos de aquisição mais rápidos e eficientes, beneficiando tanto a instituição quanto a seus parceiros.

A implementação do PCA é um passo estratégico que fortalece a gestão orçamentária e financeira, alinhando as contratações ao Planejamento Empresarial e ao Orçamento do Banco. Desse modo, o Banco reafirma seu propósito com a promoção de práticas responsáveis e sustentáveis em todos os seus processos de aquisição e contratação. Nesse sentido, em regra, as contratações serão precedidas de licitação, a qual terá por objetivo assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da legalidade, impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo, além das finalidades consignadas no Estatuto do Banco do Nordeste e no seu Código de Ética.

6.2.3 Aplicação do Código de Conduta Ética e Integridade e da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) nas aquisições e contratações

O Banco instituiu o Guia para Fornecedores e Prestadores de Serviços, um documento de exclusivo caráter complementar ao Código de Conduta Ética e Integridade e à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC). Esse guia tem como objetivo disseminar a adoção de um modelo sustentável de atuação, promovendo boas práticas de gestão, ética, integridade e transparência. Ele consolida diretrizes que estimulam, entre os parceiros do Banco, a aplicação de práticas que fortalecem a confiança e a credibilidade nos negócios realizados, ao mesmo tempo em que promovem a responsabilidade social, ambiental e climática.

Além disso, o Banco desenvolveu o Questionário de Risco Social, Ambiental e Climático (QSAC), ferramenta que pode ser aplicada, quando necessário, para avaliar práticas e identificar possíveis riscos associados aos fornecedores. O questionário permite coletar informações essenciais sobre temas como ética e integridade, governança e gestão, além de aspectos sociais, ambientais e climáticos envolvidos na condução de negócios, atividades e processos. Também avalia a relação dos fornecedores com outras partes interessadas, permitindo monitorar riscos e fomentar a sustentabilidade de sua cadeia de suprimentos.

Tanto o Guia quanto o QSAC são consubstanciados nas cláusulas dos contratos celebrados pelo Banco, quando pertinente, garantindo não apenas a adesão formal desses compromissos, mas também sua aplicação prática no relacionamento com os parceiros.

Outrossim, o Banco promove relações fundamentadas em elevados padrões de conduta ética, integridade, e responsabilidade social, ambiental e climática, ressaltando a importância

do respeito aos direitos humanos, do cumprimento da legislação trabalhista e da preservação ambiental como parâmetros essenciais nas suas contratações.

6.2.4 Processos de aquisição ou contratação por modalidade e finalidade

No ano de 2025, foram realizados 4.249 processos de aquisição ou contratação, nas diversas modalidades de contratação previstas em lei, sendo 184 instrumentos contratuais advindos de licitação na modalidade Pregão, 15 oriundos de outras modalidades de licitação e 4.050 advindos de processos de contratação direta. Referidas contratações envolveram recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões, com a seguinte distribuição:

Tabela 22 - Modalidades dos Processos de Aquisição ou Contratação (2025)

Modalidade	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Pregão	184	1.161.912
Demais modalidades de licitação	15	15.829
Contratação direta	4.050	1.337.600
Total	4.249	2.515.340

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Administração.

Do total de processos enquadrados por meio de contratação direta, 580 foram enquadrados nos limites de dispensa em razão do valor, conforme previsto no Anexo Único do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste. O restante, nos demais enquadramentos de dispensas de licitação e/ou inexigibilidade, envolveram contratações de serviços de tecnologia da informação, serviços de logística, serviços bancários e de informações cadastrais, programação cultural, locação de imóvel comercial e treinamento, dentre outros.

No caso das contratações de Tecnologia da Informação (TI), justificaram-se, em grande parte, pela necessidade de continuidade das soluções implantadas, bem como da manutenção e suporte técnico necessários ao funcionamento dessas soluções, a exemplo de aquisição de equipamentos e de serviços em plataforma mainframe, estando as contratações amparadas nos artigos 29 e 30 da Lei nº 13.303/2016 e nos artigos 138 e 139 do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste.

Tabela 23 - Contratação Direta por Enquadramento Legal – 2025

Enquadramento Legal (*)	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Inciso I (obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 159.000,00)	452	17.916
Inciso II (outros serviços e compras de valor até R\$ 72.000,00)	128	5.066
Demais modalidades previstas em Lei (Dispensa / Inexigibilidade)	3.470	1.314.617
Total	4.050	1.337.600

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Administração.

(*) Anexo Único do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste.

As contratações consideradas mais representativas referem-se às finalidades de suprir o Banco de Tecnologias da Informação – TI e aquisições para o funcionamento administrativo.

As contratações de TI contemplaram a aquisição equipamentos servidores, licenciamento de *software*, serviços de manutenção, suporte de equipamentos servidores, suporte técnico especializado e suporte técnico avançado de *software* (plataforma mainframe); serviços técnicos

especializados de apoio ao desenvolvimento de *software*, processos de TI e análise de dados; e contratação de serviços técnicos especializados de aconselhamento imparcial com acesso a pesquisas e ferramentas de tecnologia com iniciativas de negócios aplicada à indústria bancária.

Dentre contratações voltadas para o funcionamento administrativo, destacaram-se a contratação do serviço de gestão energética, compreendendo o fornecimento de energia elétrica, proveniente de fontes renováveis para as unidades consumidoras do Banco do Nordeste, bem como o fornecimento de certificados de rastreabilidade de energia no padrão I-REC; suporte administrativo e de atividades acessórias; transporte de valores; serviços de manutenção e segurança para funcionamento das unidades do Banco; além de locação de imóveis.

6.2.5 Principais desafios e ações futuras

O Banco do Nordeste reconhece o papel central das contratações sustentáveis e éticas em suas estratégias de negócios, reafirmando seu compromisso com práticas que respeitam o meio ambiente, promovem a justiça social e fortalecem a governança responsável. Nesse contexto, apresenta as seguintes ações futuras:

- Apresentar e implementar o Plano de Logística Sustentável (PLS), com o objetivo de avançar em sua jornada de transformação em sustentabilidade e práticas ambientais, sociais e de governança inseridas em sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Esse documento reforça a prática de ações sustentáveis no planejamento e na gestão das contratações do Banco, a partir da avaliação de resultado dos indicadores de desempenho das iniciativas de sustentabilidade e metas estabelecidas.
- Avançar na modernização do seu processo de aquisição com a contínua automatização e integração de todas as etapas das contratações, desde o planejamento até o acompanhamento da execução contratual.
- Consolidar a implantação da Central de Pagamentos a Fornecedores, a partir da migração de atividades hoje realizadas em agências, para a Direção Geral, com liberação de horas de trabalho para as atividades negociais.

6.3 Gestão patrimonial e de infraestrutura

6.3.1 Conformidade legal

A atuação da Superintendência de Logística e Patrimônio encontra-se alicerçada pelas seguintes normas e legislação: Lei Federal nº 13.303/2016 – Estatuto das Empresas Estatais; Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Manual Básico 1501 – Recursos Logísticos; e Manual de Procedimentos 3502 – Recursos Logísticos, tendo como responsabilidade básica assegurar a realização de aquisições, contratações, pagamentos, fiscalização administrativa de contratos do Banco, gestão de contratos de natureza logística, suprimento e distribuição de materiais, gestão do patrimônio e das obras e serviços de engenharia e manutenção de bens móveis e imóveis com qualidade, tempestividade e economicidade, observando os aspectos da legalidade e da responsabilidade socioambiental.

6.3.2 Principais investimentos

Os principais eventos relacionados a investimentos de capital em infraestrutura e equipamentos do Banco do Nordeste realizados em 2025 somam cerca de R\$ 27,0 milhões.

Tabela 24 - Principais Investimentos em Infraestrutura e Equipamentos - 2025 (Valores R\$ mil)

Descrição	Investimento
Imóveis de Uso	15.797
Serviços de Engenharia para modernização e adequações de 23 unidades de negócio	7.318
Serviços de Engenharia para modernização e adequações do CAPGV	3.628
Serviços de Engenharia de pequena monta para adequações de diversas unidades	4.851
Equipamentos de Uso	11.201
Aquisição de equipamentos e sistemas de ar-condicionado	5.535
Aquisição de nobreaks, máquinas e equipamentos diversos	4.207
Aquisição de mobiliários diversos	1.459
Total	26.998

Fonte: BNB - Ambiente de Engenharia e Arquitetura.

O ano se caracterizou pela grande flutuação dos preços em geral, e dos insumos da construção civil em particular, o que levou a dificuldades na contratação e conclusão de obras.

6.3.3 Desfazimento de ativos

Em 2025, apurou-se um lucro de R\$ 1,3 milhão com a venda de 18 bens não de uso próprio.

6.3.4 Locações de imóveis e equipamentos

Foram renovados 9 contratos de locação de imóveis comerciais:

- **Espírito Santo (ES):** Ag. Linhares, Ag. Colatina.
- **Maranhão (MA):** Ag. Governador Nunes Freire, Ag. Timon.
- **Piauí (PI):** Ag. União, Ag. Paulistana.
- **Demais estados:** Ag. Palmares (PE), Ag. São Francisco (MG), Ag. Maceió Farol (AL).

6.3.5 Implantação de novas unidades

Os eventos relacionados a implantação de novas unidades do Banco do Nordeste, realizados em 2025, são descritos a seguir:

- **Ag. Aimorés (MG):** implantação concluída em janeiro de 2025.
- **Ag. Mantena (MG):** implantação concluída em março de 2025.
- **Ag. Inhapim (MG):** implantação concluída em abril de 2025.
- **Ag. Guanhães (MG):** implantação concluída em maio de 2025.



6.3.6 Mudanças e intervenções relevantes

Os eventos relacionados a mudanças e intervenções relevantes dos itens patrimoniais do Banco do Nordeste, realizados em 2025, são descritos a seguir:

- **Relocalização:** Ag. Guarabira (PB); Superintendência Estadual do Piauí, da Gerência de Reestruturação de Ativos (PI) e da Gerência Estadual de CONAJ Teresina; Ag. Aracaju Jardins (SE); Ag. Capelinha (MG); Ag. São Luís Areinha (MA); Ag. Fortaleza Maraponga (CE); Ag. Eusébio (CE); Ag. Barbalha (CE).
- **Reforma Parcial:** Ag. Petrolina (PE); Ag. Picos (PI); Ag. Campina Grande (PB).
- **Reforma Geral:** Ag. Mata Grande (AL); Ag. Chapadinha (MA); Ag. Teresina Centro (PI); Ag. Montes Claros, Central e Células de Crédito (MG); Ag. Itaporanga (PB).
- Ampliação da Ag. Teófilo Otoni (MG).
- Implementação do sistema contra incêndio e pânico e construção do abrigo de resíduos sólidos da Ag. Brasília de Minas (MG).
- Implementação do sistema contra incêndio e pânico da Ag. Sousa (PB).

6.3.7 Principais desafios e ações futuras

As principais ações futuras relacionadas à gestão patrimonial e de infraestrutura para 2026 são descritas a seguir:

- Implementar soluções para o fornecimento de energias renováveis a todas as Unidades do Banco.
- Executar reformas nas unidades do Banco do Nordeste com foco em práticas e medidas sustentáveis.

6.4 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

6.4.1 Conformidade legal

Os normativos e processos da TI baseiam-se em normas e guias de boas práticas. Os processos de responsabilidade da TI são auditados pelo Ambiente de Auditoria Interna, certificados em relação à conformidade pelo Ambiente de Controles Internos e participam da autoavaliação de riscos operacionais, na qual é aplicada a metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

Além dos aspectos normativos, a estratégia de Tecnologia da Informação tem sido estruturada com base em diretrizes plurianuais que alinham a TI ao Planejamento Empresarial, priorizando a modernização de plataformas, a gestão orientada a dados, o fortalecimento da cibersegurança e a ampliação da experiência digital dos clientes internos e externos.

Os processos do Ambiente de Operação de TI estão em conformidade com as melhores práticas do mercado, como: ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), que é um dos *frameworks* para gerenciamento de serviços de TI mais adotados mundialmente, e COBIT (*Control Objectives for Information and related Technology*), que é um *framework* de governança de TI criado pela ISACA (*Information Systems Audit and Control Association*).

Em relação ao orçamento e contratação, os normativos internos baseiam-se na Instrução Normativa MP/SLTI (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação) nº 4, de 11 de setembro de 2014, e no Regulamento de Licitações e Contratos do BNB, construído a partir da Lei nº 13.303/16 e da Lei nº 8.666/93 para os contratos em andamento iniciados sob a sua vigência.

A gestão de riscos de TI foi reforçada com a identificação dos principais riscos operacionais e tecnológicos, incluindo riscos de indisponibilidade sistêmica, vulnerabilidades de segurança e obsolescência tecnológica. Foram adotadas ações de mitigação como revisão de controles, atualização de ambientes e fortalecimento dos mecanismos de monitoramento.

6.4.2 Experiência digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

A jornada de transformação digital do Banco do Nordeste, alinhada ao Planejamento Empresarial, vem sendo consolidada por meio de iniciativas de inovação, modernização de sistemas, fortalecimento da governança de TI e aprimoramento da infraestrutura tecnológica.

Considerando o esforço contínuo do Banco para assegurar níveis cada vez mais adequados de evolução, capacidade e disponibilidade da infraestrutura de *hardware* e *software* que suportem as aplicações e serviços essenciais aos negócios, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025–2026 contemplou um conjunto de projetos voltados à modernização tecnológica do Banco.

A execução do PDTIC foi acompanhada por métricas de desempenho que incluem o nível de disponibilidade das soluções críticas, o tempo médio de atendimento das demandas de TI e o volume de transações digitais, proporcionando maior visibilidade executiva sobre os impactos das ações implementadas.

Desde sua incorporação à estrutura organizacional, em 2021, as Torres de Soluções de Negócios consolidaram-se como uma estratégia institucional que intensifica a sinergia entre negócios e TI na execução das atividades de desenvolvimento, evolução e sustentação dos sistemas de informação. Para apoiar esse avanço, tornou-se necessário robustecer o modelo de governança, destacando-se ações como o aperfeiçoamento do modelo de priorização de demandas, com foco no alinhamento estratégico e na criação de maior transparência no processo decisório.

Levando em conta a utilização dos métodos ágeis no modelo de trabalho adotado pelas equipes técnicas que atuam nas Torres de Soluções de Negócios, o PDTIC 2025–2026 contemplou ações visando alavancar e verticalizar referidas práticas, possibilitando a ampliação da transformação ágil para outros domínios (negócios, cultura, organização) no contexto da agilidade.

Ao longo de 2025, foram desenvolvidos diversos projetos de infraestrutura, arquitetura e governança de TI, bem como projetos implementados pelas Torres de Soluções de Negócios, que contribuíram de forma direta para o alcance de metas negociais, indicadores estratégicos de resultados e impactos, bem como dos indicadores do Programa de Ação alinhados ao Planejamento Empresarial.

6.4.3 Principais realizações de TI em 2025

Em 2025, a Superintendência de TI conduziu vários projetos de infraestrutura de TI, arquitetura e governança de TI, visando ampliar e aprimorar o ambiente computacional que suporta o crescimento dos negócios do Banco do Nordeste, além de impulsionar a inovação, modernização tecnológica e o *compliance*.



No Ambiente de Arquitetura e Inovação de TI, as entregas de 2025 concentraram-se na modernização tecnológica e no uso estratégico de dados e Inteligência Artificial. Destacam-se o mapeamento dos impactos decorrentes do CNPJ alfanumérico, apoiando as unidades na adequação de bases de dados e sistemas; a evolução do domínio de Open Finance, com a transformação dos dados de investimentos; e a padronização do uso do Copilot, com a realização de *workshops* e suporte aos usuários. Adicionalmente, foi elaborado guia de métricas para contratações de soluções envolvendo Inteligência Artificial e estruturada a Plataforma MIA, que passou a sustentar iniciativas como análise automatizada de documentos de crédito, uso de assistentes virtuais para interpretação de normas, buscas avançadas por linguagem natural, apoio aos profissionais de TI e suporte a demandas jurídicas.

Na Governança de TI, a principal entrega de 2025 foi a contratação da Plataforma de Serviços Digitais, iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento da governança, à padronização de soluções tecnológicas e à ampliação da capacidade institucional para promover a transformação digital de forma integrada e alinhada às diretrizes do planejamento estratégico e do PDTIC.

A Operação de TI concentrou esforços no fortalecimento da infraestrutura tecnológica, na ampliação da disponibilidade dos serviços e no aumento da segurança da informação. Entre as entregas realizadas em 2025, destacam-se a implantação da solução de Comunicações Unificadas, a aquisição de servidores para renovação do Datacenter e a ampliação dos links de comunicação das unidades distribuídas e das unidades de microcrédito (Agroamigo e Crediamigo).

Avanços estruturantes

O ano de 2025 contou ainda com importantes marcos institucionais que fortaleceram a transformação digital do Banco, com destaque para os avanços nos Projetos Estratégicos conduzidos diretamente pela Superintendência de TI — Governança de Dados e Transformação Digital — que desempenharam papel central na modernização dos processos, na padronização da gestão de serviços e na ampliação da capacidade analítica e operacional da Instituição. Entre esses avanços, destacam-se:

- implementação da estrutura dedicada à Governança de Dados, com práticas, políticas, processos e mecanismos de monitoramento e maturidade.
- aquisição da Plataforma de Serviços Digitais (ServiceNow), que suportará a modernização dos fluxos operacionais.
- contratação da consultoria TDS Company, com foco no fortalecimento da liderança digital, capacitação e cultura organizacional orientada a dados.

Importa registrar que as equipes de TI participaram de programas de capacitação técnica e de desenvolvimento em temas como computação em nuvem, arquitetura corporativa, segurança cibernética, métodos ágeis e governança de dados. A evolução da cultura digital foi apoiada por trilhas de aprendizagem, certificações e iniciativas internas voltadas à disseminação de boas práticas tecnológicas.

A Inteligência Artificial também consolidou seu papel estratégico, exemplificado pelo projeto Analisa.AI, que processou mais de 8.600 certidões, ampliando eficiência, qualidade e velocidade das avaliações para concessão de crédito.

A propósito do tema Inteligência Artificial, foram estabelecidas definições técnicas para uso responsável e seguro de modelos de IA, além do desenvolvimento de novos casos de uso envolvendo análise preditiva, automação inteligente e apoio à tomada de decisão. A governança de IA passou a contemplar critérios de qualidade e privacidade no desenvolvimento das soluções.

Essas iniciativas reforçam a modernização operacional do Banco e resultam em melhorias na eficiência interna e experiência do cliente.

6.4.4 Iniciativas das Torres de Soluções de Negócios e Ambiente de Sistemas

Em 2025, a interação entre TI e áreas de negócio foi intensificada por meio das Torres de Soluções de Negócios e o Ambiente de Sistemas de Informação, que conduziram um conjunto abrangente de iniciativas voltadas ao desenvolvimento, à evolução e à sustentação das soluções de TI do Banco. Essas ações também impulsionaram a transformação digital e contribuíram significativamente para o processo de modernização tecnológica da instituição, resultando em ciclos de desenvolvimento mais curtos, além de maior alinhamento às necessidades do cliente interno.

No segmento de Microfinança e Miniprodutores Rurais, as entregas foram direcionadas à melhoria da experiência dos usuários e ao aumento da eficiência operacional. Destacam-se o aprimoramento da experiência do usuário no Agroamigo Crescer, a ampliação da agilidade e da comodidade para os gestores no processo de apreciação das propostas de crédito e a geração de boletos para envio por WhatsApp, contribuindo para a modernização dos processos e o fortalecimento do relacionamento com os clientes.

No âmbito da Microfinança Urbana e Microempresa, foram realizadas evoluções relevantes nos canais digitais e na segurança das aplicações. Entre as principais entregas, destacam-se as evoluções de segurança no App Cliente, incluindo o reconhecimento facial na liberação do dispositivo do cliente Crediamigo, a disponibilização do Fundo BNB Automático (InvestAmigo) e a conclusão da equiparação das funcionalidades do App Cliente nas plataformas Android e iOS, com adoção de linguagem multiplataforma, ampliando a consistência da experiência digital dos usuários.

A Concessão de Crédito promoveu avanços relevantes na modernização e integração dos sistemas de apoio às atividades de financiamento. Entre as entregas realizadas em 2025, destacam-se a automatização do processo de contratação do Programa FNE Giro, modernização do Sistema Plano de Negócio, a modernização das integrações com órgãos externos e a evolução do sistema Processo de Concessão de Crédito (S567), voltada à ampliação da previsibilidade no atendimento das solicitações de financiamento.

Com relação à Administração de Crédito e Renegociação de Dívidas, foram realizadas importantes entregas voltadas à modernização e à automação de processos, destacando-se a otimização do controle dos pedidos de cobertura do PROAGRO, a migração do módulo de Relatórios DIRGE do INFOGER para plataforma Web e a abertura automática de ACJ (S659). Além disso, foram automatizados mais de 1 milhão de cálculos de operações de crédito no âmbito dos instrumentos legais de recuperação (Lei 14.166, Lei 13.340 e Desenrola Rural), viabilizou-se a integração com o WhatsApp do BNB para consultas e emissão de boletos do Desenrola Rural no Projeto Sucesso do Cliente, e aprimorou-se o controle de limites LCGA/LCGH (S596), garantindo maior eficiência, agilidade e segurança nas operações.

No Controle Financeiro das Operações de Crédito, foram realizadas entregas estruturantes para atendimento às exigências regulatórias e aprimoramento dos controles. Destacam-se a implantação da Resolução CMN nº 4.966/21 e da Resolução BCB nº 352/23, a implantação do Programa Desenrola Rural e a implantação do novo documento legal CADOC 3044, fortalecendo a conformidade normativa e a gestão financeira das operações de crédito.

A área de Empréstimos, Transações e Serviços Bancários ofereceu produtos e serviços inovadores para ampliar a conveniência e eficiência para os clientes. Entre as principais entregas, destaca-se o Depósito na Rede 24 horas, que permite realizar depósitos em espécie nos ATMs

da Rede 24 horas, garantindo praticidade e simplicidade. Outra iniciativa é o CDC – Crédito do Trabalhador –, que operacionaliza o crédito consignado na nova plataforma digital do governo, assegurando conformidade legal, oferecendo aos trabalhadores uma solução moderna e acessível para contratação de crédito. Por fim, o Giroflash Agro surge como uma linha de crédito rotativo voltada ao agronegócio, com processos simplificados, visando ampliar as operações comerciais do Banco e diversificar o portfólio, promovendo agilidade e suporte ao crescimento dos negócios.

O Hub de Inovação também desempenhou papel central nesse contexto, promovendo projetos de inovação aberta por meio da publicação dos primeiros editais para contratação de startups (CPSI), e da parceria com CESAR para execução de 10 projetos de inovação fechada, que gerou duas soluções de negócios.

Essas iniciativas reforçam a ampliação do foco do Banco do Nordeste em inovação, sempre buscando atender de forma eficaz as necessidades de seus clientes e alinhando-se às metas estratégicas da Instituição.

Além das iniciativas conduzidas pelas unidades da Superintendência de TI e pelas Torres de Soluções de Negócios, que reforçam a modernização tecnológica e a eficiência operacional, o Banco executou, em 2025, um conjunto de Projetos Estratégicos Corporativos diretamente alinhados ao Planejamento Empresarial. A seção a seguir apresenta as principais entregas desses projetos, complementando os marcos institucionais e evoluções estruturantes apresentados anteriormente.

6.4.5 Projetos estratégicos

Os Projetos Estratégicos corporativos constituem iniciativas estruturantes que materializam prioridades definidas no Planejamento Empresarial. Em 2025, a Superintendência de TI apoiou essas iniciativas de forma transversal, garantindo infraestrutura, integração sistêmica, conformidade regulatória e suporte tecnológico às áreas de negócio. A seguir, apresentam-se as principais entregas realizadas no exercício, de forma complementar aos marcos institucionais já destacados na seção anterior.

Open Finance

Projeto encerrado em dezembro de 2025, concluiu a definição da estratégia de negócios e de inovação para adesão aos ecossistemas do Open Finance, bem como o desenvolvimento das soluções de TI necessárias para viabilizar a integração do BNB, em conformidade com os atos normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

PIX

Projeto encerrado em 2025, com a implementação das funcionalidades previstas para o ecossistema de Pagamentos Instantâneos (PIX), conforme regulamentação do CMN e Bacen. As entregas fortaleceram a aderência normativa, ampliaram oportunidades de negócios associadas ao serviço e aprimoraram a eficiência operacional no processamento de pagamentos instantâneos.

Sucesso do Cliente

Projeto encerrado em dezembro de 2025, destinado a implantar o modelo de Gerenciamento do Sucesso do Cliente, abrangendo estratégia, processos, estrutura organizacional, pessoas e plataformas tecnológicas. Entre as principais entregas destacam-se: Planejamento e implantação

da cultura de CX (Experiência do Cliente); Implantação da Plataforma de Atendimento Omnichannel (S662 – SIA – Sistema Integrado de Atendimento); planejamento e implantação da Curadoria da Experiência do Usuário; desenvolvimento e implantação do Portal do Cliente; desenvolvimento e implantação do GREC – Gerenciamento do Relacionamento com o Cliente; desenvolvimento e implantação de Repositório Centralizado de Dados (Data Lake); processo de contratação da plataforma corporativa de CRM.

Plataforma de Controle Financeiro de Crédito (SCONF)

As entregas mais relevantes da SCONF em 2025 envolveram integrações com outros processos corporativos e o aprimoramento do controle financeiro do FNE. Entre os destaques estão: integração com o processo de concessão de empréstimos por cartão, permitindo cadastro e desembolso automáticos e digitais a partir da solicitação do cliente; integração com processos de renegociação de dívidas, ampliando a automação e a consistência dos controles financeiros.

Core Bancário

O projeto visa modernizar sistemas essenciais do Banco. Em 2025, as principais entregas incluíram: MVP de Onboarding Digital + Conta Corrente; revisão e atualização do planejamento conjunto BNB/Topaz; desenvolvimento da fase 1B (desenho e construção); entregas de valor como abertura de conta para Pessoa Física, CDC e transferência entre contas; implantação do Pix no ambiente de testes do Banco.

Sistema Integrado de Gestão (SIG)

Projeto iniciado em 2021, destinado à implantação de um ERP corporativo para modernizar os macroprocessos de BackOffice (Contabilidade, Gestão Orçamentária e de Capital, Estratégia e Suprimentos, Gestão do Patrimônio e Logística). Em 2025, foram realizadas: melhorias evolutivas e corretivas no módulo de plano de contas para atendimento à Resolução 4.966; melhorias evolutivas e corretivas no módulo de ativo fixo; melhorias evolutivas e corretivas no módulo de estoque; elaboração do edital e anexos técnicos para contratação de nova implementadora; simulações e projeções das fichas financeiras para metas de agências.

Governança de Dados

Entre as entregas realizadas em 2025, destacam-se: contratação de consultoria especializada; avaliação de maturidade; definição de princípios e diretrizes para arquitetura de dados, integração/ interoperabilidade, qualidade de dados, segurança e privacidade; diretrizes para BI, *Analytics*, *Big Data* e IA; diretrizes para gestão de conteúdos não estruturados e semiestruturados.

Transformação Digital

O projeto avançou com entregas voltadas à operacionalização da Plataforma de Serviços Digitais e à preparação institucional para o novo modelo de gestão de serviços, incluindo: configuração inicial dos módulos prioritários; mapeamento e redesenho de processos de TI; definição do modelo operacional; preparação das integrações técnicas; capacitação das equipes; e elaboração do roadmap de implantação.

6.4.6 Modelo de governança de TI

O modelo de governança adotado pela Superintendência de TI é baseado em *frameworks* de referência no mercado, como o *Control Objectives for Information and Related Technologies* (Cobit) e o *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL). Considerando essas referências e a realidade do Banco, mapearam-se os processos, abrangendo todas as atividades de responsabilidade da TI, inclusive identificando controles e riscos que são acompanhados periodicamente. Ressalta-se, ainda, que há uma série de indicadores especificados que monitoram a disponibilidade e desempenho das soluções de TI. Para fortalecer ainda mais a governança da TI, todas as decisões tomadas são colegiadas nas devidas instâncias decisórias.

6.4.7 Montante de recursos aplicados em TI

Em 2025, a TI despendeu em torno de R\$ 704,02 milhões, sendo R\$ 463,29 milhões referentes a despesas, e R\$ 240,72 milhões referentes a investimentos. As Superintendências do Banco que efetuaram maiores valores de desembolsos com soluções de tecnologia, considerando contratos e outras iniciativas, foram: Superintendência de Tecnologia da Informação (R\$ 592,76 milhões); Superintendência de Logística e Patrimônio (R\$ 37,98 milhões); Superintendência de Empréstimos, Transações e Serviços Bancários (R\$ 31,62 milhões); Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Segurança (R\$ 8,72 milhões) e Superintendência de Marketing e Comunicação (R\$ 8,33 milhões). A seguir os 15 (quinze) contratos que geraram maior desembolso pela TI em 2025.

Além dos investimentos realizados, a TI alavancou ganhos operacionais decorrentes das iniciativas de automação e da redução de retrabalho em processos. Esses benefícios incluem economia de tempo operacional, maior produtividade das equipes e aumento da eficiência na entrega de serviços digitais ao cliente.

As iniciativas desenvolvidas ao longo de 2025 reforçam o compromisso do Banco do Nordeste com a inovação, a governança, a eficiência operacional e a conformidade regulatória. Os avanços tecnológicos, a consolidação dos Projetos Estratégicos, a modernização das plataformas e o fortalecimento das práticas de governança de TI estabelecem bases sólidas para a continuidade da transformação digital e para a melhoria contínua dos serviços ofertados aos clientes internos e externos, alinhando a estratégia institucional aos desafios e oportunidades dos próximos ciclos.

Tabela 25 - Contratos que Geraram maior Desembolso pela TI em 2025

Contrato	Objeto	Fornecedor	Valores (R\$ mil)
2024/201	Licenciamento de software para a plataforma computacional de mainframe z16.	IBM BRASIL INDUSTRIA MÁQUINAS E SERVICOS LTDA	78.180
2023/133	Prestação de serviços técnicos especializados de suporte em operação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, em modo presencial e remoto.	GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL SA	63.246
2023/198	Aquisição de licenças de uso permanente de <i>softwares</i> Microsoft e renovação de pacote de benefícios (<i>Software Assurance</i>) de licenças já adquiridas pelo Banco do Nordeste, incluindo a atualização de versões.	LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMA SA	51.367

Contrato	Objeto	Fornecedor	Valores (R\$ mil)
2022/241	Prestação dos serviços de suporte especializado em produtos de <i>software</i> , em tecnologias relacionadas ao ambiente computacional e ao desenvolvimento de sistemas.	CTIS TECNOLOGIA LTDA	35.319
2023/48	Prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes de sistema de informação do BNB, com ênfase em práticas ágeis, conforme especificações técnicas constantes do Edital deste Instrumento e de seus anexos, para o(s) seguinte(s) grupo(s) de sistemas: ITEM 3-Sistemas do Grupo 3.	ENGESOFTWARE TECNOLOGIA SA	34.598
2023/68	A prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes de sistemas de informação do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com ênfase em práticas ágeis. ITEM 1 - Sistemas do Grupo 1.	G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	27.893
2022/40	Prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes em sistemas de informação do Banco do Nordeste do Brasil S/A, com ênfase em práticas ágeis. ITEM 2 - Sistemas do Grupo 2.	BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO SA	27.678
2024/114	Aquisição, sob a modalidade de arrendamento mercantil (leasing) de 04 (quatro) equipamentos servidores (plataforma mainframe) IBM modelo z/16 A02 para a Produção e Homologação.	BANCO IBM S.A.	22.514
2018/190	Prestação de serviços de comunicação multisserviço, utilizando soluções integradas de comunicação que permitam a transferência de dados, voz e imagem entre o CAPGV, seu Site Secundário e as Unidades Distribuídas do Banco e seus Parceiros. (Item 1).	OI SA	22.317
2025/44	Registro de preços para eventual aquisição de microcomputadores, incluindo serviço de assistência técnica.	POSITIVO TECNOLOGIA SA	21.390
2023/49	Prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes de sistemas de informação do BNB, com ênfase em práticas ágeis. ITEM 2 - Sistemas do Grupo 2.	FOTON INFORMATICA S.A	20.838
2024/94	Serviços técnicos especializados de apoio ao desenvolvimento de software, processos de Tecnologia da Informação (TI) e análise de dados.	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA	20.786
2023/146	Prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes em sistemas de informação do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com ênfase em práticas ágeis.	KASPPER SISTEMA E CONSULTORIA LTDA	20.451
2025/209	Aquisição de módulos e prestação de serviços de consultoria, garantia de atualização e correção, suporte, manutenção e assistência técnica da solução Control-M.	LOTUS ICT EMPREENDIMENTOS SA	19.229
2025/270	Contratação dos serviços de comunicação multisserviço, utilizando solução integrada de comunicação que permite a transferência de dados, voz e imagem envolvendo o CAPGV, o site secundário, as unidades distribuídas do Banco e seus parceiros.	OI SA	18.989
TOTAL			484.796



7 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

7.1 Área de Controladoria do BNB

O FNE, enquanto fonte de recursos, não detém área de controladoria específica. O BNB emprega a estrutura, a composição, as competências e as responsabilidades de sua área de controladoria para produzir as informações orçamentárias, financeiras e contábeis relativas ao Fundo.

Nesse sentido, compete ao Ambiente de Contabilidade do BNB: estruturar políticas e práticas contábeis; consistir a base contábil; elaborar e divulgar as demonstrações financeiras do Banco e do FNE, em conformidade com a legislação societária brasileira, os normativos do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), *do International Account Standards Board* (IASB) e normas contábeis específicas para os fundos constitucionais. Ao Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital do BNB compete, ainda, realizar a gestão contábil-financeira do FNE.

A contabilidade do FNE segue o plano contábil desse Fundo (COFIN, do BNB) e as normas contábeis aplicáveis ao setor público quanto aos registros no Siafi, atendendo ao disposto no art. 1º da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, de 4 de abril de 2024, dos Ministérios da Integração e Desenvolvimento Regional e Ministério da Fazenda.

As Demonstrações Financeiras do FNE, acompanhadas de Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, do exercício de 2025, encontram-se disponíveis no portal do Banco do Nordeste na Internet ([Demonstrações Financeiras](#)).

7.2 Resultados e sustentabilidade financeira do FNE

O total de ativos do FNE, ao final do exercício de 2025, alcançou a cifra de R\$ 178,9 bilhões. Tal valor apresenta um crescimento de 12,8% em relação ao final de 2024 e decorre, basicamente, dos ingressos de recursos da Secretaria do Tesouro Nacional-STN (R\$ 17,2 bilhões), do incremento no saldo de operações de crédito (retificado por provisões) (R\$ 158,0 bilhões) e da evolução das disponibilidades com as movimentações de reembolsos e desembolsos de operações (variação de R\$ 2,0 bilhões).

Ao final do exercício de 2025, 88,3% dos Ativos do Fundo referiam-se às Operações de Crédito/Repasse, enquanto 8,3% encontram-se em Recursos Comprometidos com Operações de Crédito e 2,4% em Devedores por Repasse.

Ao Banco do Nordeste cabe aplicar os recursos do Fundo e implementar as políticas de concessão de crédito. Enquanto esses recursos não são destinados a tal finalidade, são remunerados com base na taxa Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto na Lei 9.126/95 (com a redação dada pela Lei 14.227/2021).

Os Recursos Comprometidos consistem em um valor mínimo destinado aos desembolsos previstos para operações de crédito contratadas, e com cronograma para datas anteriores ao balanço, bem como para os desembolsos previstos para os doze meses subsequentes a ele, configurando uma reserva de liquidez para o Fundo. Eventualmente, podem ser acrescentados a esse montante os valores relativos ao descasamento no fluxo de desembolsos previstos no cronograma, em relação aos ingressos futuros de recursos no Fundo (Tabela 26).

Tabela 26 - Evolução das Disponibilidades do FNE 2024-2025

(Valores em R\$ milhões)

Especificação	Exercício 2024	Exercício 2025
Saldos no Início do Período	15.935,7	14.605,7
Disponibilidades	284,5	1.755,8
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	15.651,2	12.849,9
Entradas de Recursos	50.258,7	55.065,5
Transferências da STN	15.676,1	17.159,7
Remuneração das Disponibilidades	1.767,2	2.339,3
Reembolsos de Operações	31.641,3	34.467,9
Recebimento de Valores Prejuízo/Atualizações	235,3	227,4
Cobertura de Risco pelo BNB	572,8	687,9
Cobertura de Operações pelo Proagro/Fundos de Aval	348,3	183,3
Outras Receitas/Despesas	17,7	0,0
Saídas de Recursos	51.588,7	53.029,1
Conversão de Operações Leis nº 10.464 e 10.696	0,0	0,0
Liberações de Operações	44.942,4	45.616,7
Taxa de Administração	1.806,2	2.032,7
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	15,4	15,7
Del Credere BNB	3.621,8	4.041,0
Del Credere Outras Instituições	9,6	13,1
Remuneração do BNB sobre Pronaf	898,3	1.129,3
Renegociação de Parcelas Baixadas Ativo - Risco BNB	184,7	84,1
Reclassificação de Operações para o FNE	0,0	1,7
Bônus/Dispensa/Aquisição/Remissão/Rebates	21,1	21,6
Bônus Adimplência Ops c/ base Repasses ao BNB - Art. 9º A- Lei 7.827	11,2	13,4
Transferência p/BNB Encargos Inadimplência Recebidos	18,0	21,0
Adicional PROAGRO s/Operações FNE	60,0	47,9
Transferência Recursos art. 20 Lei 7.827/1989 p/ Sudene	0,0	0,0
Outros	0,0	9,1
Saldos no Final do Período	14.605,7	16.642,1
Disponibilidades	1.755,8	1.878,5
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	12.849,9	14.763,6

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital.

Ingressaram, no exercício de 2025, R\$ 17,2 bilhões de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional-STN. Foram reembolsados R\$ 34,5 bilhões de operações de crédito e desembolsados R\$ 45,6 bilhões.

Conforme pode ser verificado na Tabela 26, o saldo de recursos em caixa do FNE aumentou em 13,9% em relação a dezembro de 2024 (R\$ 16,6 bilhões em 31.12.2025, ante R\$ 14,6 bilhões em 31.12.2024).

Ao final de 2025, o volume de Recursos Comprometidos representou 88,7% dos recursos em caixa, uma pequena variação frente aos 88,0% registrado em 2024. Ingressaram, no exercício de



2025, R\$ 17,2 bilhões de recursos oriundos do Tesouro Nacional, ao mesmo tempo em que foram reembolsados R\$ 34,5 bilhões, e desembolsados R\$ 45,6 bilhões de operações de crédito. Em consequência, destacaram-se as seguintes movimentações: a remuneração das disponibilidades no valor de R\$ 2,3 bilhões; a taxa de administração e de *del credere* no montante de R\$ 6,1 bilhões; e a remuneração Pronaf de R\$ 1,1 bilhão.

As demonstrações dos saldos das operações de crédito por setor, com a dedução das provisões, estão especificadas na Tabela 27. Ao término de dezembro de 2025, o FNE apresentou saldo aplicado em operações de crédito de R\$ 158,4 bilhões, registrando elevação de 12,8% em relação ao exercício de 2024. Desses, R\$ 57,1 bilhões estão contabilmente classificados como Financiamentos Rurais e Agroindustriais, e os demais R\$ 101,3 bilhões estão classificados como “Outras Aplicações - Operações de Crédito”.

O saldo de operações de crédito, ao término do exercício de 2025, foi 12,8% superior ao existente ao final de 2024. Enquanto os financiamentos à indústria, comércio e serviços correspondem a 27,6% do saldo de operações de crédito (27,5% em dezembro de 2024), os financiamentos rurais e agroindustriais correspondem a 36,2% (34,5% em dezembro de 2024) e os créditos à infraestrutura alcançaram 36,2% (37,9% em dezembro de 2024).

Tabela 27 - Operações de Crédito por Setor

(Valores em R\$ milhões)

Discriminação	31.12.2024	31.12.2025	Variação %
Operações de Crédito	140.457,6	158.445,2	12,8
Indústria, Comércio e Serviços	38.572,0	43.605,5	13,0
Rurais e Agroindustriais	48.359,9	57.142,3	18,2
Infraestrutura e Desenvolvimento	53.089,9	57.149,8	7,6
Financiamento à Importação e Exportação	435,8	547,6	25,7
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-446,8	(-447,6)	0,2
Total	140.010,80	157.997,60	12,8

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital.

Do volume total de recursos do FNE, R\$ 23,9 bilhões estavam alocados em operações do Pronaf, na posição 31.12.2025 (R\$ 18,4 bilhões em 31.12.2024). Por outro lado, R\$ 104,1 bilhões estão alocados na Região do Semiárido (65,7% do total das aplicações), conforme detalhado na Tabela 28.

Tabela 28 - Alocação do Crédito Semiárido

(Valores em R\$ milhões)

Discriminação	31.12.2024	31.12.2025	Variação %
Semiárido	92.081,1	104.067,0	13,0%
Demais regiões	48.376,5	54.378,2	12,4%
Total	140.457,6	158.445,2	12,8%

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital.

Em relação à área de crédito, a Tabela 29 especifica a alocação dos saldos existentes.

Tabela 29 - Operações por Área de Crédito

(Valores em R\$ milhões)

Discriminação	31.12.2024	31.12.2025	Variação %
Financiamentos à infraestrutura	53.089,9	57.149,8	7,6%
Financiamentos rurais e agroindustriais	48.359,9	57.142,3	18,2%
Demais financiamentos	39.007,8	44.153,1	13,2%
Total	140.457,6	158.445,2	12,8%

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital.

Com relação ao porte, os créditos destinados aos clientes classificados como mini, micro e pequeno porte apresentaram o maior saldo, representando 44,4% do total (Tabela 30).

Tabela 30 - Operações por Porte do Cliente

(Valores em R\$ milhões)

Discriminação	31.12.2024	31.12.2025	Variação %
Mini/Micro/Pequeno Porte	59.086,4	70.378,8	19,1
Médio Porte	27.281,3	32.417,5	18,8
Grande Porte	54.089,9	55.648,9	2,9
Total	140.457,6	158.445,2	12,8

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital.

Patrimônio Líquido

Considerando que, por suas características intrínsecas, o FNE praticamente não possui como fonte de recursos obrigações junto a terceiros, demonstram-se abaixo os fluxos do Patrimônio Líquido. Na posição 31.12.2025, o FNE apresentou Patrimônio Líquido de R\$ 178,9 bilhões, representando acréscimo de 12,8% em relação aos R\$ 158,6 bilhões existentes em dezembro de 2024 (Tabela 31).

Tabela 31 - FNE - Evolução do Patrimônio Líquido

(Valores R\$ milhões)

Especificação	Exercício 2024	Exercício 2025
Patrimônio Líquido Anterior	140.362,0	158.569,7
• Ingressos de Recursos	15.676,1	17.159,7
• Receitas de Operações de Crédito	7.412,3	8.631,2
• Receitas	8.989,6	10.585,3
• Rebates, Bônus, Descontos e Corr. Mon. Negativa	-1.577,3	(1.954,1)
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-898,3	(970,3)
• Provisão para Desvalorização de Títulos	0,0	0,0
• Reversões de Provisões	0,0	0,0
• Remuneração das Disponibilidades	1.767,2	2.339,2
• Rem. Rec. Disponíveis Rep. BNB - Lei nº 7.827 art. 9º-A	101,1	84,3
• Recuperação de Créditos Baixados	504,5	356,2

Especificação	Exercício 2024	Exercício 2025
• Taxa de Administração	-1.806,2	(2.032,7)
• Remuneração ao BNB sobre Disponibilidade	-15,4	(15,7)
• Remuneração do BNB sobre Saldos – Pronaf	-537,6	(715,9)
• Remuneração do BNB sobre Desembolsos – Pronaf	-250,9	(281,5)
• Prêmio de Desempenho – Pronaf	-109,8	(131,9)
• Del Credere BNB - Repasses Lei nº 7.827 art. 9º-A	-148,6	(182,1)
• Del Credere BNB - Demais Operações	-3.473,2	(3.858,9)
• Del Credere Outras Instituições	-9,6	(13,1)
• Despesas Renegociações/Liquidações - Lei nº 12.249/13.340/13.606	-1,5	(13,6)
• Despesas com Auditoria	0,0	0,0
• Destinação Recursos art. 20 Lei 7.827/1989 para Sudene	-2,7	(3,4)
• Outras Despesas/Outras Receitas	0,0	0,1
• Ajustes na Alienação de Bens	0,5	0,0
• Ajustes de Exercícios Anteriores	-0,2	(1,5)
Patrimônio Líquido Atual	158.569,7	178.919,8

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital.

Resultados

O Resultado do FNE em 2025, considerando todos os seus efeitos, inclusive aqueles decorrentes das renegociações e liquidações por dispositivos legais, ficou positivo em R\$ 3.191,8 milhões, conforme apresentado na Tabela 32.

Tabela 32 - Demonstração de Resultados do FNE

Discriminação	(Valores R\$ milhões)			
	31.12.2024	31.12.2025	Variação %	Variação Valores
RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.487,3	4.033,6	15,7	546,3
• Receitas de Operações de Crédito	9.091,3	10.669,5	17,4	1.578,2
• Despesas com Del Credere	(3.631,4)	(4.054,1)	11,6	(422,7)
• Despesas com PCLD	(898,3)	(970,3)	8,0	(72,0)
• Atualização Monetária Negativa	(1,5)	(1,9)	26,7	(0,4)
• Receitas com Recuperações de Créditos Baixados	504,5	356,2	(29,4)	(148,3)
• Despesas com Rebates e Bônus de Adimplência	(1.556,2)	(1.933,1)	24,2	(376,9)
• Despesas Rebates e Descontos - Leis de Renegociação	(21,1)	(32,7)	55,0	(11,6)
RESULTADO SOBRE DISPONIBILIDADES	1.751,8	2.323,5	32,6	571,7
• Receitas com Remuneração das Disponibilidades	1.767,2	2.339,2	32,4	572,0
• Taxa de Administração sobre Disponibilidades	(15,4)	(15,7)	1,9	(0,3)
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.704,5)	(3.162,0)	16,9	(457,5)
• Taxa de Administração	(1.806,2)	(2.032,7)	12,5	(226,5)
• PRONAF - Remun. do Ag.Financ./Prêmio de Performance	(898,3)	(1.129,3)	25,7	(231,0)

Discriminação	31.12.2024	31.12.2025	Variação %	Variação Valores
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(2,8)	(3,3)	17,9	(0,5)
• Ajustes Decorrentes de Alienação de Bens	(0,1)	0,0	(100,0)	0,1
• Despesas de Auditoria	-	-	-	-
• Outras Receitas	0,0	0,1	0,0	0,1
• Destinação de Recursos à Sudene-Art 2ª Lei 7.827/1989	(2,7)	(3,4)	25,9	(0,7)
• Despesas c/Ops. FNE honradas-BNB Remissão Lei 12249	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO)	2.531,8	3.191,8	26,1	660,0

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital.

Resultado de Operações de Crédito

As Receitas de Operações de Crédito correspondem aos encargos ativos cobrados dos clientes, além das remunerações dos repasses ao BNB e a outras instituições. No exercício de 2025, totalizaram R\$ 10.669,5 milhões, valor 17,4% superior ao obtido no exercício de 2024. No resultado com operações de crédito, essa variação foi de 15,7%, acréscimo explicado basicamente pelo aumento das receitas de encargos financeiros de R\$ 1.578,2 milhões, em face da elevação da taxa média de encargos de 6,8% a.a. em 2024 para 7,0% a.a. em 2025, com destaque para a componente variação do IPCA, que, no exercício de 2024, foi de 4,83% enquanto, em 2025, esse índice alcançou 4,26%.

O *Del Credere* é redutor do resultado de operações de crédito e corresponde ao prêmio pago ao Banco pela assunção dos riscos nas operações de crédito. No período, totalizou R\$ 4.054,1 milhões, sendo 11,6% superior aos R\$ 3.631,4 milhões incorridos no mesmo período de 2024, o que é explicado pelo aumento no saldo de operações de crédito com risco para o Banco.

As receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízo, no exercício de 2025, alcançaram R\$ 356,2 milhões, resultando em um valor 29,4% inferior ao montante de R\$ 504,5 milhões registrado no exercício de 2024, visto que, no período de 2025, teve um volume menor de renegociações em relação ao ano anterior. A variação significativa nessas receitas decorre do efeito da Lei nº 13.340/2016, da Lei nº 14.166/2021 e do Programa Desenrola Brasil, que tiveram como objetivo a liquidação e/ou renegociação extraordinária de débitos no âmbito do FNE e de outros fundos.

Os rebates e bônus de adimplência referem-se aos descontos estabelecidos pela legislação nos encargos ou no principal, dependendo do programa de crédito, concedidos aos clientes que são pontuais no reembolso das parcelas. Totalizaram, no exercício de 2025, R\$ 1.933,1 milhões (R\$ 1.556,2 milhões no exercício de 2024). Já os rebates e descontos referem-se a deduções específicas constantes em dispositivos legais, e alcançaram no período R\$ 32,7 milhões (R\$ 21,1 milhões no exercício de 2024).

Resultado sobre Disponibilidades

Conforme disposição legal, os recursos do FNE temporariamente não aplicados foram remunerados pelo Banco com base na taxa Selic. No exercício, tal remuneração foi de R\$ 2.339,2 milhões, volume 32,6% superior aos R\$ 1.767,2 milhões realizados no exercício de 2024. Essa



elevação é explicada tanto pelo aumento da taxa Selic, quanto pelo incremento no saldo das disponibilidades (R\$ 16,6 bilhões em 2025 contra R\$ 14,6 bilhões em 2024). No exercício de 2025, a taxa Selic apresentou um acumulado de 14,32% a.a., enquanto a taxa no mesmo período de 2024 alcançou 10,88% a.a.

O banco administrador faz jus à remuneração de 0,09% a.a. pela gestão dos recursos em disponibilidades conforme previsto na Lei nº 14.227/2021. Essa despesa foi de R\$ 15,7 milhões no exercício de 2025 (no exercício de 2024 alcançou R\$ 15,4 milhões).

Considerados esses dois componentes, o resultado sobre disponibilidades, no exercício de 2025, alcançou R\$ 2.323,5 milhões, representando aumento de 32,6% perante o resultado de 2024 (R\$ 1.751,8 milhões).

Despesas Operacionais

Na forma do artigo 17-A, da Lei 7.827/1989, os bancos administradores dos Fundos Constitucionais fazem jus a uma taxa de administração de 1,5 a.a., apurada sobre o Patrimônio Líquido ajustado na forma do citado artigo.

Em 2025, as despesas com taxa de administração totalizaram R\$ 2.032,7 milhões, representando um crescimento de 12,5% em relação ao montante de R\$ 1.806,2 milhões incorrido no exercício de 2024, o que é explicado pela elevação da base de cálculo dessa remuneração, em razão do crescimento dos saldos das operações de crédito.

As remunerações pagas ao Banco em relação às operações no âmbito do Pronaf tiveram elevação de 25,7%, alcançando R\$ 1.129,3 milhões, ante R\$ 898,3 milhões registrados em 2024, justificando-se o crescimento pela elevação dos saldos desses financiamentos, em razão dos encargos incidentes e dos novos financiamentos concedidos, assim como dos desembolsos e reembolsos registrados.

Compostas por esses dois itens, as despesas operacionais apresentaram crescimento de 16,9%, totalizando R\$ 3.162 milhões em 2025, contra R\$ 2.704,5 milhões no exercício de 2024, pelas razões já expostas.

Lucro ou Prejuízo do Período

O exercício de 2025 apresentou um resultado positivo no total de R\$ 3.191,8 milhões, representando um aumento de 26,1% em relação ao resultado positivo registrado no exercício de 2024 (R\$ 2.531,8 milhões), conforme já detalhado.

Indicadores de Desempenho

Para cálculo dos indicadores de performance do FNE, foram considerados os principais itens de desempenho do Fundo em relação ao seu Patrimônio Líquido, às suas operações de crédito, ao resultado, e à inadimplência (Tabela 33).

Tabela 33 - Indicadores de Desempenho

Indicadores	2024	2025
Operações de Crédito (Saldo Médio em R\$ Milhões)	133.499,90	152.431,80
Rendas Operações de Crédito/Saldo Médio Operações de Crédito(%)	6,8	7,0
Rebates, Bônus e Descontos/Saldo Médio Oper. Crédito (%)	1,2	1,3
Despesas Provisões/Saldo Médio Oper. Crédito (%)	0,7	0,6
Inadimplência > 90 dias (%)	4,1	3,9
Taxa de Administração/PL médio (%)	1,2	1,2
Del Credere/Saldo Médio Oper. Créd. Risco BNB (%)	3,0	2,9
Rentabilidade s/ PL Médio (%)	1,7	1,9
Rentabilidade s/ Políticas Públicas s/ PL Médio (%)	3,3	3,7

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital.

O indicador Rentabilidade sem políticas públicas/PL Médio registrou variação positiva de 0,4 ponto percentual (p.p.), com taxa anual de 3,7% no exercício de 2025, contra 3,3% em 2024. Para cálculo desse índice, é considerado o resultado do exercício ajustado pela exclusão das despesas decorrentes de políticas públicas (R\$ 6.286,9 milhões em 31/12/2025, contra R\$ 5.007,5 milhões em 31/12/2024), assim entendidas as despesas com remunerações ao BNB sobre operações PRONAF, bônus de adimplência, descontos concedidos em renegociações e bônus/rebates decorrentes de medidas legais específicas.

A Rentabilidade sobre PL médio registrou índice positivo de 1,9% no exercício de 2025, contra um índice positivo de 1,7% em 2024, o que se justifica, principalmente, pela elevação no resultado sobre disponibilidades e no resultado com operações de crédito, não obstante a elevação das despesas operacionais, conforme demonstrado no item anterior.

A relação Rendas Operações de Crédito/Saldo Médio das operações apresentou um pequeno acréscimo de 0,2 ponto percentual (p.p.), considerando as taxas de encargos do Fundo, embora tenha registrado um decréscimo do IPCA em 0,57 ponto percentual (2025: 4,26% a.a; 2024: 4,83% a.a).

O índice de inadimplência das operações, considerados os saldos das operações de crédito com atraso superior a 90 (noventa) dias, apresentou redução de 0,2 p.p., por conta do aumento no saldo total.

Observou-se, além disso, estabilidade e pequenas variações nos seguintes indicadores: i. relação rebates, bônus e descontos/saldo médio de operações de crédito, teve variação positiva de 0,1 p.p. com 1,3% em 2025, contra 1,2% em 2024%; ii. despesas de provisões/saldo médio de operações de crédito apresentou pequeno decréscimo de 0,1 p.p., passando de 0,7% em 2024 para 0,6% no mesmo período de 2025; iii. a relação taxa de administração/PL médio apresentou estabilidade, com 1,2%, mesmo percentual registrado em 2024; e iv. a relação *del credere*/saldo médio de operações com risco para o BNB reduziu em 0,1p.p, saindo de 3,0% em 2024 para 2,9% ao final do exercício de 2025.

Houve aumento na disponibilidade efetiva em relação ao previsto para o exercício de 2025, em virtude de aumento nos reembolsos líquidos de operações de crédito/repasses e na remuneração de disponibilidades, entre outros (Tabela 34).

**Tabela 34 - FNE - Recursos Previstos e Realizados - 2025 (R\$ Mil)**

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
ORIGEM DE RECURSOS (A)	70.791.382	69.671.483
Disponibilidades no Início do Período	17.890.342	14.605.746
Transferências da União	16.794.376	17.159.687
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência e da Inadimplência Estimada)	32.703.246	34.467.858
Remuneração das Disponibilidades	1.966.117	2.339.233
Cobertura de Risco pelo BNB	684.023	687.898
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	379.344	227.385
Cobertura de Risco por PROAGRO/F. Aval/F. Risco/INCRA	373.934	183.676
Outras Receitas	0	0
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	-7.190.883	-7.412.344
Taxa de Administração	-2.013.588	-2.032.749
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	-19.994	-15.687
Taxa de Administração Adicional	0	0
Remuneração do BNB sobre Saldos Operações PRONAF	-573.794	-715.877
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações PRONAF	-216.262	-281.508
Prêmio de Desempenho sobre Reembolsos PRONAF	-69.970	-131.880
Despesas Auditoria Externa	-21	-38
Del credere BNB	-4.008.937	-4.041.004
Del credere Outras Instituições	-41.237	-13.108
Despesas com Operações Renegociadas BNB e FNE - Lei 12.249 e seguintes	-4.366	-19.983
Devolução Parcela de Risco ao BNB	-242.714	-84.151
Outras Despesas	0	-76.359
DISPONIBILIDADE ESTIMADA (C) = (A) + (B)	63.600.499	62.259.139
PREVISÃO DE DESEMBOLSOS/LIBERAÇÕES OPS. CONTRATADAS ATÉ 2024 (D)	-16.305.645	-14.538.072
DISPONIBILIDADE PARCIAL PARA NOVAS APLICAÇÕES (E) = (C) + (D)	47.294.854	47.721.067
RETORNO DAS APLICAÇÕES EXERCÍCIO 2024 (F)	30.076.499	3.191.765
RESULTADO DAS APLICAÇÕES EXERCÍCIO 2024 (G)	3.433.144	34.467.858
RECURSOS DESTINADOS A ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO (H) ⁽³⁾	-3.351	-3.766
DISPONIBILIDADE DO FNE PARA 2024 (I) = (E) - (H) ⁽⁵⁾	47.291.503	47.717.301

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão Orçamentária e de Capital.

7.3 Gestão de custos

O BNB é o responsável pela operacionalização das atividades do FNE. Desse modo, não existe uma estrutura de custos específica para o Fundo, pois é através da estrutura administrativa do Banco que é feita a sua aplicação e sua administração.

O FNE remunera o Banco, conforme disposto no art. 17-A da Lei 7.827/89, com uma taxa de administração sobre o Patrimônio Líquido do FNE ajustado na forma do referido artigo, além de pagar remuneração específica pela administração das suas disponibilidades.

Em 2025, essas remunerações totalizaram R\$ 2.048,4 milhões, valor 12,5% superior aos R\$ 1.821,6 milhões de 2024. Essa elevação resultou, principalmente, do aumento na base de cálculo da taxa de administração, em decorrência do crescimento das aplicações com recursos do Fundo.



8 RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou quatro recomendações e uma determinação ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em face do Acórdão nº 2609/2024-TCU/Plenário – Processo TC 020.743/2023-8, que se refere a uma auditoria operacional para avaliar a efetividade da atuação do BNB para o desenvolvimento da Região Nordeste e municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como dos mecanismos para monitoramento, avaliação e divulgação de suas ações.

As recomendações do Acórdão concentram-se em quatro frentes complementares. Em síntese, o TCU recomenda que:

- O Banco estabeleça política institucional aprovada pelo alto escalão para implementação e execução de um processo de M&A de eficácia e efetividade;
- Promova a adequação dos indicadores de eficácia e efetividade, de modo que evidenciem causalidade e atendam a critérios de validade, comparabilidade, estabilidade e independência;
- Inclua em seus normativos procedimentos padronizado para planejamento e execução de avaliações ex ante e ex post (especialmente para operações de grandes valores, no âmbito das Centrais de Crédito); e
- Aperfeiçoe os mecanismos de publicização, ampliando o acesso a relatórios e dados, respeitando o sigilo estritamente necessário.

O Banco do Nordeste apresentou um Plano de Providências ao TCU com o objetivo de atender as mencionadas recomendações, e assim institucionalizar o processo de Monitoramento e Avaliação (M&A) no Banco.

O Plano contempla 20 macro etapas, com execução iniciada em janeiro de 2025 e previsão de conclusão integral no 1º trimestre de 2027. Para facilitar a visualização do escopo total, apresenta-se a seguir um resumo executivo das 20 etapas que estruturam o atendimento ao Acórdão:

- I. Elaborar, aprovar internamente e submeter ao TCU o Plano de Providências para institucionalizar a função de avaliação no BNB.
- II. Revisar bibliografia sobre metodologias de avaliação de eficácia e efetividade aplicáveis a instituições financeiras de desenvolvimento.
- III. Realizar visitas técnicas institucionais (benchmarking).
- IV. Estabelecer metodologia para M&A de projetos individualizados, com critérios de seleção e desenho ex ante e ex post.
- V. Definir indicadores de monitoramento e avaliação ex ante e ex post de projetos individualizados.
- VI. Elaborar relatório de avaliações ex ante e ex post de projetos individualizados.
- VII. Definir política institucional de M&A, de eficácia e efetividade das operações do Banco.
- VIII. Incluir em normativos procedimentos padronizado para avaliação de impactos socioeconômicos na análise técnica das Centrais de Crédito.
- IX. Definir processo institucional de M&A, com periodicidade de consolidação/divulgação e internalização de lições aprendidas.



- X. Aperfeiçoar variáveis e dados nos Sistemas de Concessão de Crédito.
- XI. Aperfeiçoar variáveis e dados no Cadastro Socioeconômico do Agroamigo.
- XII. Aperfeiçoar variáveis e dados no Cadastro Socioeconômico do Crediamigo.
- XIII. Aprimorar variáveis e dados nos Sistemas de Controladoria (FNE, Agroamigo e Crediamigo).
- XIV. Promover capacitações sobre metodologias quantitativas e qualitativas e estimativas ex ante e ex post em M&A.
- XV. Ampliar o quadro gerencial e técnico do ETENE.
- XVI. Normatizar as funções de monitoramento e avaliação no Banco do Nordeste.
- XVII. Elaborar plano de comunicação interna e externa das publicações de eficácia e efetividade.
- XVIII. Reformular as publicações de avaliação de eficácia e efetividade elaboradas pelo ETENE.
- XIX. Aperfeiçoar o portal do ETENE na internet, evidenciando as publicações de M&A.
- XX. Aperfeiçoar a publicização, na internet, das operações de crédito contratadas.

Até o momento, encontram-se concluídas as quatro primeiras macro etapas do Plano de Providências, que constituem o alicerce necessário para as entregas do ciclo final de implantação de 2026 e 2027.

ANEXO

Figura A1: Organograma do Banco do Nordeste

